



Universidade de Aveiro
2010

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**João Pedro
Lopes Simões**

**Política e planeamento linguísticos da RPC na era
das reformas**



Universidade de Aveiro
2010

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**João Pedro
Lopes Simões**

Política e planeamento linguísticos da RPC na era das reformas

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor António Manuel Lopes Andrade, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Luís Rocha Pinto
professora associada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Manuel Célio Jesus Conceição
professor associado da Universidade do Algarve

Prof. Doutor António Manuel Lopes Andrade (orientador)
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Mestre Maria José Perestrelo Falcão Trigo (co-orientadora)
professora auxiliar convidada da Universidade Católica

agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. João Martins da FCT/UNL, coordenador científico do projecto onde eu me encontrava a trabalhar no antigo INETI, em 2007, por ter permitido a minha participação neste curso de Mestrado.

Um agradecimento muito especial à Prof. Maria Trigos, co-orientadora, por toda a sua disponibilidade, conhecimentos e sugestões valiosas para o desenvolvimento deste trabalho, e ao orientador, Prof. António Andrade, pela disponibilidade e colaboração prestada na execução desta dissertação.

Agradeço também ao Prof. Serrano Pinto, coordenador do Mestrado, por toda a dedicação na organização deste curso e pela amabilidade com que sempre nos tratou. À Prof. Wang Suoying, minha professora de Chinês na Universidade de Aveiro, por todo o seu saber e por ter contribuído para que eu pudesse estudar durante um ano em Pequim, onde concluí este trabalho.

À minha família pelo inextinguível apoio e incentivo.

palavras-chave

China, era das reformas, política linguística, planeamento linguísticos, reforma da escrita.

resumo

A chegada ao poder de Deng Xiaoping em 1978 iniciou um período de reformas económicas e de abertura na República Popular da China. Este clima de modernização do país e o advento da sociedade da informação motivaram o renascer do debate secular sobre a reforma da escrita chinesa, conferindo um novo sentido de actualidade aos estudos de política e planeamento linguísticos.

Este trabalho pretende analisar os factores que determinaram a política e o planeamento linguísticos da China na era das reformas, procurando compreender e justificar o seu estado actual.

keywords

China, reform era, language policy, language planning, writing reform.

abstract

After coming to power in 1978, Deng Xiaoping launched extensive economic reform and opening-up policies in the People's Republic of China. The modernization of the country as well as the advent of the information society motivated the re-emergence of the century-long debate on writing reform.

This paper aims to examine and to explain China's language policy and planning in the reform era.

Índice

1	Introdução	3
2	Enquadramento histórico e político da RPC	5
2.1	Antecedentes	5
2.2	O caminho para o desenvolvimento.....	8
2.2.1	O modelo soviético (1953-1957)	9
2.2.2	O modelo maoísta I: o Grande Salto em Frente (1957-1960).....	9
2.2.3	O modelo leninista moderado (1961-1965)	11
2.2.4	O modelo maoísta II: a Revolução Cultural (1966-1976)	11
2.3	A RPC na era das reformas.....	14
2.3.1	Deng Xiaoping e o socialismo com características chinesas	14
2.3.2	A adaptação ideológica e a contemporaneidade	17
3	Enquadramento temático	21
3.1	Introdução	21
3.2	Promoção de uma língua oral comum	25
3.2.1	Antecedentes	25
3.2.2	A língua oral comum moderna	26
3.3	Reforma da escrita	27
3.3.1	Antecedentes	27
3.3.2	Período Republicano (1912-1930's).....	29
3.3.3	República Popular da China (1949-1978)	31
4	Política e planeamento linguísticos na era das reformas	35
4.1	Introdução	35
4.2	O início da Nova Era.....	37
4.2.1	Caracteres chineses	38
4.2.2	Promoção do Putonghua	40
4.2.3	Promoção do pinyin	41
4.3	Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC.....	42
4.3.1	Antecedentes	42
4.3.2	Disposições gerais e aplicação da Lei.....	43
4.3.3	Administração e supervisão	44
4.4	Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão	45
5	Análise interpretativa.....	49

5.1	Factores linguísticos.....	49
5.1.1	O “mito ideográfico”	49
5.1.2	A desvantagem competitiva dos caracteres	54
5.1.3	A caminho da “digrafia”	56
5.2	Factores culturais	59
5.2.1	O nacionalismo cultural	59
5.2.2	A Linguística Cultural Chinesa.....	60
5.3	Análise e discussão	63
5.3.1	Enquadramento analítico	63
5.3.2	Aplicação do quadro descritivo de Cooper.....	67
6	Conclusões.....	79
	Referências	83
	 Anexo I - Divisão Norte-Sul das variedades orais chinesas.....	 91
	Anexo II - Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC.....	93
	Anexo III - Evolução de alguns pictogramas chineses.....	99

Capítulo 1

Introdução

O nosso primeiro contacto com a China, as línguas e os caracteres chineses deu-se em 2006, quando rumámos a Macau para iniciar a nossa carreira profissional. Em Macau, um território onde o Cantonês é a língua materna da grande maioria da população, alguém nos disse que ali “não se escreve como se fala”, numa referência ao facto de na China apenas existir um sistema de escrita oficial baseado no Mandarim. A possibilidade, até então desconhecida, de alguém não poder representar fielmente a sua língua através da escrita despertou o nosso interesse para as questões linguísticas chinesas.

As questões linguísticas da China são relevantes: um país com grande diversidade linguística oral, um sistema de escrita não-alfabético com uma longa história e que é fonte de acesa controvérsia pelo menos desde há cem anos, e a implementação de projectos de transformação linguística desde a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, que afectaram mais de mil milhões de pessoas. Em 1978, Deng Xiaoping chega ao poder e a China inicia um período de reformas económicas e de abertura ao exterior. Este clima de modernização do país e o advento da sociedade da informação motivaram o renascer do debate secular sobre a reforma da escrita chinesa, conferindo um novo sentido de actualidade aos estudos de política e planeamento linguísticos¹.

¹ A primeira utilização da expressão ‘planeamento linguístico’ é atribuída a Haugen num artigo publicado em 1959 sobre a situação linguística na Noruega. Segundo Haugen, esta expressão designa a “preparação de uma ortografia, uma gramática e um dicionário normativos para orientar os escritores e os falantes de uma comunidade linguística não-homogénea” (HORNBERGER, 2006). Posteriormente, em 1970, Fishman introduziu na literatura a designação ‘política linguística’. CALVET (1999: 154-5) define política linguística como “todas as escolhas conscientes efectuadas no domínio da relação entre língua e vida social, particularmente, vida nacional”, e planeamento linguístico como a “pesquisa e implementação dos meios necessários para a aplicação de uma política linguística”. SHOHAMY (2006: 49) acrescenta que a política linguística se refere a um conjunto de princípios relativos aos usos linguísticos, realçando, contudo, que “as fronteiras entre planeamento e política estão longe de ser claras”. Os estudos de política linguística e os de planeamento linguístico começaram a associar-se, na década de 1990, com as contribuições de Cooper e Tollefson, dando origem à expressão ‘política e planeamento linguísticos’. Para HORNBERGER (2006: 25), esta expressão unificada designa de forma mais apropriada a actividade ou a área de estudo em causa, pois reconhece a importância e a complexidade da relação entre os conceitos de política e planeamento.

O objectivo central deste trabalho é analisar a política e o planeamento linguísticos da República Popular da China - referentes às línguas, na sua representação oral e escrita, da população chinesa Han - na era das reformas iniciada por Deng Xiaoping. Excluem-se deste trabalho as línguas orais e os sistemas de escrita das minorias étnicas.

Para cumprir este objectivo, analisam-se os factores que influenciaram essa política e planeamento linguísticos, nomeadamente os factores históricos, políticos, sociais, linguísticos e culturais. Procede-se a uma pesquisa bibliográfica ampla, bem como à necessária selecção ajustada aos objectivos desta dissertação. Neste sentido, procura-se dar importância à leitura de autores com trabalhos publicados nos domínios da história, da política e da linguística chinesas, da política e do planeamento linguísticos como área de estudo, mas também à leitura daqueles que têm produzido pensamento sobre a política e o planeamento linguísticos da China. Além disso, é necessário proceder à análise de legislação relevante publicada na RPC ao longo das últimas décadas, já que se trata do veículo preferencial de afirmação e aplicação de qualquer política e, por isso, também da política linguística desse país. Com base neste trabalho de pesquisa bibliográfica e de selecção de literatura sobre o tema em estudo, é possível identificar pontos de vista diversos, sobre os quais se apresenta a evolução e a discussão em curso sobre as questões relacionadas com a política e o planeamento linguísticos da RPC.

Tendo em conta os objectivos definidos, este trabalho encontra-se estruturado em 6 capítulos, cuja temática se resume a seguir. No Capítulo 2, apresentam-se as circunstâncias históricas e políticas que estiveram na base da fundação da República Popular da China, em 1949. O Capítulo 3 descreve brevemente a actual situação linguística da RPC e apresenta os traços mais significativos dos sucessivos movimentos históricos de promoção de uma língua oral comum e de reforma da escrita, até à entrada na era das reformas, no final da década de 1970. No Capítulo 4, apresenta-se a política e o planeamento linguísticos da RPC na era das reformas, e no Capítulo 5 procede-se à análise e discussão do tema central do trabalho. Finalmente, as conclusões do trabalho são apresentadas no Capítulo 6.

Capítulo 2

Enquadramento histórico e político da RPC

Neste capítulo, apresentam-se as circunstâncias históricas e políticas que estiveram na base da fundação da República Popular da China, em 1949. Descrevem-se, de forma sucinta, os modelos políticos e económicos experimentados pelo regime no seu caminho para o desenvolvimento (1949-78) e na era das reformas, iniciada em 1978.

2.1 Antecedentes

A civilização Chinesa teve origem no vale do rio Amarelo², tendo-se alastrado primeiro a norte e a leste daquele território e depois gradualmente para as regiões a sul. Registos arqueológicos fundamentam o começo do estudo da História da China por volta de 1500 a.C., com o início da dinastia Shang³.

Hucker (1978) distingue três etapas na evolução da China pré-moderna: uma fase antiga de formação, que se estende até ao séc. III a.C.; uma fase imperial inicial, desde 202 a.C. até 960 d.C.; e um período imperial final, que começa a desvanecer-se por volta de 1850.

Desde meados do século XIX, várias gerações de chineses, guiados por diferentes ideologias, empenharam-se sucessivamente na modernização do país⁴. O anacronismo das instituições tradicionais e o conservadorismo da aristocracia Manchu⁵, fundadora da dinastia Qing (1644–1912), acabariam por ditar o fracasso de muitas dessas iniciativas de modernização na fase final da era imperial. Esta época da História da China ficou igualmente marcada por um conjunto de guerras e rebeliões que levaram à destruição de

² O rio Amarelo é o segundo rio mais longo da China, a seguir ao rio Yangtze, e tem um comprimento de cerca de 5464 km. Nasce nas montanhas Bayan Har e desagua no mar de Bohai.

³ PYE, Lucian W. (1984), *China: an introduction*, 3rd edition, Boston, Little, Brown and Company, p. 32.

⁴ ZHANG, Wei-Wei (1996), *Ideology and economic reform under Deng Xiaoping, 1978-1993*, Geneva, The Graduate Institute of International Studies, p. 11.

⁵ *Idem, ibidem.*

milhões de vidas humanas. Além disso, as concessões então exigidas à China por diversas potências imperialistas estrangeiras contribuíram para fragilizar e descredibilizar o regime.

Neste contexto, diversos grupos de jovens oficiais, militares e estudantes, inspirados pelos ideais da democracia e do republicanismo, levaram a cabo uma revolta militar, nos finais de 1911, que derrubou a dinastia Qing e criou as condições para o estabelecimento de um governo provisório da República da China, no início de 1912, liderado por Sun Yat-sen⁶. Contudo, Sun Yat-sen viu-se rapidamente forçado a entregar o poder a Yuan Shikai, antigo primeiro-ministro da dinastia Qing. Shikai proclamou-se imperador no final de 1915, tendo abdicado no ano seguinte, o que viria a deixar um vazio de poder na China.

Em 1919, na sequência das imposições ditadas pelo Tratado de Versalhes⁷, surgiu o Movimento 4 de Maio [五四运动, *Wusi Yundong*], movimento político e cultural desencadeado por manifestações de estudantes nessa data em Pequim, dando origem a diversas acções de protesto contra a situação interna do país. Em sentido mais lato, a designação Movimento 4 de Maio poderá também referir-se ao Movimento da Nova Cultura [新文化运动, *Xin Wenhua Yundong*], iniciado em 1915 no meio académico, que exigia mais democracia, liberdade individual e igualdade social, a rejeição dos princípios tradicionais do Confucionismo, a criação de uma nova cultura chinesa e preconizava a introdução de uma literatura em vernáculo mais acessível. Este movimento de ruptura com a cultura tradicional contribuiu para a formação de futuros fundadores do Partido Comunista Chinês⁸, adiante designado por PCC ou Partido.

⁶ **Sun Yat-sen** (romanização em Cantonês) [孫逸仙, *Sun Yixian*] (1866-1925). Foi o primeiro Presidente provisório da República da China, iniciada a 1 de Janeiro de 1912, e mais tarde fundador e primeiro líder do partido nacionalista Guomindang. “Sun foi um visionário, cujos objectivos depararam sempre com os mais inesperados obstáculos. Todavia, as suas ideias vieram a ser concretizadas, sendo por isso reconhecido como fundador da China moderna, até porque a sua política assentava nos três princípios do povo (nacionalismo, democracia, condições de vida para o povo), princípios esses que, pela sua abstracção, mereciam a aceitação pelo mais amplo espectro político.” [adaptado de PEREIRA (2006: 311)]

⁷ O Tratado de Versalhes (1919) foi um dos tratados de paz que pôs fim à I Guerra Mundial e previa que as concessões alemãs na província chinesa de Shandong fossem entregues ao Japão, contrariamente às pretensões da China de recuperar a soberania sobre aqueles territórios.

⁸ **Partido Comunista Chinês** [中国共产党, *Zhongguo Gongchandang*]. Fundado em 1921, em Xangai. “Pouco após a sua fundação entrou em acordo com o partido nacionalista GMD, com o comum objectivo do estabelecimento de um governo nacional, que pusesse termo aos vários poderes regionais dos “senhores da guerra” e contivesse tentações independentistas de diversas províncias (...). Esse acordo manteve-se até 1927, ano em que ambos os partidos entraram em conflito armado, tendo o PCC chegado quase à extinção. Dez anos mais tarde, novo acordo entre ambos os partidos seria alcançado, no âmbito da resistência anti-japonesa.

Entre 1927 e 1937, a China aparentava estar unida⁹ sob o domínio do Guomindang¹⁰ (GMD), então liderado por Chiang Kai-shek¹¹. Chiang, ao contrário de outros líderes nacionalistas, não era favorável à cooperação com os comunistas. Em 1930, as forças comunistas estabeleceram a República Soviética da China nas províncias de Jiangxi e Fujian. Em 1934, em resultado de diversas investidas das forças do GMD, deu-se início à retirada das forças do PCC para o Noroeste da China, movimento que ficou conhecido por Longa Marcha [长征, *Changzheng*]. Durante este período, os comunistas reorganizaram-se e consolidou-se a liderança de Mao Zedong¹². Em 1937, o GMD e PCC aliaram-se para combater os japoneses na Segunda Guerra Sino-japonesa¹³. Derrotadas as forças nipónicas, retomaram-se os conflitos entre os dois partidos políticos que competiam pelo controlo do país.

Todavia, finda a II Guerra Mundial, verificou-se o assalto final ao poder, sendo o PCC e o GMD os protagonistas de uma guerra civil, de que o primeiro foi vencedor (...).” [adaptado de PEREIRA (2006: 307)]

⁹ PYE, *op. cit.*, p. 135

¹⁰ **Guomindang**, GMD [中国国民党]. “Fundado em 1912 por Sun Yat-sen e Song Jiaoren, agrupando diversas organizações republicanas (...). Em 1923, o GMD aceitou o auxílio material e político da União Soviética, fazendo uma coligação com o PCC (...). Com a morte de Sun Yat-sen, a liderança do partido foi assumida por Chiang Kai-shek (...).” [adaptado de PEREIRA (2006: 299)]

¹¹ **Chiang Kai-shek** (romanização em Cantonês) [蒋介石, *Jiang Jieshi*] (1887-1975). “Nascido numa família da classe média, da província de Zhejiang, recebeu formação militar na academia de Baoding e mais tarde no Japão. Aí conviveu com compatriotas que propagavam ideias republicanas, advogando o derrube da dinastia Qing (...).” Foi um dos fundadores do Guomindang e, após a morte de Sun Yat-sen, ascendeu à liderança do partido. “Derrotado pelos comunistas, fugiu para Taiwan onde, em 1 de Março de 1950, foi proclamado Presidente da China, cargo que manteve até à morte, em 1975.” [adaptado de PEREIRA (2006: 295)]

¹² **Mao Zedong** [毛泽东] (1893-1976). “Nasceu em 26 de Dezembro de 1893, na aldeia de Shaoshan, província de Hunan, numa família de agricultores remediados. Aos 18 anos tentou seguir a carreira militar, da qual rapidamente desistiu, optando antes por prosseguir nos seus estudos (...).” Na Universidade de Beijing, “Mao contactou com os mais conhecidos intelectuais de esquerda, factor determinante para a sua adesão ao comunismo, tendo participado no primeiro congresso do Partido.” Alcançou no decurso da Longa Marcha uma importante vitória, com o apoio de Zhou Enlai e outros destacados elementos do Partido. “A sua liderança consolidou-se com o seu destacado papel na luta de resistência anti-japonesa e com o movimento de rectificação de Yanan [movimento ideológico na década de 1940 caracterizado pela perseguição de intelectuais]. Durante este período casou com Jiang Qing, a qual viria a ter um papel de relevo na política chinesa, a partir dos anos 60. Após a derrota do Guomindang e proclamação da República Popular da China, em 1 de Outubro de 1949, Mao converteu-se no líder incontestado da China. Todavia, revolucionário e agitador nato, Mao esteve sempre em conflito com os dirigentes mais conservadores. Estava convencido de que todos os objectivos eram atingíveis através da mobilização das massas, que considerava terem capacidades ilimitadas, o que o levou a incorrer em erros dramáticos motivados por essa posição voluntarista (...).” [adaptado de PEREIRA (2006: 305)]

¹³ A Segunda Guerra Sino-japonesa (1937-45) foi o maior conflito militar na Ásia durante o século XX. Resultado de uma longa política imperialista japonesa destinada a dominar a China, as origens do conflito remontam à Primeira Guerra Sino-japonesa (1894-95), travada em torno do controlo da Coreia, e que acabaria por reforçar o prestígio internacional do Japão, que emergia como potência regional.

Após 22 anos de conflito com os rivais nacionalistas e com os japoneses, o PCC tomou o controlo de Pequim em Janeiro de 1949 e de Xangai em Maio do mesmo ano¹⁴.

A 1 de Outubro de 1949, Mao Zedong proclama a República Popular da China [中华人民共和国, *Zhonghua Renmin Gongheguo*]. Em 1950, as forças de Chiang Kai-shek, que se viram forçadas a recuar para a ilha de Taiwan, restabeleceram, a partir deste território, a República da China [中华民国, *Zhonghua Minguo*]¹⁵.

2.2 O caminho para o desenvolvimento

Em 1949, o PCC tinha como objectivos centrais recuperar a economia destruída pela guerra e eliminar a restante oposição interna¹⁶. O estabelecimento da RPC havia criado a unidade nacional e o poder de Estado necessários para a implementação de um programa de modernização do país¹⁷.

Em 1950, foram adoptadas duas importantes medidas legislativas: a Lei do Casamento, que concedia à mulher direitos de igualdade e liberdade de escolha; e a Lei dos Solos, que pretendia colocar a reforma agrária sob a alçada do Partido¹⁸. Nos anos de 1951 e 1952, promoveram-se movimentos de reforma denominados por Campanha dos Três-Anti e Campanha dos Cinco-Anti [三反五反, *Sanfan Wufan*]. A primeira pretendia combater a corrupção, o desperdício e a burocracia entre os membros do Partido e outros burocratas; a segunda, inibir a corrupção entre a classe de empresários¹⁹.

Neste período de análise compreendido entre 1949 e 1978, Zhang (1996: 13-18) distingue os quatro seguintes modelos político-ideológicos experimentados pela China: o modelo soviético (1953-57); o modelo maoísta I: o Grande Salto em Frente (1957-60); o modelo leninista moderado (1961-65); o modelo maoísta II: a Revolução Cultural (1966-1976).

¹⁴ SAICH, T. (2004), *Governance and Politics of China*, second edition, New York, Palgrave Macmillan, p. 25.

¹⁵ Ambos os regimes continuam a reclamar para si o estatuto de legítimos representantes de toda a China.

¹⁶ SAICH, *op. cit.*, p. 30.

¹⁷ ZHANG, *op. cit.*, p. 12.

¹⁸ SAICH, *op. cit.*, p. 32.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 35.

2.2.1 O modelo soviético (1953-1957)

De 1949 a 1952, foram realizados esforços para recuperar a economia que se encontrava destruída pela guerra. No âmbito de uma linha ideológica de transição, o governo implementou uma reforma agrária que promoveu a recuperação da economia rural e encorajou a iniciativa privada.

Após esta recuperação da economia, levada a cabo com sucesso, e o fim da Guerra da Coreia²⁰, o governo chinês desenvolveu o primeiro Plano Quinquenal²¹, que adoptou o modelo económico soviético. Este modelo, atractivo para a nova liderança chinesa pela proximidade ideológica dos dois regimes, e por ter resultado na União Soviética, assentava num sistema administrativo profundamente centralizado.

A estratégia de modernização estalinista, que preconizava o desenvolvimento industrial e a colectivização da agricultura, produziu resultados significativos no crescimento económico. Mas, por outro lado, este modelo planeado anulou a concorrência e aumentou excessivamente a burocracia.

Entre 1956 e 1957, o PCC lançou o Movimento das Cem Flores [百花运动, *Baihua Yundong*]²². Neste movimento, encorajou-se a livre expressão de visões críticas sobre o sistema político e os problemas do país. Contudo, muitos chineses e observadores estrangeiros desconfiaram das intenções de Mao e viram nesta campanha uma forma de o regime identificar os seus críticos para os poder exterminar²³.

2.2.2 O modelo maoísta I: o Grande Salto em Frente (1957-1960)

Mao partilhava a visão estalinista da rápida industrialização do país, mas não estava satisfeito com o excessivo controlo burocrático centralizado da economia, e receava que o caminho para o socialismo seguido pela União Soviética não fosse adequado para a China.

²⁰ Conflito armado entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, iniciado a 25 de Junho de 1950 e suspenso pelo armistício de 27 de Julho de 1953. As Nações Unidas e os Estados Unidos da América intervieram do lado da Coreia do Sul; a China, do lado da Coreia do Norte, sob o *slogan* “Resistir à América e ajudar a Coreia”.

²¹ Instrumento de planeamento que contém orientações para o desenvolvimento económico do país, define metas para as taxas de crescimento e prevê a implementação de reformas. O conceito é originário da União Soviética.

²² O nome atribuído a este movimento constitui uma alusão ao período final da dinastia Zhou (1045–256 a.C.), no qual “uma centena de escolas” de filosofia, incluindo o Confucionismo, o Taoísmo e o Legalismo, se enfrentaram livremente na busca de um sentido para a sociedade chinesa. Mao afirmou “Que cem escolas de pensamento se enfrentem; que cem flores desabrochem” (PYE, 1984: 243)

²³ PYE, *op. cit.*, p. 244.

Em consequência, desenvolveu uma versão mais radical da modernização do país, tendo abandonado o seu plano original de transição gradual para o socialismo e completado a transformação socialista da agricultura, indústria e comércio em 1956.

No seguimento do Movimento das Cem Flores, cessado em 1957, Mao deu início à Campanha Anti-Direitista [反右派运动, *Fan Youpai Yundong*], no âmbito da qual centenas de milhares de intelectuais foram investigados, despromovidos, despedidos ou aprisionados²⁴.

Em 1958, foram estabelecidas as comunas e promovido o Grande Salto em Frente [大跃进, *Dayuejin*]. Com base na premissa de que o entusiasmo das massas poderia ser aproveitado para promover o crescimento económico e a industrialização²⁵, Mao pretendia desenvolver rapidamente, e em simultâneo, a agricultura e a indústria. O objectivo central era alcançar o desenvolvimento da Grã-Bretanha em quinze anos.

O PCC referia-se a uma política de “caminhar sobre duas pernas”, isto é, utilizar em simultâneo métodos modernos e tradicionais para alcançar os objectivos. Contudo, a confusão causada por esta política levou a que nenhum dos métodos fosse utilizado de forma eficiente²⁶.

Por todo o país, constituíram-se milhares de comunas dedicadas tanto à agricultura como à indústria ligeira, vocacionada para a produção descentralizada e artesanal de aço. As comunas, pressionadas para competirem entre si na apresentação de bons resultados das colheitas agrícolas, apresentavam valores irrealistas e inflacionados. Apoiadas nestes resultados, as autoridades centrais desviavam recursos humanos para os sectores da indústria e construção, o que acabaria por ter resultados desastrosos na agricultura.

O Grande Salto em Frente saldou-se na destruição de recursos naturais e de maquinaria pesada e também em perdas significativas na agricultura. Provocou fome que se estima ter levado à morte de vários milhões de pessoas²⁷.

²⁴ SAICH, *op. cit.*, p. 39.

²⁵ PYE, *op. cit.*, p. 246.

²⁶ PYE, *op. cit.*, p. 247.

²⁷ Apesar da fome generalizada, para demonstrar o sucesso do seu modelo económico, a China manteve-se neste período como grande exportador de cereais.

2.2.3 O modelo leninista moderado (1961-1965)

O falhanço do Grande Salto em Frente conduziu a um recuo nas políticas maoístas radicais, tendo o PCC adoptado um modelo de modernização leninista moderado, baseado numa política de reajustamento e consolidação.

Este modelo favoreceu a agricultura e a indústria ligeira e procurou desenvolver os níveis de vida ao mesmo tempo que a industrialização. As prioridades de investimento desviaram-se da produção de aço para a produção de fertilizantes. Foram definidas taxas de crescimento mais realistas. As comunas não foram abolidas, mas o seu tamanho foi substancialmente reduzido, bem como as funções sócio-económicas que haviam adquirido durante o Grande Salto em Frente²⁸.

Em resultado destas políticas, foi alcançada a recuperação económica: obtiveram-se bons resultados na agricultura e o crescimento industrial foi retomado.

Entre 1962 e 1965, foi posto em prática o Movimento de Educação Socialista [社会主义教育运动, *Shehuizhuyi Jiaoyu Yundong*], que tinha como objectivo reavivar o espírito da revolução e atacar todas as manifestações de revisionismo²⁹.

2.2.4 O modelo maoísta II: a Revolução Cultural (1966-1976)

Mao e os seus seguidores atribuíram o falhanço do Movimento das Cem Flores e do Grande Salto em Frente à debilidade ideológica daqueles que representavam o comunismo chinês³⁰.

Apesar da recuperação do fracasso a que o Grande Salto em Frente havia conduzido a economia, Mao considerava que o seu poder estava em declínio e que a China se afastava da sua visão de comunismo. Sentia que a China deveria voltar ao espírito que havia inspirado o Grande Salto³¹ e centrou a sua atenção na necessidade de purgar a estrutura do poder.

Em 1966, Mao lançou a Grande Revolução Cultural [无产阶级文化大革命, *Wuchan Jieji Wenhua Da Geming*]. Não é claro o que Mao pretendia verdadeiramente com este movimento, ele próprio terá até mudado de opinião durante o seu decurso. Parece ter

²⁸ SAICH, *op. cit.*, p. 42.

²⁹ PYE, *op. cit.*, p. 253.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 289.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 290.

querido agitar a burocracia do sistema, o que foi conseguido destruindo o Partido e a administração e deixando as forças armadas e as forças radicais a preencher o vazio³². Zhou Enlai³³ referiu-se à necessidade de varrer a “ideologia burguesa nos meios académico, educativo e jornalístico, na arte, literatura e em todas as outras áreas da cultura”³⁴.

Em Junho de 1966, os reitores das principais universidades e outras instituições académicas foram demitidos. Os estudantes universitários dividiam-se em diferentes facções, cada uma reclamando ser mais radical do que a outra, e perseguiram fisicamente professores. Na administração pública, assistia-se a ataques colectivos violentos. Estava lançada uma geração de ódios³⁵.

Um dos objectivos deste período foi a eliminação das chamadas “Quatro Velharias” [四旧, *Si Jiu*]: velhas ideias, cultura, costumes e hábitos. Isto traduziu-se na destruição violenta de objectos de arte em museus e de artefactos religiosos³⁶. Para a consecução destes objectivos, milhões de jovens estudantes foram recrutados para um movimento de massas intitulado Guardas Vermelhos [红卫兵, *Hongweibing*]. Intelectuais identificados como personificações das “Velharias” foram perseguidos.

Nas vésperas da Revolução Cultural, existiam quatro agrupamentos principais de líderes chineses: o grupo de Mao e aqueles que o idolatravam e apoiavam incondicionalmente, como a sua esposa, Jiang Qing³⁷, e outras figuras próximas; o grupo

³² SAICH, *op. cit.*, p. 45.

³³ **Zhou Enlai** [周恩来] (1898-1976). Em 1922 aderiu ao Partido Comunista Chinês. “Após a proclamação da RPC foi designado primeiro-ministro, funções que inicialmente e após a Revolução Cultural acumulou com as de ministro dos Negócios Estrangeiros. Durante a Revolução Cultural teve uma acção moderadora dos excessos dos Guardas Vermelhos, protegendo alguns dos visados na medida em que tal lhe foi possível, promovendo designadamente a reabilitação de Deng Xiaoping (...)”. Faleceu em 1976, gravemente doente, sem lhe ter sido prestada a devida assistência médica, “tendo as homenagens populares que lhe foram prestadas constituído a causa de nova purga de Deng Xiaoping, acusado pelo “Bando dos Quatro” de as ter promovido.” [adaptado de PEREIRA (2006: 317)]

³⁴ PYE, *op. cit.*, p. 296.

³⁵ PYE, *op. cit.*, p. 297.

³⁶ PYE, *op. cit.*, p. 300.

³⁷ **Jiang Qing** [江青] (1914-1991). “Aderiu ao Partido Comunista Chinês em 1933, tendo ido em 1939 para Yanan onde conheceu Mao, com o qual acabou por casar. Hostilizada pela generalidade dos dirigentes do Partido, teve durante cerca de 20 anos uma intervenção política modesta. Com a radicalização da política chinesa, aliada inicialmente de Lin Biao e integrando posteriormente o chamado “Bando dos Quatro”, exerceu importantes funções no período da Revolução Cultural. Presa após a morte de Mao, foi julgada e condenada à morte, com execução suspensa por dois anos, pena que lhe foi comutada para prisão perpétua. Suicidou-se em 1991.” [adaptado de PEREIRA (2006: 302)]

dos leninistas, onde se incluem Deng Xiaoping³⁸ e Liu Shaoqi³⁹, que acreditavam em políticas pragmáticas para o desenvolvimento do país, aceitando o culto da personalidade de Mao; o terceiro grupo era constituído por funcionários do governo, particularmente Zhou Enlai, e parecia ter muito em comum com o grupo dos pragmáticos mas, no auge do conflito, Zhou optou por apoiar Mao; o quarto grupo era o dos militares, que desempenharam um papel de relevo durante a Revolução Cultural⁴⁰.

A Revolução Cultural foi um período de grande convulsão política e social que fez a China mergulhar no caos. Durante este período, dezenas de milhares de pessoas foram assassinadas ou suicidaram-se, e centenas de milhares foram afastadas para as comunas rurais ou aprisionadas em campos de concentração⁴¹; o crescimento económico estagnou, ou entrou mesmo em declínio, e destruiu-se a educação de toda uma geração. Aqueles que estavam verdadeiramente comprometidos em usar a sabedoria e o conhecimento em prol do desenvolvimento do país viram-se denunciados como traidores⁴².

Segundo Pye (1984: 287), a maioria dos chineses afirma agora que a Revolução Cultural foi responsável pelo sofrimento de mais de 100 milhões de pessoas.

³⁸ **Deng Xiaoping** [邓小平] (1904-1977). “Nasceu na província de Sichuan e, aos 16 anos, foi para França num programa de trabalho e estudo onde, juntamente com outros estudantes orientais, se dedicou ao estudo do marxismo, tendo em 1924 aderido ao Partido Comunista Chinês (...). Após a fundação da RPC, foi secretário-geral do Partido. Muito apreciado por Mao, pela sua inteligência e capacidade de trabalho, entraram no entanto em ruptura já que Deng era adepto de uma linha política mais pragmática. Por isso, foi afastado durante a Revolução Cultural, tendo ido trabalhar como operário para uma fábrica até que, em 1974, dado o estado de saúde de Zhou Enlai, foi chamado de volta a Pequim, para o exercício das funções de vice-primeiro-ministro. Com a morte de Zhou Enlai, em Janeiro de 1976, foi afastado em 5 de Abril do mesmo ano por instigação do “Bando dos Quatro”. Com a prisão destes após a morte de Mao e o apoio de que dispunha entre os veteranos do Partido, rapidamente ganhou a liderança (...). Adepto de uma via própria para o socialismo, que considerava compatível com o mercado, seguiu uma política de modernização e de abertura ao exterior, empurrando a economia para um caminho quase capitalista (...). Mas a esta abertura no plano económico não correspondia atitude correspondente no domínio político, para o qual sustentava a necessidade de liderança do Partido Comunista (...). Deng Xiaoping não exerceu os mais elevados cargos quer no Estado quer no partido, se bem que fosse, após 1979, o verdadeiro detentor do poder (...). O seu último acto político de grande destaque foi a viagem ao Sul, em 1992, salientando os bons resultados das Zonas Económicas Especiais (...). Deng Xiaoping disputa com Mao Zedong o título de político chinês mais influente do século XX.” [adaptado de PEREIRA (2006: 297)]

³⁹ **Liu Shaoqi** [刘少奇] (1898-1969). “Em 1958 sucedeu a Mao no cargo de presidente da República e entrou em conflito aberto com ele devido às políticas do Grande Salto em Frente. Por esse motivo, foi preso em 1967, expulso do partido em 1968 e morreu em 1969, por falta de assistência médica. Foi reabilitado em 1980.” [adaptado de PEREIRA (2006: 304)]

⁴⁰ PYE, *op. cit.*, p. 293.

⁴¹ PYE, *op. cit.*, p. 289.

⁴² PYE, *op. cit.*, p. 289.

2.3 A RPC na era das reformas

Em Julho de 1977, na terceira sessão plenária do 10.º Comité Central do PCC, Hua Guofeng⁴³ foi oficialmente confirmado como sucessor de Mao Zedong, falecido no ano anterior. Um mês depois, no 11.º Congresso do Partido, Hua declara o fim da Revolução Cultural e inicia a denúncia do Bando dos Quatro.⁴⁴

Hua, que havia sido escolhido por Mao como seu sucessor, não mostrou qualquer visão original e inspiradora para a China, limitando-se a enfatizar os modelos maoístas de desenvolvimento e apostando numa política de continuidade com o passado. Em sentido contrário, Deng Xiaoping, entretanto reabilitado, percebeu que uma mudança ideológica seria necessária para o PCC voltar a conquistar a confiança da população.⁴⁵

2.3.1 Deng Xiaoping e o socialismo com características chinesas

A terceira sessão plenária do 11.º Congresso do PCC, realizada em Dezembro de 1978, estabeleceu uma agenda de reformas e delineou uma divisória entre o passado maoísta e a nova era de Deng. Esta nova era ficaria marcada pela ideia da “procura da verdade através dos factos”⁴⁶.

Deng Xiaoping pretendia, em primeiro lugar, alcançar as denominadas Quatro Modernizações [四个现代化, *si ge xiandaihua*]: indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Deng introduziu ainda o conceito de “democracia económica”, que preconizava a descentralização dos mecanismos de tomada de decisão e a salvaguarda dos direitos democráticos dos trabalhadores. Contrariamente ao conceito de

⁴³ **Hua Guofeng** [华国锋] (1921-2008). Aderiu em 1938 ao PCC, “sucedeu a Zhou Enlai como primeiro-ministro e, surpreendentemente, foi por Mao designado como seu herdeiro (...). Pretendeu implementar na China uma política de compromisso entre a tradição histórica da linha burocrática do partido e a herança maoísta (...). (...) sustentava a teoria dos “dois apoios incondicionais” a tudo o que o presidente Mao fizera e a tudo quanto ele havia dito. Esta posição foi desafiada por Deng Xiaoping que defendia o “princípio da verdade através dos factos” e uma política de modernização e abertura. Hua Guofeng (...) foi afastado da liderança do governo e do partido e substituído, respectivamente, por Zhao Ziyang e Hu Yaobang.” [adaptado de PEREIRA (2006: 317)]

⁴⁴ PYE, *op. cit.*, p. 327.

⁴⁵ ZHANG, *op. cit.*, p. 21.

⁴⁶ “Procura da verdade através dos factos” [实事求是, *shi shi qiu shi*]. Ideia desenvolvida anteriormente por Mao Zedong e promovida por Deng Xiaoping para, de forma pragmática, defender a busca de soluções políticas e económicas que apenas encontrem na prática demonstração de validade. Deng viria também a proferir a célebre frase: “Não importa a cor do gato, desde que cace ratos”.

igualitarismo socialista, Deng defendeu também que algumas regiões do país deveriam ser encorajadas a desenvolver-se primeiro, para que pudessem servir de modelo às restantes.⁴⁷

No novo contexto de distensão política da China pós-Mao, emergiram algumas reivindicações que exigiam a abertura política do regime. Estas acções constituíram o movimento “Muro da Democracia”⁴⁸. Todavia, em Março de 1979, Deng impôs limites a estas movimentações de liberalização política, e enunciou os Quatro Princípios Cardeais [四项基本原则, *Si Xiang Jiben Yuanze*], que deveriam enquadrar a actuação dos membros do Partido: o Marxismo-Leninismo e o pensamento de Mao; a liderança do PCC; a via do socialismo e a ditadura do proletariado⁴⁹. De acordo com Romana (2005: 51), Deng defendia que a China, pela sua dimensão e população, necessitava de uma ideologia unificadora, para manter a unidade do povo e fortalecer o país, e que o PCC deveria ter um papel motor na abertura económica, rejeitando a introdução de um sistema multipartidário.

Em 1982, na sessão de abertura do 12.º Congresso do PCC, Deng lança aquele que seria talvez o mais importante conceito ideológico da sua carreira política: a construção do “socialismo com características chinesas”⁵⁰. Segundo Zhang (1986: 49-51), este discurso era relevante em vários aspectos: em primeiro lugar, mostrava a determinação de Deng em explorar um caminho único para as reformas e para a modernização; em segundo lugar, Deng começava a afastar-se do modelo leninista moderado; em terceiro lugar, Deng afirmava um forte sentido nacionalista, alimentado pelo historial de humilhações impostas à China pelas potências ocidentais. Deng estava determinado em fortalecer o país através da atracção de capital estrangeiro, tecnologia e técnicas de gestão. Porém, receava que o contacto excessivo com “ideologias externas decadentes” pudesse conduzir à perda da identidade nacional chinesa.

⁴⁷ ZHANG, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁸ Foram colocados em Pequim numerosos pósteres alusivos a dois temas: condenação das perseguições políticas ocorridas durante a era de Mao; defesa da democracia, justiça e direitos humanos. (ZHANG, *op. cit.*, p. 28.)

⁴⁹ ROMANA, H. (2005), *República Popular da China - A Sede do Poder Estratégico*, Coimbra, Edições Almedina, p. 51.

⁵⁰ A partir do 14.º Congresso do PCC, realizado em Outubro de 1992, as ideias de Deng passaram a constituir doutrina oficial do Partido, designada por “Teoria de Deng sobre a construção do socialismo com características chinesas”, que previa: o desenvolvimento da via do socialismo, cujo primeiro estágio deveria durar pelo menos cem anos, com o objectivo de libertar e desenvolver as forças produtivas e eliminar a exploração; as reformas económicas deveriam seguir a orientação do mercado; uma política externa independente e a abertura da China ao exterior para obter informação, capital e tecnologia; a ênfase nos Quatro Princípios Cardeais; enriquecimento prioritário de algumas regiões do país, mediante a criação de Zonas Económicas Especiais; reforço do conceito “Um país, dois sistemas” para possibilitar a reunificação da China com a incorporação de Macau, Hong Kong e Taiwan. [adaptado de ROMANA (2005: 56-7)]

Romana (2005: 53) sublinha que não existe uma definição precisa para o conceito de “socialismo com características chinesas”. Trata-se de uma ideia geral e flexível que pretende manter a consistência ideológica do Partido, delimitando os desvios do novo discurso político à sua ideologia.

Durante esta época, foi enfatizado o papel fulcral das tecnologias no processo de modernização da China e na sua integração no sistema económico internacional⁵¹. No plano do discurso, a questão da revolução tecnológica adquiriu uma vertente ideológica importante no seio do Partido e serviu como inspiração para Deng e os seus seguidores⁵².

No final de 1984, registou-se uma desaceleração do rápido crescimento rural até então verificado, e a oposição às reformas começa a tornar-se visível. Em 1986, surgiram as primeiras manifestações de estudantes denotando preocupação com a ausência de progresso nas reformas políticas. Em 1989, estas manifestações conquistaram apoio popular, num clima de frustração e ressentimento motivado por um cenário de desemprego, inflação elevada e corrupção generalizada.

Deng rejeitava qualquer concessão aos manifestantes e afirmou que as manifestações eram instigadas por “um pequeno grupo de maus elementos” - uma força destrutiva que pretendia derrubar o Partido e o sistema socialista⁵³. A adopção desta posição trouxe custos políticos elevados na Crise de Tian'anmen⁵⁴. Após este acontecimento, a liderança chinesa, no plano interno, viu-se confrontada com a necessidade de manter a estabilidade em todos os níveis da sociedade urbana; no plano externo, viu-se forçada a redefinir o seu relacionamento com as principais potências ocidentais, que aplicaram sanções à China⁵⁵.

Nos finais de 1990, a China começava a recuperar das repercussões políticas da Crise de Tian'anmen e retomou o caminho interrompido das reformas e abertura ao mundo exterior. Em 1992, Deng Xiaoping lança uma ofensiva ideológica, produzindo uma série

⁵¹ ROMANA, *op. cit.*, p. 53.

⁵² ZHANG, *op. cit.*, p. 95.

⁵³ ZHANG, *op. cit.*, p. 176.

⁵⁴ A morte do ex-secretário-geral do PCC, Hu Yaobang, defensor do combate à corrupção e dos valores da democracia, a 15 de Abril de 1989, desencadeou durante sete semanas uma série de protestos na Praça Tian'anmen, em Pequim, e noutras partes da China. Na noite de 3 para 4 de Junho, o Exército de Libertação Popular fez cessar os protestos em Tian'anmen com violência, à custa de um número indeterminado e elevado de mortos e feridos. Estes acontecimentos são habitualmente designados pelo regime chinês *Tian'anmen shijian* [天安门事件] (literalmente, “incidentes de Tian'anmen”); fora da China, é comum encontrar-se a designação alternativa “massacre”.

⁵⁵ ZHANG, *op. cit.*, p. 177.

de discursos num périplo efectuado pelo Sul da China. O seu objectivo era criar um clima favorável que permitisse acelerar o ritmo das reformas económicas orientadas para o mercado. Estes discursos foram bem aceites pela população e contribuíram para uma certa reconciliação entre o regime e a sociedade após a Crise de Tian'anmen e as mudanças ocorridas na Europa de Leste e na União Soviética.⁵⁶

As principais implicações culturais e sócio-políticas das políticas de reforma e abertura ao exterior, desde meados da década de 1980, são sintetizadas por Romana (2005: 63) a partir de observação no terreno:

- *Aumento do fenómeno de urbanização das cidades costeiras e surgimento da urbanização dos meios rurais (...);*
- *Aumento gradual da mobilidade geográfica, no sentido interior-litoral;*
- *Alteração dos mecanismos de controlo social formal e informal;*
- *Emergência de novos grupos sociais;*
- *Surgimento de novos padrões de consumo;*
- *Controlo demográfico - diminuição da natalidade;*
- *Modificação do processo de socialização*
- *Mudança dos padrões de educação;*
- *Acesso gradual às tecnologias de informação;*
- *Diminuição da supervisão do Partido sobre o funcionamento da sociedade: “descolectivização civil” – mas ainda não sociedade civil.”*

Em Dezembro de 2001, a China aderiu à Organização Mundial do Comércio, consolidando a sua integração na economia mundial.

2.3.2 A adaptação ideológica e a contemporaneidade

Como resultado das políticas de reforma económica e abertura ao exterior de Deng Xiaoping, surgiram novos estratos sociais constituídos por empresários, gestores, técnicos, cientistas e outros intelectuais. O Partido, sob a liderança de Jiang Zemin⁵⁷, reconhece a estas novas camadas importância crescente no processo de desenvolvimento da China.

⁵⁶ ZHANG, *op. cit.*, pp. 183-192.

⁵⁷ **Jiang Zemin** [江泽民] (1926-). Foi presidente do município de Xangai em 1985 e assumiu o cargo de secretário-geral do Partido em 1989, que manteve até 2002. “Em 1993 foi eleito presidente da República, cargo em que cumpriu dois mandatos, e sucedeu a Deng Xiaoping como presidente das comissões militares centrais, do Partido e do Estado, últimos cargos que exerceu, até 2004 e 2005, respectivamente. Jiang Zemin promoveu, como símbolo da sua liderança, a teoria das Três Representações, de acordo com a qual o partido comunista deve representar as forças mais avançadas no domínio das forças produtivas, no domínio da cultura e representar também a mais vasta camada da população (...).” [adaptado de Pereira (2006: 302)]

Como forma de lhes dar voz, são criados dois instrumentos de adaptação ideológica e de viabilização da liderança do PCC.⁵⁸

O primeiro instrumento é a teoria das Três Ênfases [三讲, *san jiang*], virada para o interior do Partido, que salienta a importância de dar ao estudo do marxismo-leninismo, ao pensamento de Mao e à teoria de Deng, à política e ao carácter moral.

A referência ao carácter moral alude ao problema da corrupção, fenómeno que atravessa todo o espectro da sociedade e que poderá a prazo ameaçar o desenvolvimento do país bem como a sua estabilidade política⁵⁹. Johnston (2007) acentua que a corrupção não é, todavia, um fenómeno novo na China e o surto de práticas de corrupção que se seguiu às reformas económicas tem raízes profundas⁶⁰.

O segundo instrumento de adaptação ideológica criado por esta liderança é a Teoria das Três Representações [三个代表, *Sange Daibiao*], através da qual Jiang Zemin propõe a revitalização e a redefinição da base sociológica e ideológica do Partido⁶¹. Segundo esta teoria, o Partido passa também a representar: as exigências de desenvolvimento das forças produtivas mais avançadas; o rumo de progresso da cultura mais avançada; os interesses básicos da mais vasta camada da população chinesa⁶². Desta forma, o PCC prepara a economia chinesa para as exigências da globalização, mantendo sob as suas fileiras os principais agentes do desenvolvimento⁶³.

No 17.º Congresso do PCC, realizado em Outubro de 2007, a liderança de Hu Jintao⁶⁴ introduziu na matriz ideológica do Partido o Conceito de Desenvolvimento

⁵⁸ PEREIRA, J. (2004), “A quarta geração de líderes face ao legado político de Jiang Zemin”, in AMARO, Ana – MARTINS, Dora (eds.), *Estudos sobre a China VII*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

⁵⁹ PEI, M. (2007). “Corruption Threatens China’s Future”, *Carnegie Endowment for International Peace*, Policy Brief 55.

⁶⁰ JOHNSTON, M. (2007). “Corruption in China: Old Ways, New Realities and a Troubled Future”, <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan024539.pdf>, acedido em 30/07/2008.

⁶¹ ROMANA, *op. cit.*, p. 259.

⁶² PEREIRA, *op. cit.*

⁶³ PEREIRA, *op. cit.*

⁶⁴ **Hu Jintao** [胡锦涛] (1942-). Aderiu ao Partido em 1964 e tornou-se presidente da Liga da Juventude Comunista em 1984. Em 1998, foi eleito vice-presidente da República; em 2002, secretário-geral do Partido; em 2003, Presidente da República; em 2004, presidente da Comissão Militar Central do Partido e, em 2005, da Comissão Militar Central do Estado. “Hu Jintao, que tem como braço direito Wen Jiabao, tem seguido uma política (...) delineada em nome da construção de uma Sociedade Harmoniosa (...)”, que pretende “fazer orientar a China por um modelo de desenvolvimento diferente, menos assente em trabalho intensivo e mais apoiado na ciência e inovação.” [adaptado de PEREIRA (2006: 302)]

Científico [科学发展观, *Kexue Fazhan Guan*]. Os princípios deste Conceito haviam sido explicados por Hu num discurso em 2003:

“It is necessary to solidly adopt the scientific development concept of coordinated development, all-round development, and sustainable development, [and to] actively explore a new development path that conforms to reality, further improves the socialist market economic structure, combines intensified efforts to readjust structure with the promotion of rural development, combines efforts to bring into play the role of science and technology with efforts to bring into play the advantages of human resources, combines the development of the economy with the protection of resources and the environment, combines opening up to the outside world with opening up to other parts of the country, and strives to take a civilized development path characterized by the development of production, a well-off life, and a good ecological environment.” [Hu Jintao citado em FEWSMITH (2004)]

Subjacentes ao Conceito de Desenvolvimento Científico estão preocupações com o desenvolvimento rural, as assimetrias regionais, a ciência e a tecnologia e a ecologia. Ele aspira, em última instância, à criação de uma sociedade mais justa e equilibrada, ou, na formulação chinesa, à Sociedade Harmoniosa [和谐社会, *Hexie Shehui*].

Capítulo 3

Enquadramento temático

Este capítulo descreve brevemente a actual situação linguística da RPC e apresenta os traços mais significativos dos sucessivos movimentos históricos de promoção de uma língua oral comum e de reforma da escrita, até à entrada na era das reformas, no final da década de 1970.

3.1 Introdução

A República Popular da China é um país multinacional que abrange 56 grupos étnicos. De acordo com os censos de 2000, a população total ascende a cerca de 1,3 mil milhões de habitantes⁶⁵: 91,59% pertencem à etnia maioritária Han⁶⁶; os restantes 8,41% repartem-se por diversas etnias minoritárias⁶⁷ (CPDRC, 2001).

A designação ‘Língua Chinesa’ [汉语, *hanyu*] refere-se, em sentido lato, a um conjunto muito numeroso de formas de falar da população maioritária Han⁶⁸. Estas formas de falar constituem distintas falas regionais por vezes mutuamente ininteligíveis.

Entre as diversas falas regionais encontram-se discrepâncias significativas ao nível da fonologia, do léxico e da gramática⁶⁹. A aplicação de critérios de linguística descritiva

⁶⁵ Segundo os censos de 2000, a RPC tem uma população total de 1.295.330 milhões de habitantes. Para efeitos de distribuição de nacionalidades, as estatísticas oficiais consideram apenas um sub-grupo de 1.265.830 milhões, constituído pela população de 31 províncias, regiões autónomas e municípios do país, não se considerando as populações de Hong Kong, Macau, Taiwan e Jinmen, Mazu e outras ilhas da província de Fujian [CPDRC (2001)]. No final de 2008, a população total estimada ascendia a 1.328.020 milhões [CPDRC (2009)].

⁶⁶ Nome originário da dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), que é considerado um período de grande importância para a afirmação e expansão da civilização chinesa. O nome terá sido adoptado do Rio Han, um afluente do Rio Yangtze.

⁶⁷ O grupo étnico mais numeroso é o Zhuang com uma população superior a 16 milhões, seguindo-se o Manchu (> 10 milhões), Hui (> 9 milhões), etc. Os grupos étnicos menos numerosos têm uma população da ordem dos milhares de habitantes como, por exemplo, o Russo (> 15 mil) ou o Uzbeque (> 12 mil).

⁶⁸ O conjunto das variedades orais chinesas insere-se na família Sino-tibetana. As minorias étnicas, exceptuando as nacionalidades Manchu e Hui, falam línguas não-chinesas, onde se incluem variedades dialectais de línguas de países vizinhos.

⁶⁹ MAIR, Victor H. (1991), “What Is a Chinese ‘Dialect/Topolect’? Reflections on Some Key Sino-English Linguistic terms”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 29., p.11.

sugere que estas formas regionais são na realidade um conjunto de línguas distintas⁷⁰. Mair (1991: 10) observa, contudo, que alguns constrangimentos, nomeadamente políticos, impedem os académicos chineses de sustentarem publicamente esta classificação.

Desta forma, as principais falas regionais são designadas oficialmente na China por *fangyan* [方言] (literalmente, “fala regional”). Cada *fangyan* possui variedades locais cujas diferenças linguísticas não comprometem a sua inteligibilidade mútua. Estas variedades locais são por vezes designadas pelas expressões *difang hua* [地方话] ou *didian fangyan* [地点方言], literalmente, “fala local”⁷¹.

A palavra *fangyan* é frequentemente traduzida para línguas ocidentais por ‘dialecto’, tanto por académicos chineses como por ocidentais. Mair (1991: 4-5) argumenta que esta designação é inapropriada, uma vez que *fangyan* não significa necessariamente o que em geral se entende por ‘dialecto’, isto é, uma ou mais variedades mutuamente inteligíveis de uma certa língua.

O sinólogo e linguista John DeFrancis⁷² (1984: 56) nota que, ao considerar-se o Chinês uma língua única composta por diferentes dialectos, comete-se o erro de ignorar a existência de disparidades linguísticas muito significativas (como aquelas que se podem identificar, por exemplo, entre o Inglês e o Neerlandês ou o Francês e o Espanhol); por outro lado, argumenta que a classificação do Chinês como uma família de línguas distintas sugere a existência de algumas divergências extralinguísticas, o que não corresponde à realidade:

(...)[T]he Chinese linguistic situation is unique in the world. History has no precedent for a situation in which a single if occasionally disrupted political entity has so long held together huge solid blocs of people with mutually unintelligible forms of speech in which a linguistic difference has not been compounded by profound extralinguistic difference. The 50 million or so Cantonese comprise one such bloc. Yet the linguistic difference that separates a Cantonese speaker from his compatriot in Peking is not exacerbated, as it is in Canada, by religious differences that further separate French Catholics from English Protestants. It is not aggravated, as it is in Belgium, by economic differences that further separate French-speaking Walloons from Netherlandic-speaking Flemings. It is not

⁷⁰ DEFRANCIS, J. (1984), *The Chinese Language Fact and Fantasy*, Honolulu, University of Hawaii Press, p. 54.

⁷¹ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 57.

⁷² **John DeFrancis** (1911-2009). Sinólogo e linguista americano com vasta obra publicada sobre o ensino da língua chinesa, sociolinguística e política linguística. No seu livro *The Chinese Language: Fact and Fantasy*, publicado em 1984, desmistifica um conjunto de concepções erróneas comuns sobre a escrita chinesa.

reinforced, as in the case of Spanish and French, by a political boundary that separates the two languages.

Com o intuito de ultrapassar o “dilema terminológico” na classificação das variedades orais chinesas, DeFrancis (1984: 57) propõe a adopção do termo *regionalecto*⁷³ como tradução de *fangyan*, reservando o termo *dialecto* para designar as variedades mutuamente inteligíveis de cada *regionalecto*. Como alternativa à palavra *regionalecto*, Mair (1991: 7) sugere *topolecto*⁷⁴, que considera ser, ao contrário da primeira, neutral em relação ao tamanho do local que designa. Mair (1991: 7) afirma que ambas as palavras, *regionalecto* e *topolecto*, representam tentativas de representação do conteúdo semântico literal de *fangyan*.

A tabela seguinte mostra os *topolectos* principais da Língua Chinesa e a respectiva proporção aproximada de falantes entre a população Han.

Tabela 4.1 – *Topolectos da Língua Chinesa* [Zhou (2003: 15-17)]

Topolecto	Falantes
Mandarim ⁷⁵ [官话, <i>Guanhua</i>]	70%
Wu [吴]	8,5%
Yue ⁷⁶ [粤]	5,5%
Min ⁷⁷ [闽]	4,5%
Hakka [客家]	4%
Gan [赣]	2,5%
Xiang [湘]	5%

O Mandarim [官话, *Guanhua*] é a comunidade linguística numericamente mais significativa da China, correspondendo a cerca de 70% da população Han. Estende-se por um território muito vasto desde o Norte do país até uma região no Sudoeste, a sul do Rio Yangtze. As diferenças encontradas nas suas formas de falar podem considerar-se da

⁷³ Correspondente ao termo inglês *regionalect*.

⁷⁴ Correspondente ao termo inglês *topolect*.

⁷⁵ Também pode ser designado por *Topolecto do Norte* [北方方言, *beifang fangyan*].

⁷⁶ O Cantonês [广东话, *guangdong hua*] é a fala representativa do *topolecto* Yue.

⁷⁷ A classificação dos *topolectos* não é consensual entre os linguistas chineses. O *topolecto* Min, por vezes, é referenciado separadamente como “Min do Norte” e “Min do Sul”.

mesma magnitude das existentes entre as variantes Britânica, Americana e Australiana da Língua Inglesa⁷⁸.

O termo ‘Mandarim’ possui múltiplos significados, pelo que o seu uso descontextualizado encerra alguma ambiguidade. Sanders (1987: 6) identifica quatro definições distintas para ‘Mandarim’: “Mandarim geográfico”, referente à aceção aqui apresentada de topolecto; “Mandarim imperial”, a língua oral comum dos altos funcionários na China imperial; “Mandarim idealizado”, a língua oral comum adoptada após a fundação da RPC; “Mandarim local”, referente à especificidade de cada fala do topolecto Mandarim.

A população Han falante dos topolectos diferentes do Mandarim localiza-se principalmente nas províncias costeiras do Centro-Sul e do Centro-Leste (ver Anexo I). Ramsey (1987: 21-24) relaciona a fragmentação linguística da China com a geografia: o território do topolecto Mandarim é uniforme, enquanto que o território dos restantes topolectos é extremamente variado e acidentado.

Os topolectos Yue (Cantonês), Min e Hakka são as falas maternas da maioria dos chineses da diáspora, que se estima em cerca de 30 milhões espalhados por todo o mundo⁷⁹.

O linguista Zhou Youguang⁸⁰ (2003: 19) justifica da seguinte forma a especificidade linguística da China:

(...)[T]he speakers of the seven main topolects all believe that they belong to one Han ethnic group, not seven. Among the main seven topolects there is only one language that is shared nationally - the Common Chinese Language (Putonghua). There is also only one kind of written language - “vernacular Chinese (Baihuawen)”. The various kinds of Romance languages are the languages of different nations. Each Romance language nation has its own national language; there is not a common language shared by all European nations. This is the difference between Han topolects and the Romance languages.

Para além de identificar a existência de um sentimento de pertença étnica entre a população Han, Zhou introduz a questão da partilha de uma língua oral comum -

⁷⁸ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 39.

⁷⁹ ZHAO, S. H. (2005), “Chinese character modernization in the digital era - A historical perspective”, in BALDAUF Jr., R. B. – KAPLAN, R. B., eds., (2008), *Language Planning and Policy: Asia, Vol. 1: Japan, Nepal and Taiwan and Chinese Characters*. Clevedon, Multilingual Matters.

⁸⁰ **Zhou Youguang** [周有光] (1903-). Linguista chinês que, enquanto membro da Comissão de Reforma da Escrita, liderou o processo de criação do sistema de romanização *pinyin*.

Putonghua [普通话], adoptada pelo governo da RPC em 1955 - e a existência de um único sistema oficial de escrita - o Chinês Vernáculo, baseado no *Putonghua*.

3.2 Promoção de uma língua oral comum

3.2.1 Antecedentes

A promoção de uma língua oral comum na China remonta aos tempos imperiais. Nas dinastias Ming (1368–1644) e Qing (1644–1912), o *Guanhua*⁸¹ [官话], ou “Mandarim imperial” na terminologia de Sanders (1987: 6), era a *lingua franca* dos altos funcionários da corte, originários de diferentes proveniências geográficas⁸². O “Mandarim imperial” baseava-se na fala das pessoas instruídas da capital, Pequim, mas não dispunha de uma fonologia padronizada; o seu âmbito de utilização era muito restrito e não se exigia que fosse conhecido pela população em geral⁸³.

O estabelecimento da República da China em 1912 iniciou uma nova era no âmbito de utilização da língua oral comum. Em 1913, o governo promoveu a Conferência para a Unificação da Pronúncia⁸⁴, que adoptou o “Mandarim imperial” como forma oral padrão para ser ensinada em todos os níveis de ensino⁸⁵. A fonologia escolhida apresentava uma solução de compromisso entre as fonologias dos diferentes topolectos. Porém, esta construção artificial não colheu apoio popular, pelo que, em 1924, foi decidido o regresso à fonologia baseada na fala de Pequim⁸⁶. A língua comum foi apelidada de *Guoyu* [国语], palavra que admite as traduções de “língua nacional” ou “língua de Estado”⁸⁷.

O regime dominante do *Guomindang* ambicionava impor o *Guoyu* como língua única nacional, assimilando todos os topolectos chineses e as línguas das minorias étnicas.

⁸¹ A palavra portuguesa ‘Mandarim’ é uma designação precisa de *Guanhua*, tendo sido adoptada por diversas línguas ocidentais.

⁸² A língua falada durante a primeira presumível dinastia, Xia (2070-1600 a.C.), foi possivelmente a primeira língua oral comum da China. Esta língua, primeiro apelidada de *xiayan* [夏言], e mais tarde de *yayan* [雅言], “língua elegante”, foi passada sucessivamente até à dinastia Ming (1368-1644). [ZHOU (2003: 19-20)]

⁸³ ZHOU, Youguang (2003), *The Historical Evolution of Chinese Languages and Scripts*, Columbus, National East Asian Languages Resource Center, The Ohio State University, p. 21.

⁸⁴ [读音统一会, *Duyin Tongyi Hui*]

⁸⁵ DEFRANCIS, *op. cit.*, pp. 224-225.

⁸⁶ ZHOU, *op. cit.*, p. 21.

⁸⁷ DEFRANCIS, *op. cit.*, pp. 223-224.

Este passo era considerado essencial para salvaguardar a unidade nacional e alcançar o progresso⁸⁸.

Com o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, o regime comunista centrou-se na promoção de uma língua oral comum para a população Han. Contrariamente à política do regime anterior, os comunistas opunham-se à assimilação das línguas das minorias étnicas⁸⁹.

Segundo DeFrancis (1984: 226), a política de uniformização linguística do novo regime relativa à população Han encontrava suporte num artigo de Estaline publicado em 1950. Estaline (2004: 13-14) recordava que “Marx reconheceu a necessidade de uma língua nacional *única*, como uma forma superior, à qual os dialectos, como formas inferiores, estão subordinados”, acrescentando: “[o] Marxismo diz que uma língua comum é uma das características principais de uma nação (...)”.

3.2.2 A língua oral comum moderna

Em Outubro de 1955, o governo promoveu a Conferência para a Padronização do Chinês Moderno⁹⁰, substituindo a designação *Guoyu* por *Putonghua*⁹¹ [普通话], literalmente “língua oral comum”. O *Putonghua* foi definido como: “Uma língua comum do grupo étnico Han, baseada no topelecto secundário do Norte, que adopta o dialecto de Pequim^[92] como a sua fonologia padrão. As suas regras gramaticais são baseadas nos modelos da escrita vernácula chinesa”⁹³. Em consonância com outros linguistas chineses, Zhou (2003: 24) enfatiza que, apesar do *Putonghua* adoptar o sistema fonológico do dialecto de Pequim, estas duas formas orais não são exactamente coincidentes: alguns vocábulos e expressões coloquiais da fala de Pequim são preteridos por outros considerados mais correntes e elegantes. Segundo Zhou, o *Putonghua* é uma língua padronizada que deriva dos topelectos chineses mas que os transcende a todos.

⁸⁸ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 225.

⁸⁹ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 225.

⁹⁰ [现代汉语规范化学术会议, *Xiandai Hanyu Guifanhua Xueshu Huiyi*]

⁹¹ Em Taiwan, a língua oficial continua a designar-se por *Guoyu*. Em Singapura, o *Putonghua* foi oficialmente adoptado sob a designação de *Huayu* [华语], literalmente “Língua da China”. O termo *Putonghua* já existia desde o final da dinastia Qing (1644–1912) e o seu uso por intelectuais contemporâneos como Lu Xun influenciou o regime a adoptar este termo.

⁹² O dialecto de Pequim é a fala representativa do topelecto secundário do Norte, uma sub-variedade do topelecto Mandarin.

⁹³ ZHOU, *op. cit.*, p. 23.

Fora da China, o *Putonghua* é usualmente denominado de Mandarim Padrão ou simplesmente Mandarim. Na análise de Sanders (1987: 6), o *Putonghua* constitui o conceito de “Mandarim idealizado”, designação justificada pela inexistência de falantes nativos desta língua oral e também pelo seu recurso ao corpus escrito moderno, e não à oralidade, como critério de selecção da gramática.

Em 1956, o Conselho de Estado solicitou a todas as escolas que utilizassem o *Putonghua* como meio de instrução. Em 1958, Zhou Enlai (1958) classificou a popularização do *Putonghua* como “uma tarefa política importante”, considerando que a diversidade oral da China tinha “um efeito desfavorável na vida política, económica e cultural” do país e ameaçava a sua construção nacional. Zhou garantiu que a promoção do *Putonghua* não visava proibir ou abolir administrativamente as restantes formas orais. Contudo, pela análise do discurso político da época, Guo (2004: 46) conclui que, a nível oficial, se acreditava que o *Putonghua* viesse a substituir, de forma natural e progressiva, o âmbito de utilização dos diversos topolectos chineses. No mesmo ano de 1958, Mao declarou que todos os quadros do Partido e funcionários administrativos deveriam aprender a falar *Putonghua*.⁹⁴

Em 1979, cerca de duas décadas após a directiva de Conselho de Estado que instituía o início da promoção do *Putonghua* a nível nacional, Chen (1979) verificava que apesar de a língua oral comum já se ter difundido a numerosas regiões do país, algumas escolas ainda não a podiam usar nas salas de aulas. O uso do *Putonghua* não era unanimemente encarado como necessário; por exemplo, em localidades com uma fala local próxima da língua oral comum, o seu uso era encarado como antinatural ou pretensioso. A política de promoção do *Putonghua* como língua oral comum para toda a população Han permanecia inalterável.

3.3 Reforma da escrita

3.3.1 Antecedentes

Achados arqueológicos revelam que as primeiras formas de escrita chinesa remontam a cerca de 4000 a.C. Estas formas de escrita eram símbolos pictográficos, encontrados em vasos de cerâmica neolíticos. Presume-se que estes símbolos estão relacionados com as

⁹⁴ LEHMANN, W. (1975), *Language and Linguistics in the People's Republic of China*, Austin and London, University of Texas Press, p. 49.

inscrições em ossos de animais e em carapaças de tartaruga, usadas para fins oraculares e divinatórios, datadas do século XIII a.C. Considera-se que estas inscrições, *jiaguwen* [甲骨文], constituíram o primeiro sistema de escrita chinesa relativamente estabilizado e sistematizado.⁹⁵

É geralmente aceite que as modificações de forma dos caracteres chineses, *hanzi* [汉字], constituíram cinco estádios distintos de desenvolvimento ao longo da História: *jiaguwen*, utilizado durante a dinastia Shang (?–1122 a.C.); *jinwen* [金文], usado na dinastia Zhou (1122–221 a.C.); *zhuanshu* [篆书], usado nas dinastias Zhou e Qin (221–206 a.C.); *lishu* [隶书] e *kaishu* [楷书], que surgiram na dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.). Após a introdução do estilo *kaishu*, os caracteres chineses não sofreram alterações significativas na sua forma ou estilo até ao século XX.⁹⁶

A utilização e a aprendizagem dos caracteres chineses apresentam algumas dificuldades, que decorrem essencialmente da sua complexidade, do número elevado de caracteres existentes, da pronúncia confusa de alguns caracteres e do facto de a busca de informação baseada em caracteres ser demasiado trabalhosa. Para lidar com estas dificuldades, o desenvolvimento histórico dos *hanzi* tem seguido uma direcção de simplificação e padronização, baseada nos chamados “4 factores de estabilização” [四定, *si ding*]: i) Forma: eliminação das diversas formas variantes dos caracteres e redução do número de traços que os constituem. ii) Número: selecção do número de caracteres utilizados para diferentes níveis de alfabetização; estima-se que o número total de *hanzi* seja superior a 60000, sendo necessários cerca de 7000 para a escrita do *Putonghua*. iii) Pronúncia: unificação das diferentes pronúncias do mesmo carácter ou da mesma palavra. iv) Sequência: desenvolvimento de métodos de ordenação dos caracteres.⁹⁷

Para além dos sucessivos movimentos de simplificação dos caracteres, a reforma da escrita chinesa compreende também a mudança do estilo da escrita e a criação de sistemas de romanização.

⁹⁵ ZHAO, S. – BALDAUF Jr., R. B. (2008), *Planning Chinese Characters, Reaction, Evolution or Revolution?*, Dordrecht, Springer, pp. 1-9, pp. 1-9.

⁹⁶ ZHAO, S. – BALDAUF Jr., R. B., *op. cit.*, p. 8.

⁹⁷ ZHOU, *op. cit.*, pp. 57-94.

3.3.2 Período Republicano (1912-1930's)

Em 1913, a Conferência para a Unificação da Pronúncia adoptou um conjunto de 39 símbolos fonéticos, baseados nos caracteres chineses, para representar a língua oral nacional⁹⁸. Este sistema foi oficialmente promulgado em 1918 sob a designação de *Zhuyin Zimu* [注音字母] (“Alfabeto Fonético”); mais tarde, o seu nome foi alterado para *Guoyin Zimu* [国音字母] (“Alfabeto Fonético Nacional”) e, em 1930, para *Zhuyin Fuhao* [注音符号] (“Símbolos Fonéticos”). Os símbolos fonéticos não se afirmaram como um sistema de escrita independente, tendo contribuído pouco para a reforma da escrita chinesa.⁹⁹ Actualmente, permanecem em utilização em Taiwan.

Um contributo significativo para a reforma da escrita foi dado pelo Movimento 4 de Maio, iniciado em 1919, que reclamava uma “revolução literária” [文学革命, *wenxue geming*]. A primeira reivindicação situava-se ao nível do estilo da escrita: exigia-se a substituição do Chinês Clássico [文言文, *wenyanwen*] - estilo de escrita literário, baseado numa gramática e vocabulário antigos, apenas ao alcance de uma elite - por um estilo Chinês Vernáculo [白话文, *baihuawen*], próximo da oralidade e mais acessível à generalidade da população. As outras vertentes da “revolução literária” estavam relacionadas com a renovação do conteúdo e das ideias na literatura, apelando à criatividade e defendendo os valores da democracia e da liberdade.¹⁰⁰ Nos anos trinta, o Movimento da Língua Popular [大众语运动, *dazhongyu yundong*] conduziu o movimento vernáculo ao seu estado de maturidade, preconizando uma escrita integralmente em linguagem coloquial.¹⁰¹

⁹⁸ Desde o séc. III, já se utilizava um sistema de anotação fonética baseado em caracteres: *fanqie* [反切法]. Este método era pouco funcional pois exigia o conhecimento de um número muito elevado de caracteres. No final da dinastia Qing (1644–1912), surgiu um movimento para a criação de caracteres fonéticos: *qieyinzi* [切音字运动]. [ZHOU (2003: 95-98)]

⁹⁹ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 242.

¹⁰⁰ ZHOU, *op. cit.*, pp. 48-50.

¹⁰¹ CHEN, Ping (2001), “Development and Standardization of Lexicon in Modern Written Chinese”, in CHENG, Ping, ed., (2001), *Language Planning and Language Policy: East Asian Perspectives*, Routledge Curzon, pp. 49-73, pp. 56-57.

Em 1928, foi oficialmente adoptado o primeiro sistema de escrita alfabética¹⁰², denominado *Guoyue Romatzyh* (“Romanização da Língua Nacional”). Este sistema permitia transcrever com letras do alfabeto latino a língua oral nacional, baseada na fala das pessoas instruídas de Pequim. Esperava-se que viesse a substituir o sistema Wade-Giles¹⁰³, porém, teve um âmbito de utilização muito reduzido.

No início dos anos trinta, linguistas russos e chineses desenvolveram em conjunto um novo sistema de escrita alfabética. Inicialmente, este sistema foi apelidado de *Latinxua* (“Latinização”) e, mais tarde, de *Sin Wenz* (“Nova Escrita”) ou *Latinxua Sin Wenz* (“Nova Escrita Latinizada”). Apesar de se destinar originalmente a combater a iliteracia entre os cerca de 100.000 imigrantes chineses na União Soviética, o *Latinxua* rapidamente se difundiu na China.¹⁰⁴

Apoiantes do *Guoyue Romatzyh* criticaram severamente o *Latinxua* por este não permitir a representação dos tons¹⁰⁵, facto que poderia conduzir a grandes ambiguidades. Além disso, existia o receio de que o novo sistema viesse comprometer a unidade política do país, por ter sido adaptado para criar distintos esquemas de transcrição para as diversas variedades orais regionais. Contudo, apesar das críticas nos campos linguístico e político, o *Latinxua* conquistou a aceitação de largos sectores da sociedade, merecendo o apoio de destacados intelectuais da época, como o célebre escritor Lu Xun¹⁰⁶. O apoio mais significativo à escrita alfabética viria das cúpulas comunistas - Mao Zedong¹⁰⁷, numa entrevista a um jornalista americano em 1936, antevia inclusivamente o fim dos caracteres chineses¹⁰⁸:

¹⁰² Os missionários jesuítas, em contacto com a China desde o século XVI, já tinham criado sistemas alfabéticos para auxiliar o ensino do “Mandarim imperial”. O jesuíta Matteo Ricci chegou à China em 1605 e desenvolveu a primeira transcrição fonética sistematizada do Mandarim da época com letras do alfabeto latino. Em 1626, o seu trabalho foi revisto pelo jesuíta francês Nicolas Trigault. [ZHOU (2003: 99)]

¹⁰³ O sistema de romanização Wade-Giles foi criado a partir de um sistema desenvolvido pelo diplomata britânico Thomas F. Wade (1818-1895) para transcrever a língua oral nacional. O Wade-Giles conheceu ampla circulação durante cerca de um século. Desempenha ainda hoje um papel importante em Taiwan.

¹⁰⁴ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 246.

¹⁰⁵ A existência de tons (fonemas supra-segmentais) é uma das características das falas chinesas.

¹⁰⁶ **Lu Xun** [鲁迅] (1881-1936). Um dos mais proeminentes escritores chineses do século XX e grande defensor da reforma da escrita chinesa. Numa das suas obras mais conhecidas, “A verdadeira história de Ah Q”, Lu Xun traça um retrato satírico da sociedade chinesa no início do século XX, denunciando a cultura tradicional chinesa e chamando a atenção para a necessidade urgente de reformas. Grande crítico dos caracteres chineses, que considerava muito difíceis de serem aprendidos pela generalidade da população, Lu Xun foi um grande defensor do movimento de Latinização.

¹⁰⁷ DEFRANCIS (1984: 253) nota que Mao não se pronunciou acerca da criação de sistemas distintos de Latinização para as diversas variedades orais regionais.

¹⁰⁸ DEFRANCIS, *op. cit.*, pp. 246-248.

We believe Latinization is a good instrument with which to overcome illiteracy. Chinese characters are so difficult to learn (...). Sooner or later, we believe, we will have to abandon characters altogether if we are to create a new social culture in which the masses fully participate. DEFRANCIS (1984)

Em 1935, o governo nacionalista levou a cabo aquela que viria a ser a primeira tentativa de reforma oficial dos *hanzi* da História moderna. Desde as dinastias Ming e Qing, já circulavam informalmente variantes simplificadas de alguns caracteres entre a generalidade da população. Seguindo a orientação de alguns académicos conceituados, como Qian Xuanton, que defendia a legitimação destas formas simplificadas, o governo publicou a “A Primeira Lista de Caracteres Simplificados”¹⁰⁹ (324 caracteres), baseada nos seguintes princípios: adoptar os caracteres existentes em vez de criar novos; seleccionar os caracteres que têm ampla circulação na sociedade; não simplificar caracteres que originalmente não fossem muito complexos. Contudo, esta reforma acabaria por ser abandonada pelo governo no ano seguinte.¹¹⁰

As razões para o abandono inesperado desta reforma dos caracteres pouco tempo após a sua ratificação formal são fonte de controvérsia e não estão devidamente documentadas¹¹¹. Zhao e Baldauf Jr. (2008: 31-39), recorrendo a uma noção de purismo linguístico, argumentam que os opositores a esta reforma consideravam os caracteres simplificados destituídos de legitimidade para representar a herança cultural tradicional; por outro lado, argumentam que este fracasso também se deveu ao confronto de ideologias do GMD e do PCC, partidos em disputa pelo poder.

3.3.3 República Popular da China (1949-1978)

Após a fundação da RPC, Mao Zedong expôs, logo em 1950, as novas linhas de orientação e prioridades para a reforma da escrita chinesa. Mao, que havia considerado a alfabetização um caminho inevitável, decidiu adoptar uma política moderada baseada na simplificação dos caracteres, em detrimento da abordagem mais radical de substituição dos caracteres por uma escrita alfabética latinizada. Mao determinou também que os caracteres simplificados deveriam ser auxiliados por um sistema - “nacional na forma” - de símbolos

¹⁰⁹ [第一批简体字表, *dì-yī pī jiǎntǐ zì biǎo*]

¹¹⁰ ZHOU, *op. cit.*, pp. 60-61.

¹¹¹ ZHAO, S. – BALDAUF Jr., R. B., *op. cit.*, pp. 31-32.

fonéticos. Estes símbolos seriam usados apenas para a anotação dos caracteres e não deveriam constituir um sistema de escrita independente.¹¹²

Os fundamentos para este recuo na política de reforma da escrita podem encontrar-se parcialmente nas palavras que Zhou Enlai diria mais tarde a um antigo ministro da educação francês:¹¹³

In the 1950's, we tried to romanize the writing. But all those who had received an education, and whose services were absolutely needed to expand education, were firmly attached to the ideograms. They were already so numerous, and we had so many things to upset, that we have put off the reform until later.

Porém, os motivos da nova orientação de Mao seriam apenas clarificados muito mais tarde, pelo linguista Zhou Youguang. Em 2004, Zhou revelou que Mao Zedong, na sua primeira visita de Estado à União Soviética, em 1949, questionou Estaline sobre a sua opinião acerca da reforma da escrita chinesa, ao que o líder soviético terá respondido:¹¹⁴

"You're a great country, and you should have your own Chinese form of writing. You shouldn't simply use the Latin alphabet."

A política não intervencionista do governo nacionalista do *Guomindang* relativa às questões da língua contrastava com a actuação do novo regime. Estas questões, após a fundação da RPC, passaram a ser consideradas tarefas políticas, e assistiu-se ao envolvimento extenso das entidades do Estado nas diversas actividades associadas à reforma da escrita¹¹⁵. Foi instituída a Comissão de Reforma da Escrita [中国文字改革委员会, *zhongguo wenzi gaige weiyuanhui*], com funções de planificação e implementação, dependente directamente do Conselho de Estado¹¹⁶.

Seguindo a orientação política de simplificação dos caracteres, a Conferência Nacional para a Reforma da Escrita¹¹⁷ promulgou em 1955 a “Primeira Lista de Formas Variantes Verificadas” [第一批异体字整理表, *di-yi pi yitizi zhengli biao*], que abolia 1053 formas variantes de caracteres individuais.

¹¹² DEFRANCIS, *op. cit.*, pp. 257.

¹¹³ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 258.

¹¹⁴ HESSLER, P. (2004), “Oracle Bones - A wandering poet, a mysterious suicide, and a battle over an alphabet”, *The New Yorker*, 16 de Fevereiro de 2004.

¹¹⁵ ZHAO, S. – BALDAUF Jr., *op. cit.*, p. 41.

¹¹⁶ CHENG, C. (1979), “Language Reform in China in the Seventies”, *Word* 30, 1-2, pp. 45-57.

¹¹⁷ [全国文字改革会议, *quanguo wenzi gaige guiyi*]

Em Janeiro de 1956, foi promulgado o “Plano de Simplificação dos Caracteres” [汉字简化方案, *hanzi jianhua fang'an*], que incluía uma lista de 515 caracteres e 44 radicais¹¹⁸ simplificados. O Plano de 1956 marca o início da divisão da escrita chinesa em duas formas canónicas, que coexistem na actualidade: a escrita simplificada [简体字, *jiantizi*], em vigor na China Continental¹¹⁹ e em Singapura, e a escrita dita tradicional [繁体字, *fantizi*]¹²⁰, em vigor nas Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong e em Taiwan.

Em 1958, Zhou Enlai (ver Enlai, 1958) indicava que “as tarefas correntes para a reforma da escrita chinesa” envolviam: a simplificação dos *hanzi*; a popularização do *Putonghua* e a implementação do “Esquema para um Alfabeto Fonético Chinês”. Em resposta às directrizes de desenvolvimento de um sistema alfabético “nacional na forma”, a Comissão de Reforma da Escrita havia colocado à consideração de Mao Zedong seis esquemas alternativos: 4 baseados nos caracteres chineses, 1 no alfabeto cirílico e 1 no alfabeto latino. Mao rejeitou os esquemas baseados nos caracteres (“nacionais na forma”) e acabou por aceitar o esquema baseado no alfabeto latino, salvaguardando que este serviria apenas para anotação dos caracteres e não constituiria um sistema de escrita independente.¹²¹ Porém, numa reunião do Comité Central do Partido em Janeiro de 1956, Mao voltaria a reiterar o seu apoio a uma escrita alfabética no futuro.¹²²

Em 1958, foi oficialmente adoptado o alfabeto fonético chinês romanizado *pinyin* [拼音]¹²³, baseado nos anteriores *Guoyue Romatzyh* e *Latinxua*, e também nos princípios dos símbolos fonéticos *zhuyin zimu*¹²⁴. As funções do *pinyin* foram sintetizadas por Zhou Enlai (1958): anotação fonética dos caracteres; transcrição do *Putonghua*, para auxiliar a sua aprendizagem, por chineses e estrangeiros; desenvolvimento de sistemas de escrita

¹¹⁸ Os radicais lexicográficos [部首, *bushou*] são componentes gráficos dos caracteres segundo os quais estes são listados nos dicionários.

¹¹⁹ ‘China Continental’ é um conceito geopolítico que se refere ao território sob efectiva soberania da República Popular da China, excluindo as Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong e Taiwan.

¹²⁰ Apesar de se ter consagrado a designação ‘tradicional’ em várias línguas ocidentais, a palavra chinesa *fantizi* remete literalmente para “abundante” ou “numeroso”.

¹²¹ DEFRANCIS, J. (2006), “The Prospects for Chinese Writing Reform”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 171, p.5.

¹²² DEFRANCIS (1984, 262-263)

¹²³ [汉语拼音方案, *hanyu pinyin fang'an*] (“Alfabético Fonético Chinês”)

¹²⁴ ZHOU, *op. cit.*, p. 104.

para as línguas orais das minorias étnicas; transliteração de antropónimos e topónimos chineses em publicações estrangeiras.

Em 1964, o “Plano de Simplificação dos Caracteres” de 1956 foi ampliado, dando origem à “Lista Geral de Caracteres Simplificados” [简化字总表, *jianhuazi zongbiao*], que incluía inicialmente 2238 caracteres simplificados (mais tarde, após um pequeno ajuste, o seu número foi reduzido para 2235).¹²⁵

No decurso da Revolução Cultural (1966-1976), as instituições educativas e culturais chinesas foram fortemente perturbadas. Este clima também afectou a actividade da Comissão para a Reforma da Escrita, não havendo registo de trabalho substantivo durante este período.¹²⁶

Em Dezembro de 1977, foi promulgado o “Segundo Plano de Simplificação dos Caracteres” [第二次汉字简化方案, *di-er ci hanzi jianhua fang'an*], contendo 853 caracteres simplificados, dos quais 248 deveriam ser utilizados de imediato a título experimental nos principais jornais.¹²⁷ Porém, esta nova lista viria a ser oficialmente abandonada em 1986, em plena era das reformas. Zhao e Baldauf Jr. (2008: 64-69) justificam o fracasso desta reforma com um conjunto de factores institucionais, temporais, técnicos e económicos.

¹²⁵ ZHOU, *op. cit.*, p. 65.

¹²⁶ ROHSENOW, John S. (2001), “Fifty years of script and written language reform in the P.R.C.: The genesis of the language law of 2001”, in ZHOU, Minglang – SUN, Hongkai (eds.), *Language Policy in the People's Republic of China: Theory and Practice Since 1949*, Boston, Springer.

¹²⁷ ZHOU, *op. cit.*, pp. 69-70.

Capítulo 4

Política e planeamento linguísticos na era das reformas

Este capítulo apresenta a política e o planeamento linguísticos da República Popular da China na era das reformas, período que aqui se define desde a chegada ao poder de Deng Xiaoping, em 1978, até à actualidade.

4.1 Introdução

A terceira sessão plenária do 11.º Congresso do PCC, realizada em Dezembro de 1978, consagrou a chegada ao poder de Deng Xiaoping. A China entrou numa era de reformas e de abertura ao exterior, e as instituições académicas e de investigação retomaram gradualmente o seu funcionamento normal. Durante a Revolução Cultural, o funcionamento destas instituições tinha sido fortemente perturbado, tendo os académicos e os intelectuais visto as suas actividades muito restringidas. Este clima afectou também a Comissão de Reforma da Escrita, cujos membros não reuniram com regularidade durante esse período.

No dia 23 de Janeiro de 1982, Hu Qiaomu, presidente da Academia de Ciências Sociais da China e membro do secretariado do Comité Central do PCC, proferiu, num discurso sobre a reforma da escrita chinesa, a seguinte afirmação:

In fact Chinese characters have been used for several thousand years and it is impossible to completely abandon them. But phonetic [pinyin] writing will certainly also be used. It is very likely that phonetic writing and Chinese characters will co-exist for a long time, each being used for its respective strengths. If we can achieve such a situation (for example within several decades or a hundred years), that would be a great victory" [Hu Qiaomu citado em SU (2001: 112)]

Neste discurso, Hu defendia a continuidade da utilização dos caracteres chineses, antevendo uma coexistência duradoura com o alfabeto fonético *pinyin*. Em Outubro de 1984, a Comissão de Reforma da Escrita organizou um simpósio, do qual resultaram as seguintes conclusões, que vão no mesmo sentido das palavras de Hu Qiaomu:

From now on our Committee for the Reform of the Chinese Language's policy will remain: Chinese characters must be reformed; the reform of Chinese characters should "follow the common direction in the world of phonetic spelling". At present, we must strongly spread and popularize Standard [Mandarin] Chinese (putonghua), comprehensively regularize the currently used Chinese characters, energetically promote the Scheme for the Chinese Phonetic Alphabet (Hanyu Pinyin Fang'an), striving to realize as soon as possible the long term coexistence of Chinese characters and Chinese Phonetic Spelling (Hanyu Pinyin), each bringing into play its relative strengths and each compensating for the other's shortcomings, so that they both serve to realize our modernization" [SU (2001: 113)]

O simpósio de 1984 confirmava os princípios gerais enunciados por Zhou Enlai em 1958 - a simplificação gráfica dos *hanzi*, que consiste na redução do seu número de traços, a popularização do *Putonghua* e a implementação do *pinyin* - aprovando, contudo, uma alteração da respectiva ordem de prioridades: “as diversas tarefas de promoção do *Putonghua* devem ser mencionadas em primeiro lugar”.¹²⁸

No dia 16 de Dezembro de 1985, a Comissão de Reforma da Escrita, que havia sido instituída nos anos 1950 com funções de planificação e implementação, dependendo directamente do Conselho de Estado¹²⁹, foi reformulada e passou a designar-se Comissão Estatal para a Língua [国家语委, *guojia yu wei*]¹³⁰. Esta reformulação visava “reforçar as actividades da língua oral e da escrita na Nova Era”, tendo as funções da Comissão sido definidas da seguinte forma: implementar os princípios gerais, as políticas e a legislação nacionais relativos às questões da língua oral e da escrita, promovendo a sua padronização e regulamentação; prosseguir os trabalhos de reforma da escrita; prestar serviços relevantes à comunidade.¹³¹

¹²⁸ Instituto de Linguística Aplicada do Ministério da Educação da RPC (2002), “*Jianguo hou de yuwen gongzuo* [Actividades da Língua Oral e da Escrita após a fundação da RPC] (1949 年-1985 年)”, acedido em 2010/04/14, http://www.china-language.gov.cn/58/2007_6_14/1_58_223_0_1181799110472.html

¹²⁹ O Conselho de Estado, ou Governo Popular Central, é o órgão máximo de poder executivo e de administração do Estado e é liderado pelo primeiro-ministro; constitui, juntamente com o Partido Comunista Chinês e o Exército de Libertação Popular, um dos três ramos interligados do poder na RPC (sistema de *interlocking*).

¹³⁰ Na formulação completa: Comissão Estatal para as Actividades da Língua Oral e da Escrita [国家语言文字工作委员会, *guojia yuyan wenzi weiyuanhui*]

¹³¹ Instituto de Linguística Aplicada do Ministério da Educação da RPC (2002), “*gongzuo zhize, renwu* [Responsabilidades, tarefas]”, acedido em 2010/04/22, <http://www.china-language.gov.cn/6/yuyanwei.htm>

Em 1998, uma nova reforma institucional colocou a Comissão Estatal para a Língua sob a dependência funcional do Ministério da Educação¹³². As funções da Comissão foram então definidas da seguinte forma, que se mantém na actualidade: formular os princípios gerais e as políticas nacionais relativos às actividades da língua oral e da escrita e preparar o planeamento de médio e longo prazo dessas actividades; regulamentar e supervisionar as línguas orais e os sistemas de escrita das minorias étnicas; conduzir os trabalhos de promoção do *Putonghua*.¹³³

4.2 O início da Nova Era

Em Janeiro de 1986, a Comissão Estatal para a Língua e a Comissão Estatal de Educação¹³⁴ organizaram em conjunto a Conferência Nacional para as Actividades da Língua Oral e da Escrita [全国语言文字工作会议, *quanguo yuyan wenzi gongzuo huiyi*]. Esta Conferência teve como objectivos analisar o trabalho realizado nas três décadas anteriores, desde a fundação da RPC, e definir uma nova agenda para o futuro.¹³⁵ O relatório final da Conferência foi intitulado “Actividades da Língua Oral e da Escrita na Nova Era”¹³⁶.

Chen Zhanqai, secretário-geral da Conferência e vice-presidente da Comissão Estatal para a Língua, reconheceu que o trabalho realizado desde a fundação da RPC, especialmente a reforma da escrita, foi “um contributo muito importante para a causa socialista”. Por outro lado, reiterou a necessidade de se prosseguirem as actividades de padronização da língua oral e da escrita, como forma de promover o desenvolvimento social, a educação, a ciência e a tecnologia, ao serviço das Quatro Modernizações¹³⁷ do país.¹³⁸

Com efeito, Liu Daosheng, presidente da Comissão Estatal para a Língua, relacionou as questões da língua com os novos desígnios de modernização da China. De

¹³² Em 1998, a Comissão Estatal de Educação deu origem ao Ministério da Educação da RPC. Este Ministério depende directamente do Conselho de Estado e é responsável pelo planeamento, coordenação e gestão de todos os aspectos do sistema educativo da China Continental.

¹³³ Instituto de Linguística Aplicada do Ministério da Educação da RPC, *op. cit.*

¹³⁴ Designação do Ministério da Educação da RPC até 1998.

¹³⁵ CHINA (1987), *Xinshiqi de yuyan wenzi gongzuo* [Actividades da Língua Oral e da Escrita na Nova Era], Editora Yuwen, p. 16.

¹³⁶ [新时期语言文字工作, *xin shiqi yuyan wenzi gongzuo*]

¹³⁷ Objectivos das reformas de Deng Xiaoping para a modernização da indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e defesa nacional.

¹³⁸ CHINA, *op. cit.*, p. 50.

acordo com Liu, por um lado, a construção da sociedade da informação exige regulamentação e padronização da língua oral e da escrita, por forma a tornar eficiente o processamento de informação. Por outro lado, o desenvolvimento social e económico, bem como o progresso científico e tecnológico do país, dependem fortemente dos níveis de instrução, de formação cultural e de qualificação dos cidadãos. No entanto, a formação de profissionais especializados exige que estes possuam competências linguísticas sólidas. Por isso, a erradicação da iliteracia e a implementação de um sistema de ensino universal e obrigatório de nove anos eram consideradas “tarefas actuais importantes”.¹³⁹

Em suma, a política e o planeamento linguísticos da RPC na nova era de reformas, iniciada no final dos anos 1970, centra-se essencialmente na regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita, baseada nos caracteres chineses simplificados, e na prossecução da promoção do *Putonghua* como língua oral nacional, bem como do alfabeto fonético *pinyin*.

Em seguida, destacam-se algumas das conclusões da referida Conferência Nacional para as Actividades da Língua Oral e da Escrita, realizada em 1986, relativas aos caracteres chineses, à promoção do *Putonghua* e à promoção do *pinyin*.

4.2.1 Caracteres chineses

No seu discurso “Actividades da Língua Oral e da Escrita na Nova Era”, Liu Daosheng apresentou o caminho a seguir relativamente ao futuro dos caracteres chineses:

Deve ser salientado que, a partir de agora, por um período de tempo relativamente longo, os caracteres chineses deverão continuar a desempenhar o seu papel como sistema oficial de escrita. O actual “Alfabeto Fonético Chinês” [pinyin] não é um sistema de escrita fonético substituto dos caracteres chineses, é um instrumento de anotação fonética para auxiliar a aprendizagem da Língua Chinesa e dos caracteres chineses, a promoção do Putonghua, e para ser empregue quando os caracteres chineses forem inconvenientes ou impossíveis de usar. [CHINA (1987: 24)]

Quanto à possibilidade de, no futuro, o *pinyin* constituir um sistema de escrita independente, equiparado aos caracteres chineses, Liu Daosheng, baseando-se num discurso de Zhou Enlai de 1958, afirmou que esse seria “um assunto para o futuro, [e que] não pertence às tarefas correntes de reforma da escrita”¹⁴⁰. Rohsenow (2004: 30-31) nota

¹³⁹ CHINA, *op. cit.*, p. 23.

¹⁴⁰ CHINA, *op. cit.*, p. 24.

que esta opção gerou ampla discussão entre os membros da Conferência; porém, a opção viria a ser legitimada pela intervenção do Comité Permanente do PCC e do Conselho de Estado, tecnicamente o órgão mais alto de governo da República Popular da China.

A Conferência de 1986 decidiu também abandonar oficialmente o “Segundo Plano de Simplificação dos Caracteres”, que havia sido promulgado em Dezembro de 1977 (ver Capítulo 3). Zhou Youguang (2003: 70) sugere duas razões para o fracasso desta tentativa de reforma: i) ao contrário do Plano de Simplificação de 1956, que havia legitimado as formas simplificadas dos caracteres que eram já vulgarmente aceites e usadas pelas populações, o mesmo não terá ocorrido com o Plano de 1977, não tendo por isso conquistado aceitação popular; ii) o Plano não foi promulgado na altura certa, nem foi devidamente verificado e discutido pelos membros da Comissão de Reforma da Escrita. Rohsenow (2004: 29) corrobora o factor temporal, acrescentando: “A experiência desastrosa de dez anos de caos durante a Revolução Cultural tinha deixado o público chinês em geral, e os intelectuais em particular, com uma aversão forte a qualquer mudança radical”.

Não obstante a simplificação dos caracteres ter deixado de constituir uma prioridade para os trabalhos de reforma da escrita na Nova Era, Fu Yonghe, director da Comissão Estatal para a Língua, referiu na Conferência que uma decisão final sobre este assunto deveria ser deixada para mais tarde, após a realização de uma “investigação aprofundada e uma análise abrangente” ¹⁴¹. Fu apresentou ainda alguns argumentos favoráveis e contrários à prossecução da simplificação dos caracteres, de onde se destacam: o “Plano de Simplificação dos Caracteres”, de 1956, consubstanciado pela “Lista Geral de Caracteres Simplificados”, publicada em 1964, reduziu o número de traços dos caracteres, tornando a sua estrutura mais clara; no entanto, alguns caracteres permanecem ainda demasiado complexos, pelo que deveriam ser alvo de nova simplificação; para além disso, considerando o elevado número corrente de caracteres, o número de caracteres simplificados (2235, na Lista Geral) não é satisfatório; por outro lado, uma nova simplificação afectaria a legibilidade de obras já publicadas e obrigaria também ao estudo de um número cada vez maior de caracteres; para além disso, a aprovação de novas listas de caracteres simplificados obrigaria à revisão sucessiva de

¹⁴¹ CHINA, *op. cit.*, p. 91.

livros e obras de referência, consumindo tempo e recursos financeiros, o que não se coaduna com os objectivos de desenvolvimento cultural e científico do país.¹⁴²

Fu Yonghe alertou ainda para o “uso indiscriminado” dos caracteres apelidados de tradicionais, que se verificava à época, em publicidade, sinalética, cinema, televisão e imprensa, declarando que deveria ser considerada a aplicação de “medidas efectivas para corrigir a situação”.¹⁴³

4.2.2 Promoção do *Putonghua*

Segundo Liu Daosheng, a política de promoção do *Putonghua* implementada desde os anos 50 estava correcta e deveria manter-se no futuro. Contudo, dado que na Nova Era a promoção do *Putonghua* seria uma “necessidade urgente para a construção da modernização”, a sua popularização deveria ser ainda “mais activa”. Neste sentido, esperava-se que, até ao final do século XX, o *Putonghua* se tornasse: i) a língua de instrução em todas as escolas de todos os níveis de ensino; ii) a língua de trabalho de todos os níveis da administração pública e de governo; iii) a língua de difusão na rádio, televisão, cinema e teatro; iv) a língua comum partilhada pelos falantes de diferentes variedades orais regionais e locais.¹⁴⁴

Contudo, Roshenow (2004: 31-32) nota que estes objectivos não diferem de forma significativa dos que haviam sido enunciados na década de 1950, o que mostra que ainda não teriam sido plenamente atingidos à data da realização da Conferência (1986). Em 1982, uma revisão da Constituição da RPC tinha determinado que o *Putonghua* fosse promovido a nível nacional.

Liu Daosheng referiu ainda que a regulamentação do *Putonghua* teria que ir mais além do que a simples padronização da pronúncia. Por isso, alertou para a necessidade de se definir um vocabulário padrão e promover o seu ensino, por forma a não comprometer a comunicação entre falantes de *Putonghua* originários de diferentes proveniências geográficas.¹⁴⁵ De facto, após a realização da Conferência, o trabalho da Comissão Estatal para a Língua centrou-se na regulamentação de terminologia e vocabulário de diferentes

¹⁴² CHINA, *op. cit.*, pp. 92-95.

¹⁴³ CHINA, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴⁴ CHINA, *op. cit.*, p. 25.

¹⁴⁵ CHINA, *op. cit.*, p. 26.

áreas, bem como a respectiva pronúncia, através da publicação de diversos documentos¹⁴⁶, de onde se destacam, logo em 1987:¹⁴⁷

- i) “Algumas directivas sobre o uso de caracteres em topónimos”¹⁴⁸;
- ii) “Algumas directivas sobre o uso correcto da língua oral e da escrita na rádio, cinema e televisão”¹⁴⁹;
- iii) “Algumas directivas sobre o uso correcto dos caracteres chineses e do *pinyin* em empresas, letreiros de lojas, embalagens, anúncios, etc.”¹⁵⁰.

4.2.3 Promoção do *pinyin*

A continuação da implementação e da promoção do Alfabético Fonético Chinês *pinyin* foi considerada por Liu Daosheng uma necessidade para cumprir os objectivos de desenvolvimento social e tecnológico.¹⁵¹

Zhou Youguang, que havia liderado o processo de criação do *pinyin*, apresentou na Conferência de 1986 o balanço da sua implementação desde a promulgação em 1958, de onde se destacam os seguintes aspectos: a utilização do *pinyin* traduziu-se num aumento de eficiência do processo de aprendizagem dos caracteres chineses, quer nas escolas primárias, quer pelos estrangeiros, apesar de se registarem resultados escassos à data da realização da Conferência; o *pinyin* revelou-se essencial para o desenvolvimento da sociedade da informação, constituindo um método eficiente de introdução dos caracteres chineses no computador; desde os anos 1960, começaram a ser publicados dicionários chineses que recorrem ao *pinyin* para a ordenação das palavras; em 1977, a Conferência das Nações Unidas para a Padronização de Nomes Geográficos recomendou que o *pinyin* fosse adoptado como o sistema internacional para a romanização de topónimos chineses;

¹⁴⁶ ROHSENOW, *op. cit.*, p. 32.

¹⁴⁷ Instituto de Linguística Aplicada do Ministério da Educação da RPC (2002), “*Jianguo hou de yuwen gongzuo* [Actividades da Língua Oral e da Escrita após a fundação da RPC] (1949 年-1985 年)”, acedido em 2010/04/14, http://www.china-language.gov.cn/58/2007_6_14/1_58_223_0_1181799110472.html

¹⁴⁸ [▪ 于地名用字的若干规定, *guanyu diming yongzi de ruogan guiding*]

¹⁴⁹ [▪ 于广播、电影、电视正确使用语言文字的若干规定, *guanyu guangbo dianying dianshi zhengque shiyong yuyan wenzi de ruogan guiding*]

¹⁵⁰ [▪ 于企业、商店的牌匾、商品包装、广告等正确使用汉字和汉语拼音的若干规定, *guanyu qiye, shangdian de paibian, shangpinbaozhuang, guanggao deng zhengque shiyong hanzi de hanyu pinyin de ruogan guiding*]

¹⁵¹ CHINA, *op. cit.*, p. 28.

em 1982, a Organização Internacional de Normalização¹⁵² adoptou o *pinyin* como sistema de romanização da “língua chinesa”.¹⁵³

Em Julho de 1988, a Comissão Estatal para a Língua e a Comissão Estatal de Educação publicaram o documento “Regras Elementares da Ortografia do *Hanyu Pinyin*”,¹⁵⁴.

4.3 Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC

No dia 1 de Janeiro de 2001, entrou em vigor a Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC¹⁵⁵ (ver Anexo II). Esta lei visa promover a regulamentação do *Putonghua* e dos “caracteres chineses padrão”¹⁵⁶, bem como o seu “desenvolvimento saudável”, com o intuito de acelerar o intercâmbio económico e cultural entre as diversas nacionalidades e regiões do país.¹⁵⁷

4.3.1 Antecedentes

As motivações para a elaboração da Lei foram apresentadas por Wang Jiali, vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Saúde Pública da Assembleia Nacional Popular (ANP)¹⁵⁸, numa sessão de debate iniciada a 3 de Julho de 2000: a utilização do *Putonghua* em lugares públicos ainda não se havia tornado verdadeiramente uma prática comum; a sociedade estava a usar “abusivamente” os caracteres apelidados de tradicionais e de forma “caótica” os caracteres simplificados; algumas empresas adoptavam nomes estrangeiros; o recurso a línguas estrangeiras, por exemplo em publicações, anúncios, embalagens e manuais de instruções de certos produtos, era

¹⁵² Organismo internacional que congrega instituições nacionais de padronização de 161 países e publica normas para diversas áreas técnicas. Norma ISO 7098, publicada em 1982, e revista em 1991.

¹⁵³ ZHOU, *op. cit.*, pp. 73-78.

¹⁵⁴ [汉语拼音正词法基本规则, *hanyu pinyin zhengcifa jiben guize*]

¹⁵⁵ [中华人民共和国国家通用语言文字法, *Zhonghua renmin gongheguo guojia tongyong yuyan wenzi fa*]

¹⁵⁶ [规范汉字, *guifan hanzi*]. Em CHINA (2001: 45-46), refere-se que o significado da expressão “carácter chinês padrão” foi evoluindo ao longo da História; apesar de carecer, à época, de uma definição precisa, a expressão deveria ser entendida como referente ao resultado das sucessivas etapas de modificação dos caracteres desde a fundação da RPC, isto é, aos caracteres simplificados.

¹⁵⁷ CHINA (2001), *Zhonghua renmin gongheguo guojia tongyong yuyan wenzi fa: xuexi duben* [Livro de Estudo da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC], Beijing, Editora Yuwen, pp. 4-9.

¹⁵⁸ A Assembleia Nacional Popular (ANP) é o órgão máximo do poder do Estado. É constituída por deputados eleitos pelas províncias, regiões autónomas, municípios directamente dependentes do governo central, regiões administrativas especiais e Forças Armadas. A ANP dispõe de diversas Comissões especiais com responsabilidade de auxiliar as actividades legislativas e de supervisão da própria ANP nas suas áreas específicas.

considerado “abusivo”. Segundo Wang, este panorama linguístico “caótico” justificava a necessidade de elaboração da Lei.¹⁵⁹

Os trabalhos de elaboração da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC iniciaram-se formalmente em Janeiro de 1997, em conjunto pela Comissão Estatal para a Língua e pela Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Saúde Pública da ANP. Contudo, já desde o ano 1990 que diversos membros da ANP e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês¹⁶⁰ promoviam iniciativas a requerer a elaboração de uma lei para a supervisão das questões da língua. Em Fevereiro de 2000, o Comité Permanente da ANP, considerando “a especificidade e a natureza complexa” das línguas orais e dos sistemas de escrita das minorias étnicas, decidiu restringir o âmbito de aplicação da lei ao *Putonghua* e aos caracteres chineses simplificados.¹⁶¹

A Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC foi aprovada a 31 de Outubro de 2000, na 18.ª Sessão do Comité Permanente da IX Assembleia Nacional Popular, e promulgada no mesmo dia pelo Presidente Jiang Zemin.¹⁶²

4.3.2 Disposições gerais e aplicação da Lei

No *Livro de Estudo da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC*, publicado pela Editora Yuwen, são apresentados os objectivos da implementação deste diploma legal: 1) ultrapassar as barreiras linguísticas e promover a interacção social; 2) promover a circulação regional de pessoas e bens, com vista ao estabelecimento de um mercado unificado e ao desenvolvimento do sistema económico socialista de mercado; 3) promover o entendimento e a comunicação entre as diferentes regiões, salvaguardando a unidade nacional e fortalecendo a coesão da nação chinesa; 4) desenvolver a ciência e a tecnologia e melhorar a cultura cívica; 5) acelerar a construção da sociedade da informação, adaptada às modernas necessidades de desenvolvimento económico e social.¹⁶³

Para a consecução dos objectivos enunciados, o Estado obriga-se a promover o *Putonghua* e o uso dos caracteres simplificados, facultando os meios necessários para que os cidadãos os estudem e utilizem. As escolas e outras entidades educativas deverão

¹⁵⁹ CHINA, *op. cit.*, pp. 11-12.

¹⁶⁰ Órgão consultivo constituído por elementos do Partido Comunista e dos outros partidos seus aliados, representantes de diversas organizações, de grupos étnicos, da diáspora chinesa, entre outros.

¹⁶¹ CHINA, *op. cit.*, pp. 12-13.

¹⁶² CHINA, *op. cit.*, p. 3.

¹⁶³ CHINA, *op. cit.*, p. 40.

adoptar o *Putonghua* e os caracteres simplificados como formas veiculares do sistema de ensino. O uso da língua oral comum na administração pública é incentivado. O *Putonghua* e os caracteres simplificados deverão ainda ser utilizados nas seguintes situações: rádio, cinema e televisão; espaços públicos; sinalética e anúncios; nomes de organizações com ou sem fins lucrativos; invólucros e instruções de produtos vendidos no mercado doméstico.

Em China (2001: 47), realça-se que a promoção do *Putonghua* não visa abolir artificialmente as falas regionais¹⁶⁴. O Artigo 16.º da Lei prevê inclusivamente algumas situações de excepção para o uso destas formas de falar, desde que previamente autorizadas: quando forem estritamente necessárias para a actuação de funcionários do governo central, no teatro, rádio ou televisão, em publicações, no ensino e na investigação. Do mesmo modo, o Artigo 17.º define as circunstâncias excepcionais para a utilização das formas não convencionais dos caracteres chineses: lugares e relíquias históricas, formas variantes de caracteres nos nomes pessoais, trabalhos artísticos, como caligrafia, caracteres manuscritos em inscrições e sinalética, em publicações, no ensino e na investigação.

No que respeita à utilização do alfabeto fonético chinês romanizado *pinyin*, a Lei determina, no seu Artigo 18.º, que a língua oral e a escrita comuns usarão este alfabeto como instrumento de transcrição e anotação fonética. Desta forma, o *pinyin* constitui o padrão uniforme para a transcrição, no alfabeto latino, de antropónimos, topónimos, literatura e documentos chineses; deverá também ser utilizado nas circunstâncias em que os caracteres chineses se revelem inconvenientes ou impossíveis de usar.

4.3.3 Administração e supervisão

Segundo o Artigo 21.º da Lei, as actividades de planeamento, assistência, administração e supervisão das questões relacionadas com a língua oral e a escrita comuns são da responsabilidade de “entidades do Conselho de Estado”. Estas entidades estão também encarregues de emitir as normas necessárias para os exames de avaliação do nível de *Putonghua*¹⁶⁵. Em China (2001: 94-100), acrescenta-se que, dada a grande dimensão do país e as suas assimetrias económicas, educativas e culturais, as tarefas de administração e supervisão do uso da língua oral e da escrita comuns deverão resultar de um esforço conjunto de diversos departamentos do Estado (ministérios, governos dos diversos níveis

¹⁶⁴ No que respeita às línguas orais e aos sistemas de escrita das minorias étnicas, o seu “uso e desenvolvimento” fica salvaguardado pelo Artigo 8.º da Lei.

¹⁶⁵ [普通话水平测试等级标准, *Putonghua shuiping ceshi dengji biao zhun*]

da administração, etc.), no sentido de se criar um “bom ambiente” em todo o país para promover o *Putonghua* e os caracteres chineses padrão.

De acordo com o Artigo 26.º da Lei, aqueles que violarem as disposições relativas ao uso do *Putonghua*, e dos caracteres simplificados em espaços públicos, serão instados pelas autoridades administrativas competentes a proceder às respectivas correcções. O texto preliminar da Lei previa a aplicação de sanções para os referidos incumprimentos. Contudo, estas viriam a ser retiradas da versão final, uma vez que alguns membros do Comité Permanente da ANP consideraram que a padronização da língua é um “processo longo e evolutivo”, que deverá ser “focado na orientação” e, na medida do possível, sem “coerção”.¹⁶⁶

4.4 Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão

Em Agosto de 2009, a Comissão Estatal para a Língua colocou em discussão pública o projecto da “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão” [通用规范汉字表, *tongyong guifan hanzi biao*]. Os trabalhos de realização desta Lista haviam-se iniciado formalmente em Abril de 2001.

Segundo Li Yuming, vice-director da Comissão Estatal para a Língua, a “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão” reflecte a política linguística actual da RPC relativa aos caracteres chineses, desempenhando um papel importante na sua regulamentação. Li acrescenta que a Lista Geral permite uma melhor implementação da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC, em vigor desde Janeiro de 2001, e concretiza o conceito “carácter chinês padrão” [规范汉字, *guifan hanzi*] vertido na referida Lei. A Lista Geral vem satisfazer os requisitos de regulamentação dos caracteres exigido pela sociedade da informação.¹⁶⁷

Um dos princípios que presidiu à elaboração da “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão” foi o de manter a estabilidade do sistema de escrita baseado nos caracteres chineses simplificados. Neste sentido, esta Lista Geral realiza a integração e a optimização de diversas normas anteriores, afirmando-se como sucessora dos seguintes documentos:

¹⁶⁶ CHINA, *op. cit.*, p. 21.

¹⁶⁷ Comissão Estatal para a Língua (2009), “*Tongyong guifan hanzi biao [Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão]*”, acedido em 2010/04/20, <http://www.china-language.gov.cn/gfhzb>

- i) “Primeira Lista de Formas Variantes Verificadas”, de 1955;
- ii) “Lista Geral de Fontes de Impressão dos Caracteres Chineses”, de 1965 ¹⁶⁸;
- iii) “Lista Geral de Caracteres Simplificados”, de 1986 ¹⁶⁹;
- iv) “Lista de Caracteres de Uso Comum no Chinês Moderno”, de 1988 ¹⁷⁰;
- v) “Lista Geral de Caracteres do Chinês Moderno”, de 1988 ¹⁷¹.

Porém, com o intuito de respeitar certos “costumes da sociedade” e “facilitar a vida dos cidadãos”, foram recuperados 51 caracteres que haviam sido abolidos em 1955 pela “Primeira Lista de Formas Variantes Verificadas”, principalmente usados em topónimos e antropónimos. No mesmo sentido, 6 caracteres anteriormente considerados tradicionais foram incluídos na nova Lista Geral. Além disso, foram ajustados 44 caracteres da “Lista Geral de Caracteres do Chinês Moderno” que não satisfaziam as normas previstas na “Lista Geral de Fontes de Impressão dos Caracteres Chineses”. ¹⁷²

Wang Ning, vice-directora do Instituto de Linguística da Academia de Ciências Sociais da China, em entrevista à agência de notícias oficial Xinhua, afirma que estas alterações não configuram nenhuma tentativa de recuperar os caracteres apelidados de tradicionais; trata-se apenas de corrigir a “sobre-simplificação” de alguns caracteres que os tornou “mais difíceis de compreender”. ¹⁷³

A “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão” é constituída por 8300 caracteres, que se agrupam em 3 categorias de acordo com o seu âmbito de utilização:

- 1.ª 3500 caracteres que registam a maior frequência de ocorrência e se destinam a satisfazer os requisitos básicos de educação universal;
- 2.ª 3000 caracteres que registam uma frequência de ocorrência inferior à primeira categoria e, juntamente com esta, formam um conjunto de 6500 caracteres que satisfazem os requisitos de impressão e publicação da representação escrita da “Língua Chinesa” moderna.

¹⁶⁸ [印刷通用汉字字形表, *yinshua tongyong hanzi zixing biao*] Contém 6196 caracteres para servir de referência à indústria da impressão.

¹⁶⁹ Consiste numa edição revista da “Lista Geral de Caracteres Simplificados” de 1964.

¹⁷⁰ [现代汉语常用字表, *xiandai hanyu changyongzi biao*] Subdivide-se em duas listas: a primeira contém 2500 caracteres de uso comum para serem ensinados no ensino primário; a segunda contém 1000 caracteres menos usados para serem ensinados no ensino secundário.

¹⁷¹ [现代汉语通用字表, *xiandai hanyu tongyongzi biao*] Contém 7000 caracteres.

¹⁷² Comissão Estatal para a Língua, *op. cit.*

¹⁷³ XINHUA (2009), “China to regulate use of simplified characters”, acedido em 2010/04/20 http://news.xinhuanet.com/english/2009-08/12/content_11871748.htm

3.^a 1800 caracteres para fins específicos, como apelidos, terminologia científica e tecnológica, ensino do Chinês Clássico nos níveis de ensino primário e secundário.¹⁷⁴

¹⁷⁴ COMISSÃO ESTATAL PARA A LÍNGUA, *op. cit.*

Capítulo 5

Análise interpretativa

Este capítulo começa por descrever alguns factores linguísticos e culturais necessários para a compreensão da política e do planeamento linguísticos da RPC na era das reformas; em seguida, procede-se à análise e discussão do tema central do trabalho, com base na apresentação de um enquadramento analítico específico.

5.1 Factores linguísticos

5.1.1 O “mito ideográfico”

A escrita chinesa pode ser classificada como “morfofossilábica”. Esta designação indica que cada carácter é pronunciado como uma sílaba única e representa um morfema único, sendo o morfema a unidade linguística mínima portadora de significado gramatical ou lexical. Cada carácter pode constituir uma palavra independente ou ser utilizado na escrita de palavras polissilábicas.¹⁷⁵

Segundo a tradição linguística chinesa, existem seis princípios de formação dos caracteres, denominados 六书 [*liu shu*], que se apresentam sucintamente em seguida, com base na análise de DeFrancis (1984: 79-82). Quatro desses princípios - 1.º, 2.º, 3.º e 5.º - baseiam-se na composição dos caracteres; os outros dois - 4.º e 6.º - baseiam-se no seu uso; o 6.º princípio corresponde a um grupo muito restrito de “caracteres derivados”, que DeFrancis opta por excluir desta análise simplificada:

1.º – Princípio pictográfico: caracteres resultantes de processos de estilização de figuras simples; por exemplo, 日 (“sol”), 月 (“lua”), 人 (“pessoa”), 木 (“árvore”), 马 (“cavalo”). (ver Anexo III - Evolução de alguns pictogramas chineses)

¹⁷⁵ Existem palavras polissilábicas que, apesar de serem representadas por mais do que um carácter, apenas constituem um morfema. Por exemplo, 蝴蝶 [*hudie*, “borboleta”] constitui um morfema único escrito com dois caracteres (HANNAS, 1997: 114). É de salientar também que alguns caracteres podem admitir mais do que uma leitura e significado, cuja desambiguação é esclarecida apenas pelo contexto, por exemplo: 着 [*zhuo*, “vestir”] e 着 [*zhao*, “tocar” ou “ter contacto com”], 好 [*hǎo*, “bem” ou “bom”] e 好 [*hào*, “gostar”].

2.º – Princípio indicativo simples: símbolos convencionados indicativos de ideias; por exemplo, 一 (“1”), 二 (“2”), 三 (“3”), 上 (“cima”), 下 (“baixo”).

3.º – Princípio indicativo composto: caracteres compostos por diversos elementos, onde o seu significado resulta de uma combinação convencional do significado dos elementos constituintes; por exemplo, 明 (“brilhante”, associação de “sol” e “lua”).

4.º – Princípio do empréstimo fonético: consiste na representação de palavras recorrendo ao empréstimo de caracteres de palavras homófonas ou homógrafas. Um exemplo ilustrativo deste princípio é a representação do verbo “vir” com o pictograma de uma certa variedade de trigo, cuja pronúncia antiga era homófona do referido verbo: na forma e pronúncia modernas, 来 [lai].

5.º – Princípio semântico-fonético: é uma extensão do princípio anterior e consiste na diferenciação de palavras homófonas representadas foneticamente pelo mesmo elemento. Esta diferenciação é efectuada pela adição de elementos semânticos ao elemento fonético comum. O elemento semântico, *bushou* [部首], é designado habitualmente por radical em diversas línguas ocidentais (em francês, designa-se por *clé* - “chave”). Por exemplo, para o elemento fonético 马 [mǎ]: 妈 [mā, “mãe”], com radical de “mulher”; 码 [mǎ, “número”], com radical de “pedra”; 骂 [mà, “insultar”], com radical de “boca”; para o elemento fonético 王 [wáng]: 汪 [wāng, “aquoso”], com radical de “água”; 枉 [wǎng, “injustiça”], com radical de “árvore”; 弄 [nòng, “brincar com”], com radical de “mãos dobradas”; 玉 [yù, “jade”], com radical de “jade”.

Os caracteres podem ser agrupados em duas classes distintas: a classe dos caracteres puramente semânticos (princípios pictográfico, indicativo simples e indicativo composto) e a classe dos caracteres compostos por um radical e um componente fonético. Nesta segunda classe, que é largamente maioritária, o radical sugere um campo alargado de significado, enquanto que o elemento fonético representa uma sílaba que pode fornecer

uma indicação mais ou menos aproximada da pronúncia do carácter, como foi visto nos exemplos apresentados acima.¹⁷⁶

Apesar de o sistema de escrita possuir simultaneamente uma base fonética e uma base semântica, a função do elemento fonético no processo de leitura é preponderante. Um estudo realizado por DeFrancis (1984: 128-129) mostra que os caracteres puramente semânticos compreendem apenas uma pequena minoria de 3% dos caracteres, e que, na categoria maioritária dos caracteres compostos por um radical e por um componente fonético (97%), o elemento fonético é claramente mais importante na indicação da pronúncia do que o elemento semântico na indicação do significado. Isto significa que o elemento fonético, apesar de indicar de forma apenas parcialmente fiável a sua pronúncia correcta, como mostram alguns dos exemplos apresentados na descrição do princípio semântico-fonético, é o factor determinante para obtenção de significado no processo de leitura.¹⁷⁷

A inclusão dos radicais nos caracteres compostos teve como objectivo diferenciar palavras homófonas e acepções diversas de vocábulos antigos, tendo sido pela primeira vez sistematizados no *Shuowen Jiezi* [说文解字], o grande dicionário etimológico chinês do século II. Neste dicionário, os 9353 caracteres identificados à época foram organizados segundo 540 radicais distintos. Este sistema, que permanece a base da lexicografia chinesa¹⁷⁸, não constitui uma forma precisa de classificação de conceitos fundamentais.¹⁷⁹

A ausência de concordância precisa entre o elemento fonético e a pronúncia do carácter decorre de razões históricas, que desde o século III a.C. mantêm praticamente estável a forma dos caracteres, sem haver um acompanhamento da evolução da

¹⁷⁶ DEFRANCIS, *op. cit.*, p. 125.

¹⁷⁷ DEFRANCIS (1984: 129). Caracteres puramente semânticos (3%): princípios pictográfico (1.3%), indicativo simples (0.4%), indicativo composto (1.3%); Caracteres compostos (97%): quanto à relação entre o significado do radical e do composto – identidade (1%), relação clara mas imprecisa (22.3%), menos clara e menos precisa (27.1%), obscura ou sem relação (46.6%); quanto à identidade entre o elemento fonético e o composto – completa (24.2%), idêntica excepto nos tons (16.5%), útil nos fonemas segmentais (23.3%), sem utilidade (33%). É de salientar que o autor não identifica o universo do estudo, mas depreende-se que se tratará de um conjunto alargado de caracteres de uso corrente.

¹⁷⁸ O Dicionário Kangxi [康熙字典], de 1716, reduziu o número de radicais para 214. A 5.^a edição do Dicionário do Chinês Moderno [现代汉语词典], publicada em 2005 pela Academia de Ciências Sociais da China, regista 201 radicais.

¹⁷⁹ ALLETON, Viviane (2008), *L'écriture chinoise: Le défi de la modernité*, Paris, Éditions Albin Michel, p. 44.

pronúncia¹⁸⁰. Contudo, este facto não altera a natureza da escrita, que é, na sua essência, uma escrita fonética, ainda que obsoleta e pouco eficiente na representação da língua oral comum moderna, o *Putonghua*.

Segundo outra perspectiva, Alleton (2007: 245-247) indica que, no estado actual do conhecimento, é possível afirmar que não existe escrita alguma que permita o acesso directo à leitura sem a mediação do som. Diversos estudos cognitivos sobre os processos de leitura provam que os caracteres chineses isolados, que se referem principalmente a morfemas, mas também a palavras monossilábicas, são mais bem identificados no campo visual esquerdo, correspondente ao hemisfério direito do cérebro, especializado no reconhecimento de formas. Por outro lado, para o reconhecimento de palavras compostas, constituídas por mais do que um carácter, ocorre a situação inversa: o campo visual direito - correspondente ao hemisfério esquerdo, que controla as faculdades da linguagem - é privilegiado, tal como ocorre com as escritas alfabéticas. Por isso, na presença de um segmento de texto mais longo do que um carácter, a escrita chinesa comporta-se neurologicamente como todas as outras escritas, numa relação necessária com uma língua oral¹⁸¹. Em suma, não é possível ler um texto se não se conhece a língua oral que o transcreve, o que inviabiliza a caracterização da escrita chinesa como ideográfica.¹⁸²

A presença de elementos semânticos na constituição dos caracteres, e o facto do elemento fonético indicar de forma apenas parcialmente fiável a sua pronúncia correcta, poderão estar na origem da ideia persistente de que a escrita chinesa permite um acesso directo ao texto escrito sem a mediação da fala, o que DeFrancis (1984: 133-148) apelidou de “mito ideográfico”.

Na Europa, as primeiras concepções ideográficas sobre a natureza da escrita chinesa formaram-se através dos relatos dos missionários católicos que a partir do século XVI entraram em contacto com a China. A ideia de que os caracteres chineses permitiam um acesso directo ao significado sem a mediação da fala, bem como a comunicação escrita

¹⁸⁰ Reforma ortográfica levada a cabo durante a dinastia Qin (221–206 a.C.) que consistiu na simplificação da forma dos caracteres, na sua padronização e eliminação de caracteres antigos. Nessa época, foi adoptado o estilo de escrita *xiaozhuan* [小篆] que, mais tarde, na dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), daria origem aos estilos *lishu* [隶书] e *kaishu* [楷书]. Após a introdução do estilo *kaishu*, os caracteres chineses não sofreram alterações significativas na sua forma ou estilo até ao século XX.

¹⁸¹ Também está demonstrado que a codificação fonética não é necessária para a leitura das palavras mais frequentes, tal como acontece com as escritas alfabéticas (ALLETON, 2007: 245-246).

¹⁸² ALLETON, Viviane (2007), “L’écriture chinoise: mise au point”, in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd’hui*, Paris, Éditions Gallimard, pp. 245-247.

entre povos falantes de línguas diferentes, transcendendo as fronteiras linguísticas, permaneceu dominante nos meios intelectuais e académicos até ao século XIX. Apenas em 1836, o linguista Peter DuPonceau apresentou na Sociedade Americana de Psicologia o primeiro estudo que refuta o “mito ideográfico”¹⁸³. Este mito, porém, acabaria por perdurar até à actualidade, encontrando-se presente em inúmeros livros de divulgação sobre a escrita chinesa, publicados tanto em chinês como em línguas ocidentais. A título de exemplo, em *Speaking of Chinese*, de Raymond Chang e Margaret Chang, publicado em 2001, pode ler-se: “Como representações de ideias, os caracteres chineses revelam a mente humana a trabalhar. Eles viajam directamente da visão para o cérebro, evitando os caminhos da fala.”¹⁸⁴

Na tradição chinesa, as interpretações ideográficas sobre a natureza do sistema de escrita tiveram apenas um papel marginal. Algumas formulações do *Shuowen jiezi* sugeriam que a escrita chinesa era de natureza ideográfica. Apesar de esta visão ter sido rejeitada por diversos intelectuais no início do século XX, actualmente assiste-se ao seu ressurgimento por parte de alguns académicos defensores de uma “linguística cultural chinesa” de inspiração nacionalista¹⁸⁵ (por exemplo, ver Muo, 2002). Esta questão será abordada no capítulo 5.2 Factores culturais.

O “mito ideográfico” tem implicações no debate sobre o futuro dos caracteres. Segundo Zhu Dexi (1920-1992), fundador e primeiro director do Instituto de Linguística Computacional da Universidade de Pequim:

A maior força dos caracteres chineses é a sua capacidade de transcenderem o espaço e o tempo. A pronúncia da língua chinesa antiga difere muito da contemporânea. Mas como os caracteres sofreram relativamente poucas alterações de significado, e como a sua forma gráfica se manteve bastante estável em dois mil anos, sem grandes alterações, os livros antigos (...) ainda podem ser entendidos hoje pela maioria das pessoas. (...) A pronúncia de alguns fangyan [variedades orais regionais] difere de forma muito significativa, (...) mas através da escrita em caracteres [os seus falantes] podem entender-se mutuamente. [Zhu Dexi citado em Muo (2002: 3)]

Apesar de o sistema de escrita ter permanecido praticamente inalterado desde a dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), muitos dos morfemas da língua oral, característicos de épocas particulares, poderão já não ser usados nem compreendidos na actualidade, ou seja,

¹⁸³ ALLETON, *op. cit.*, pp. 249-256.

¹⁸⁴ CHANG, Raymond – CHANG, Margaret (2001), *Speaking of Chinese*, New York and London, W. W. Norton, p. 14.

¹⁸⁵ ALLETON, *op. cit.*, pp. 248-249.

os caracteres encontrados em textos antigos têm hoje significados diferentes, e a própria sintaxe também é dificilmente reconhecível.¹⁸⁶

Outra das consequências do “mito ideográfico” é a pretensa capacidade dos caracteres para transcenderem o espaço, isto é, para permitirem a comunicação escrita entre falantes de variedades orais mutuamente ininteligíveis. Por um lado, é certo que existe apenas um único sistema oficial de escrita chinesa - o Chinês Vernáculo, baseado na língua oral comum moderna, o *Putonghua*¹⁸⁷. Por outro lado, o que justifica a literacia dos falantes dos *fangyan* diferentes do Mandarim é o bilinguismo, pois esses falantes aprendem a ler e a escrever segundo as regras gramaticais e o vocabulário do *Putonghua*. Por isso, em nome da unidade do sistema de escrita, mais de 300 milhões de chineses¹⁸⁸, falantes das variedades orais chinesas minoritárias (Wu, Yue, Min, etc.), estão privados de escrever formalmente a sua própria língua materna.¹⁸⁹

5.1.2 A desvantagem competitiva dos caracteres

O linguista norte-americano William Hannas, em *Asia's Orthographic Dilemma* e *The Writing on the Wall: How Asian Orthography Curbs Creativity*, procede a uma análise crítica extensa e aprofundada dos sistemas de escrita baseados em caracteres chineses. No essencial, Hannas conclui que estes sistemas de escrita colocam os seus utilizadores numa situação de desvantagem competitiva em relação aos utilizadores de sistemas alfabéticos. Segundo Hannas, a escrita baseada em caracteres chineses tem consequências adversas na aprendizagem, especialmente na literacia, e no processamento computacional de informação.¹⁹⁰ Hannas sustenta ainda uma tese muito controversa, segundo a qual esta escrita limita a criatividade e a capacidade de inovação dos seus utilizadores.¹⁹¹

¹⁸⁶ HANNAS, W. C. (1997), *Asia's orthographic dilemma*, Honolulu, University of Hawaii Press, pp. 5, 128.

¹⁸⁷ A escrita dos *fangyan* diferentes do Mandarim pode ser realizada recorrendo aos caracteres chineses padrão ou a caracteres criados especificamente para o efeito. Estas representações escritas, ininteligíveis para os falantes de Mandarim, nunca foram alvo de uma sistematização formal nem de reconhecimento oficial. Na actualidade, a representação escrita do Cantonês, em Hong Kong, goza de bastante popularidade, principalmente nos *media* e na publicidade.

¹⁸⁸ Valor estimado com base nos números apresentados no Capítulo 2.

¹⁸⁹ HANNAS, *op. cit.*, p. 200.

¹⁹⁰ Para além da China, a análise de Hannas estende-se aos restantes países sob a influência cultural dos caracteres chineses: Japão, Coreia e Vietname. No Japão, os caracteres chineses começaram por ser utilizados pelo seu valor fonético; actualmente, são usados num sistema de escrita misto com um silabário próprio - *kana*. Na Coreia, os caracteres também começaram por ser usados pelo seu valor fonético, tendo a escrita evoluído para um sistema próprio tipologicamente alfabético - *hangul* - mas que funcionalmente opera como um silabário. O *hangul* é usado como sistema autónomo na Coreia do Norte e de forma apenas parcial

A primeira medida da eficiência da escrita chinesa é o número muito elevado de unidades da escrita que devem ser aprendidas, em comparação com as escritas alfabéticas.

¹⁹² Em segundo lugar, num sistema alfabético, os seus utilizadores podem facilmente confiar no seu conhecimento da pronúncia de uma palavra para reconhecê-la ou reproduzi-la na escrita, o que não tem equivalência na escrita chinesa. ¹⁹³ Para Hannas, “os chineses estão a gastar demasiado tempo para dominar as ferramentas do discurso, sem retirarem daí nenhum benefício demonstrável para eles ou para a nação como um todo”. E o tempo gasto na aprendizagem da escrita, que é apenas um instrumento para adquirir conhecimento, não é utilizado no desenvolvimento de outras competências: “os utilizadores de escritas alfabéticas já há muito tempo pararam de pensar sobre a mecânica do seu sistema de escrita e estão a usá-lo para aprender ou transmitir conhecimento”. ¹⁹⁴

Segundo Hannas, um factor importante que condiciona a eficiência do processamento computacional de informação baseada em caracteres é a falta de convenções precisas para o conceito de palavra. Se este conceito é um dado adquirido para os utilizadores de escritas alfabéticas, o mesmo não se verifica na tradição dos sistemas de escrita por caracteres, onde a divisão da escrita em palavras não se usa. Na ausência de regras consagradas para a representação sem ambiguidade de palavras na escrita, mediante espaços em branco, não há uma sintaxe bem definida¹⁹⁵, da qual dependem, para o seu funcionamento eficiente, utilitários como correctores ortográficos e gramaticais, *thesaurus*, editores automáticos de texto, tradução automática e ordenação e busca de informação em bases de dados. ¹⁹⁶

na Coreia do Sul. No Vietname, os caracteres chineses foram adoptados para representar a sua língua, através do sistema *chu-nom*, que veio mais tarde a ser substituído por um sistema alfabético Latino - *quoc ngu*.

¹⁹¹ A tese de Hannas sobre a forma como a escrita por caracteres limita a criatividade e a capacidade de inovação dos seus utilizadores relaciona os mecanismos cognitivos da criatividade com a análise dos componentes abstractos da fonologia, prática que, segundo Hannas, é incentivada pelas escritas alfabéticas. Esta tese, expressa no seu livro publicado em 2003, para além de ainda não ter sido adoptada ou desenvolvida por outros autores, é também fonte de grande controvérsia e por isso não será aqui abordada com mais detalhe (ver, por exemplo, EAKIN (03/05/2003)).

¹⁹² Estima-se que o número total de caracteres chineses seja superior a 60000, sendo necessários cerca de 7000 para a escrita do *Putonghua*; a “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão”, colocada em discussão pública em Agosto de 2009, define um grupo de 3500 caracteres que se destinam a satisfazer os requisitos básicos de educação universal.

¹⁹³ HANNAS, *op. cit.*, p. 152.

¹⁹⁴ HANNAS, W. C. (1994), “Reflections on the ‘Unity’ of Spoken and Written Chinese and Academic Learning in China”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 62, p. 4.

¹⁹⁵ Diversos programas informáticos analisam sequências de caracteres dividindo-as nos seus componentes sintácticos, mas este procedimento poder requerer a confirmação ou correcção por parte do utilizador.

¹⁹⁶ HANNAS (1997), *op. cit.*, pp. 260-262, 279.

Acresce ainda que num ambiente alfabético a escrita de um texto com um teclado de um computador realiza-se de forma expedita, pois a transição de ideias do pensamento para o ecrã é praticamente directa e imediata. Porém, a introdução de caracteres num computador, mesmo quando realizada de forma fonética¹⁹⁷, obriga a uma etapa intermédia. Esta etapa consiste na confirmação ou alteração sistemática dos caracteres sugeridos pelo computador consoante as sílabas ou palavras introduzidas foneticamente através do teclado. Para além de limitar a velocidade e a facilidade de escrita da informação, esta acção interfere directamente com o pensamento, pois este não se processa com base em símbolos visuais mas em sons.¹⁹⁸

5.1.3 A caminho da “digrafia”

Su Peicheng (2001: 116-120), académico da Universidade de Pequim, defende que “a complexidade dos caracteres chineses não é apropriada para o desenvolvimento de tecnologia moderna” e que estes são “uma desvantagem na era da informação”. Além disso, indica que “insistir na adaptação das máquinas à língua, e não o contrário” é uma política antiga que a História já provou estar errada.¹⁹⁹

Neste sentido, Su propõe a co-existência de dois sistemas de escrita chinesa: os caracteres chineses, que seriam o primeiro sistema, e o alfabeto fonético *pinyin*, o segundo. Para Su, esta combinação - digrafia²⁰⁰ - constitui “a única estratégia correcta para o século XXI”, preservando os caracteres por um “período longo”. Su acrescenta ainda: “As dificuldades na realização na digrafia não radicam na tecnologia, mas na ideologia”.²⁰¹

¹⁹⁷ A introdução dos caracteres chineses num computador pode ser realizada, num teclado convencional, pela respectiva transcrição fonética, ou através de métodos de análise gráfica da forma dos caracteres. A introdução fonética com o sistema *pinyin* é o método cada vez mais utilizado na actualidade, especialmente pelas camadas mais jovens da população, ao contrário dos métodos de análise gráfica, que obrigam a conhecer em detalhe a sucessão de traços e a estrutura dos caracteres, preferidos pelas camadas mais velhas da população chinesa.

¹⁹⁸ HANNAS, W. C. (2003), *The Writing on the Wall: How Asian Orthography Curbs Creativity*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 280-281.

¹⁹⁹ Su Peicheng refere que a utilização dos caracteres chineses já se tinha revelado inapropriada em invenções como a máquina de escrever ou o telégrafo. Su acrescenta que a “sinificação” da tecnologia custa tempo e dinheiro e nem todas as novas tecnologias podem ser adaptadas aos caracteres chineses.

²⁰⁰ A palavra “digrafia” será aqui utilizada com o sentido de “digraphia”, que se refere à co-existência de dois ou mais sistemas de escrita diferentes para a mesma língua, por analogia com o conceito de “diglossia” para a oralidade. GRIVELET (2001) e DALE (1980) analisam em detalhe a história do conceito de “digrafia”, para além da sua aplicação à escrita chinesa.

²⁰¹ SU, Peicheng (2001), “Digraphia: a strategy for Chinese characters for the twenty-first century”, *International Journal of the Sociology of Language*, n.º 150, 109-124, pp. 120-121.

Feng Zhiwei e Yin Binyong (2000), do Instituto de Linguística Aplicada de Pequim, corroboram a opinião de Su Peicheng. Feng e Yin propõem uma “digrafia na era da informação”, sugerindo que o uso do *pinyin* “aumentaria significativamente a eficácia das redes de comunicação na China, beneficiando muito a modernização socialista do país”. Estes académicos recordam ainda que, desde a Conferência Nacional para as Actividades da Língua Oral e da Escrita, em 1986 (ver Capítulo 4), o *pinyin* deixou de ser considerado “um sistema alfabético em evolução para substituir os caracteres chineses no futuro”, posição que consideram até “muito inferior àquela preferida por Mao Zedong^[202]”.

Além das vantagens que apresenta no domínio tecnológico, Su Peicheng (2001: 117) defende que o *pinyin* pode desempenhar também uma “função indispensável” na educação, uma vez que é uma ferramenta importante para a aprendizagem da escrita chinesa e para a popularização do *Putonghua*. Em 1982, com o apoio da Comissão Estatal para a Língua e da Comissão Estatal de Educação, foi posto em prática um programa educativo experimental - Z.T.²⁰³ - destinado a alunos da escola primária e a adultos iletrados ou semi-letrados. Neste programa, as crianças e os adultos envolvidos são ensinados a ler e a escrever *Putonghua*, usando simultaneamente o *pinyin* e os caracteres chineses durante os dois primeiros anos de escolaridade (no programa escolar normal, o *pinyin* é apenas ensinado durante os dois primeiros meses como sistema de anotação fonética dos caracteres). Após algumas semanas, estes alunos são capazes de ler e escrever em *pinyin* praticamente tudo o que sabem dizer.²⁰⁴

Segundo John Rohsenow, professor emérito de linguística chinesa da Universidade de Illinois, os resultados da execução do programa Z.T. mostram que os estudantes são capazes de aprender a ler e a escrever usando o *pinyin*, e a maioria até aprende os caracteres chineses mais depressa do que os alunos ensinados pelo método tradicional. Porém, ao fim de alguns anos, muitos dos alunos sujeitos ao programa Z.T. acabam por perder a proficiência em *pinyin* devido à ausência de conteúdos avançados escritos neste sistema alfabético. Este facto leva Rohsenow (2001: 133-144) a concluir que ainda não

²⁰² Mao Zedong defendeu em 1951 que a reforma dos caracteres chineses deveria avançar na direcção da fonetização comum a todas as línguas mundo.

²⁰³ [注音識字提前讀寫, *zhuyin shizi tiqian duxie*] (“Reconhecimento de caracteres por anotação fonética promove a leitura e a escrita precoces”).

²⁰⁴ ROHSENOW, John S. (2001), “The present status of digraphia in China”, *International Journal of the Sociology of Language*, n.º 150, 125-140, pp. 134-135.

estão reunidas na sociedade as condições para que o *pinyin* se torne verdadeiramente um sistema de escrita alternativo.

A exequibilidade técnica da utilização do *pinyin* como sistema de escrita é analisada por Xieyan Hinch em “Two Steps Toward Digraphia in China”. Hinch (2004) argumenta que o alfabeto fonético *pinyin*²⁰⁵, incluindo a sua ortografia²⁰⁶, é um sistema de escrita “razoável e viável” para escrever o *Putonghua*. A tese deste autor contraria, naturalmente, a própria definição constante no Artigo 18 da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC, que considera o *pinyin* um mero “instrumento de transcrição e anotação fonética” (ver Capítulo 4).

O número elevado de morfemas monossilábicos homófonos do *Putonghua*, e a alegada ambiguidade que resultaria da sua representação escrita com o alfabeto Latino, é frequentemente apontado como a prova de que os caracteres chineses são indispensáveis e de que o *pinyin* nunca se poderá afirmar como um sistema de escrita. No entanto, Hinch (2004: 9-21) argumenta que os morfemas homófonos são na realidade distinguíveis pelo facto de pertencerem a classes de palavras diferentes, ou a outras categorias funcionais, ou ainda por serem morfemas presos²⁰⁷. Dentro de uma certa classe de palavras, esses morfemas poderão não ser verdadeiramente homófonos, mas quase-homófonos, diferenciados por mudança de tom, rotacismo²⁰⁸ ou tom neutro²⁰⁹. Para este autor, o fenómeno da homofonia na língua chinesa moderna é tão periférico como noutras línguas. De facto, os chineses iletrados, sem nenhum conhecimento de sistemas de escrita, comunicam oralmente sem quebras na comunicação resultantes do fenómeno da homofonia.²¹⁰

²⁰⁵ Na formulação chinesa, [汉语拼音方案,] (*hanyu pinyin fang'an*).

²⁰⁶ “Regras Elementares da Ortografia do *Hanyu Pinyin*” [汉语拼音正词法基本规则, *hanyu pinyin zhengcifa jiben guize*], documento publicado em 1988.

²⁰⁷ Um morfema preso não ocorre isoladamente, ou seja, só poderá constituir uma palavra associado a pelo menos um outro morfema.

²⁰⁸ Na formulação chinesa, 儿化 [*erhua*]. Processo fonológico que consiste na adição do sufixo -r a algumas sílabas, produzindo um som retroflexo, que pode indicar mudanças de significado.

²⁰⁹ O *Putonghua* possui quatro tons (fonemas supra-segmentais) lexicais - por exemplo: mā, má, mǎ, mà - e um tom neutro, sem contorno.

²¹⁰ HINCHA, Xieyan (2004), “Two Steps Toward Digraphia in China”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 134.

5.2 Factores culturais

5.2.1 O nacionalismo cultural

O nacionalismo surgiu no final do século XVIII na Europa com o aparecimento dos Estados-nação. O Estado-nação é uma forma única de organização política que resulta da luta entre império e nação e entre tradição e modernidade. Como conceito moderno, o nacionalismo combina a ideia política de auto-determinação territorial, a ideia cultural de identidade nacional e a ideia moral de auto-defesa num mundo anárquico.²¹¹

A China imperial não constituía um Estado-nação. Para Zhao (2000: 3), antes do século XIX a população chinesa “não estava imbuída de um sentimento duradouro de nacionalismo baseado em lealdade ao Estado-nação ou à etnicidade”; de outro modo, a população manifestava uma lealdade à cultura chinesa - o culturalismo concebia a China como a única civilização verdadeira, que incorporava um conjunto universal de valores.²¹²

O nacionalismo emergiu na China na sequência da derrota infligida pelas tropas britânicas na Guerra do Ópio (1840-1842). Este acontecimento, além de ter contribuído para fragilizar o regime imperial, levou as elites chinesas a rejeitar o velho culturalismo e a adoptar o conceito europeu de nacionalismo como um novo princípio básico para a defesa e regeneração do país.²¹³

Já no século XX, as sucessivas lideranças de Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek, Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, partilhando um sentimento profundo de revolta contra as humilhações impostas no passado por diversas potências estrangeiras, pretenderam restaurar a grandeza nacional da China. Zhao (2000: 4) sustenta que o nacionalismo permeou todos os movimentos e ideologias no século XX na China: “[a]queles que queriam governar a China tinham que propor e implementar um programa de salvação nacional”.²¹⁴

Após a chegada ao poder de Deng Xiaoping, em Dezembro de 1978, a China entrou numa era de reformas internas e de abertura ao exterior. Yuan (2007: 22-23) nota que nesta era “surgiu um novo tipo de nacionalismo mais orgânico na sociedade, em oposição ao nacionalismo simplesmente manipulado pelas lideranças”, e que apresenta um

²¹¹ ZHAO, Suisheng (2000), “Chinese Nationalism and Its International Orientations”, *Political Science Quarterly*, vol. 115, n.º 1, p. 3

²¹² ZHAO, *op. cit.*, pp. 3-4.

²¹³ ZHAO, *op. cit.*, p. 4.

²¹⁴ ZHAO, *op. cit.*, p. 4.

forte pendor cultural. Com efeito, no início da década de 1990, surge no debate de ideias na vida intelectual chinesa o conceito de *chineseness* [*zhonghuaxing*]. Para Zhang (302), a *chineseness*, que carece de uma definição precisa, remete para uma reivindicação culturalista e visa “substituir a modernidade do Ocidente, cujo empréstimo significa o atraso da China, pelos valores essenciais da cultura chinesa”.

Zhang (2003: 303) acrescenta que este “renascimento cultural” da China, que emerge a par da sua ascensão económica, pretende afirmar-se como uma força de resistência ao orientalismo²¹⁵ e de denúncia da posição dominante do Ocidente. Se a década de 1980 tinha ficado caracterizada pela imitação do modelo económico e ideológico ocidental, na década de 1990 ambicionou-se colocar a China numa posição de igualdade em relação ao Ocidente. No início do século XXI, a *chineseness* manifesta-se através da implementação de projectos expansionistas de exportação cultural, como a criação de numerosos Institutos Confúcio²¹⁶ por todo o mundo. Em simultâneo, alguns académicos, como Wang Yuechuan da Universidade de Pequim, propõem a restauração da “esfera cultural dos caracteres chineses”²¹⁷, numa lógica de afirmação da China como potência regional.²¹⁸

Chow (1998: 6-7) argumenta que a “obsessão” dos intelectuais chineses com a *chineseness* demonstra um “sinocentrismo” que traça uma linha imaginária entre a China e o resto do mundo, onde tudo o que é chinês é “fantasiado como algo melhor”; por outro lado, conclui que aquilo que começou por ser uma resistência a práticas discriminatórias da hegemonia do Ocidente tornou-se paradoxalmente uma afirmação narcisista e megalómana da China, que a autora apelida de “sinochauvinismo”.

5.2.2 A Linguística Cultural Chinesa

No contexto do “renascimento cultural” da China, surgiram nos anos 1990 diversos movimentos a defender a promoção da escrita chinesa, manifestando-se contrários à

²¹⁵ Termo que Edward Said, no seu livro *Orientalism*, publicado em 1978, utilizou para descrever uma tradição ocidental, tanto académica como artística, de interpretações preconceituosas sobre o Oriente.

²¹⁶ Os Institutos Confúcio são instituições públicas dependentes do Ministério da Educação da RPC que se destinam a promover e divulgar a língua e a cultura chinesas no exterior. O Ministério pretende alcançar 1000 Institutos Confúcio em funcionamento em todo o mundo no ano 2020.

²¹⁷ [汉字文化圈, *wenzi wenhua quan*] Conceito que designa o grupo de países ou regiões historicamente sob influência cultural chinesa.

²¹⁸ ZHANG, Yinde (2007), “La ‘sinité’”, in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd’hui*, Paris, Éditions Gallimard, pp. 303-305.

ampliação do uso do *pinyin*. De entre estes movimentos, destaca-se pela visibilidade da sua actuação a Associação Internacional de Pequim para a Investigação em Caracteres Chineses²¹⁹, responsável pela publicação da revista de divulgação *Hanzi Wenhua* (“Cultura dos Caracteres Chineses”).²²⁰

Os artigos publicados na *Hanzi Wenhua* veiculam invariavelmente uma alegada superioridade da “língua chinesa”, que se baseia nos seguintes argumentos: a “língua chinesa” é a língua mais clara, mais concisa e mais fácil de aprender do mundo; os “ideogramas”[sic] são “expressões de significado” e “símbolos de ideias” e armazenam mais informação do que a escrita linear; o monossilabismo é uma força e não uma fraqueza da língua; e a sua gramática é a mais próxima da gramática da matemática, da notação musical e dos símbolos químicos. Pelo exposto, chega-se à conclusão de que “a língua chinesa tem o potencial para se tornar a melhor língua internacional”. Os movimentos partidários do nacionalismo cultural não pretendem apenas demonstrar a superioridade da “língua chinesa”, pretendem também demonstrar que a reforma da escrita é “impraticável e prejudicial”, uma vez que a escrita chinesa é o “produto do modo de pensar chinês” e a “cristalização das peculiaridades intelectuais chinesas”, constituindo um “componente fundamental da identidade nacional”.²²¹ Chu (2007: 298-299) indica que estas ideias, ainda que “pouco informadas pela linguística científica, são avidamente difundidas pelos *media* e acolhidas com entusiasmo pelo grande público”.

Esta é a visão de uma escola que se tem vindo a afirmar no mundo académico na China, designada por Linguística Cultural Chinesa²²², e que se manifesta através de mais de uma centena de livros e de um milhar de artigos publicados contra a “ênfase injustificada na forma linguística” em detrimento do “espírito cultural da língua”. Para a Linguística Cultural Chinesa, a linguística chinesa moderna deu lugar a “um século sem espírito chinês” e a “um século de consciência nacional enfraquecida”, pelo que esta “crise” só poderá ser resolvida se o “cientismo” der lugar ao “humanismo” e os linguistas

²¹⁹ *Beijing Guoji Hanzi Yuanjiuhui* [北京国际汉字研究会], fundada a 9 de Março 1980 sob a designação inicial “Associação para a Modernização dos Caracteres Chineses” e renomeada em 1991; destina-se a promover a investigação e divulgação de assuntos relacionados com a língua, a escrita e a cultura chinesas.

²²⁰ GUO, Yingjie (2004), *Cultural Nationalism in Contemporary China*, London, RoutledgeCurzon, p. 95.

²²¹ GUO, *op. cit.*, pp. 96-97.

²²² [中国文化语言学, *Zhongguo wenhua yuyanxue*]

chineses redescobrirem a sua língua materna como uma parte do seu “sistema nacional simbólico e de valores”.²²³

Esta nova escola de pensamento tem sido descrita como uma reacção contra a tradição do Movimento 4 de Maio, surgido na segunda década do século XX (ver Capítulos 2 e 3), que responsabilizava a língua oral e a escrita chinesas pelo atraso da China, considerando-as um obstáculo ao desenvolvimento e à modernização do país. Segundo Guo (2004: 97), a Linguística Cultural Chinesa vem afirmar a “teoria da superioridade da língua chinesa” contra a “teoria da língua chinesa obsoleta”, que está actualmente desacreditada e que já poucos mencionam em público. Por isso, este autor conclui que “um dos pilares centrais da secular reforma da língua na China colapsou e a reforma perdeu ímpeto e perdeu a sua direcção”. De facto, após a fundação da RPC, o PCC aparentava dar seguimento às reivindicações do Movimento 4 de Maio: a aprovação do “Plano de Simplificação dos Caracteres”, em 1956, e do “Alfabeto Fonético Chinês” (*pinyin*), em 1958, poderia sugerir uma futura substituição dos caracteres por um sistema alfabético. Porém, em 1986, em plena era das reformas, viria a ser reiterado o papel secundário do *pinyin* na escrita chinesa, mantendo os caracteres simplificados a sua função primordial (ver Capítulo 4).

Para Chu (2007: 295), “actualmente não se trata mais de procurar os defeitos da herança cultural e linguística para lhe encontrar a cura, mas de reconstruir uma potência à altura do seu passado glorioso. Evidentemente, a visão que se forma da língua deve adaptar-se à nova aspiração nacional”²²⁴. Chu (2007: 299) conclui:

Ce qui est arrivé à la pensée chinoise en matière de langue durant le siècle écoulé est au fond symptomatique du dilemme qui tourmente la Chine depuis son entrée dans le monde moderne: comment forger une nouvelle identité qui conservera ses spécificités mais qui sera aussi, pour ainsi dire, intégrée au sein de la communauté internationale?

²²³ GUO, *op. cit.*, pp. 97-99.

²²⁴ CHU, Xiaoquan (2007), “Identité de la langue”, in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd’hui*, Paris, Éditions Gallimard, p. 295.

5.3 Análise e discussão

5.3.1 Enquadramento analítico

De acordo com Cooper (1989: 31-35), as actividades de política e planeamento linguísticos²²⁵ podem estruturar-se segundo três eixos: planeamento do *corpus*, referente às intervenções de forma efectuadas num código escrito ou oral; planeamento do *status*, relativo à definição da função que uma língua, ou variedade linguística, desempenha - língua oficial, língua de instrução, etc.; planeamento da aquisição, conceito introduzido por Cooper para designar as actividades destinadas a aumentar o número de utilizadores de uma língua ou variedade linguística.

Cooper (1989: 182) afirma que uma teoria do planeamento linguístico permitiria justificar as motivações para a definição de certos objectivos de planeamento de *status*, *corpus* e aquisição, justificar os meios escolhidos para alcançar esses objectivos e os resultados da sua implementação. Porém, o autor argumenta que a referida teoria ainda não existe, dada a complexidade dos mecanismos do planeamento linguístico: por um lado, devido aos inúmeros factores (económicos, ideológicos, políticos, etc.) que o influenciam; por outro, e fundamentalmente, por ser um instrumento ao serviço de objectivos tão diferentes como a modernização económica, a integração nacional, a manutenção de elites, entre outros.

Em síntese, Cooper explica que a compreensão das actividades de planeamento linguístico requer a compreensão da mudança social que as promove: *“To plan language is to plan society. A satisfactory theory of language planning, therefore, awaits a satisfactory theory of social change”*.

Na ausência de uma teoria geralmente aceite para os estudos de política e planeamento linguísticos, Cooper propõe um quadro descritivo com o intuito de explicar os seus mecanismos e actividades. Para o efeito, o autor recorre ao enquadramento teórico de outras áreas de estudo, considerando o planeamento linguístico como um caso de gestão de

²²⁵ Na altura da publicação do seu livro *Language Planning and Social Change*, em 1989, a expressão ‘política e planeamento linguísticos’ ainda não se havia vulgarizado, pelo que Cooper se refere apenas a ‘planeamento linguístico’. No entanto, numa entrevista em 2008 (*Questions for Robert Cooper*, de Elana Shoamy), Cooper já utiliza indiferentemente as expressões ‘planeamento linguístico’ e ‘política e planeamento linguísticos’.

inovação, de *marketing*, um instrumento na aquisição e manutenção do poder e um caso de tomada de decisão.²²⁶

Em seguida, apresenta-se sucintamente uma descrição dos quatro modelos que fundamentam a construção do quadro descritivo de Cooper:

Gestão de inovação

As alterações dos comportamentos linguísticos, quer sejam planeadas ou não planeadas, resultam de processos de difusão. As inovações introduzidas por alguns falantes ou escritores de uma certa língua, ou variedade linguística, são adoptadas por outros.

A teoria da difusão de inovações relaciona as diferenças na rapidez e no grau de aceitação de uma certa inovação com as características dessa mesma inovação, com os seus adoptantes e com o seu enquadramento social. Uma abordagem difusionista aplicada ao estudo do planeamento linguístico sugere a colocação da seguinte questão de síntese: *quem adopta o quê, quando, onde, porquê e como?*

Marketing

A abordagem tradicional de um problema de *marketing* segue o modelo dos “4 P’s”: desenvolver o *produto* certo, apoiado pela *promoção* certa, colocado no *lugar* certo, ao *preço* certo²²⁷.

A aplicação deste modelo sugere que os actores das actividades de planeamento linguístico devem conceber produtos atractivos para os potenciais consumidores. Para o planeamento linguístico, a definição do produto varia de acordo com o objectivo do planeamento. Por exemplo, para uma academia linguística, o produto a promover poderá ser o orgulho nacional; numa campanha de alfabetização em massa, o produto poderá ser o desenvolvimento económico.

A promoção de um produto, um serviço ou de uma ideia refere-se aos esforços efectuados para induzir os potenciais utilizadores a adoptá-los (Cooper exemplifica com as campanhas de promoção do uso correcto do Francês no Quebec na década de 1980:

²²⁶ COOPER, Robert (1989), *Language planning and social change*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 58-98.

²²⁷ Do Inglês *product, promotion, place* e *price*.

“*Parler bien c’est se respecter*”). Na maioria dos casos, os que planeiam precisam de considerar como vão persuadir os potenciais adoptantes a aceitar a inovação. Quando o planeamento linguístico é concebido pelo Estado, poderá também ser utilizado o seu poder coercivo para fazer cumprir essas determinações.

O lugar refere-se aos canais de distribuição de um dado produto. A promoção de um bem de consumo falha se o potencial consumidor não tiver meios de o encontrar. O preço é um factor importante que determina o grau de atracção de um certo bem de consumo ou serviço. Cooper exemplifica este conceito com os esforços conscientes realizados para aprender novas formas de falar ou escrever, ou com o custo de resistir a hábitos antigos.

Busca e manutenção do poder

Uma das vertentes da ciência política moderna estuda o fenómeno do poder. Este conceito designa a capacidade de influenciar o comportamento dos outros. Tendo em conta que o planeamento linguístico procura influenciar comportamentos, os instrumentos de análise da ciência política poderão ser relevantes para o seu estudo. A política é o estudo da influência e dos influentes, e determina, em síntese: *quem beneficia, quando e como*.

A identificação dos beneficiários das políticas e do planeamento linguísticos é útil para a sua compreensão. Cooper indica que o planeamento linguístico pode ser utilizado como instrumento para manter o poder de grupos influentes, exemplificando: quando uma certa língua é apresentada como um símbolo de um passado glorioso, ou da grandeza de um povo, as elites que manipulam esse símbolo poderão usá-lo como forma de legitimar o seu poder, em nome da defesa de valores tradicionais.

O tempo é uma variável relevante para a compreensão das relações de poder: por um lado, importa considerar a rapidez de resposta a uma tentativa de influência; por outro, a implementação de uma decisão pode implicar esforços reiterados para lidar com a resistência daqueles cujo comportamento se tenta influenciar.

Tomada de decisão

O estudo dos mecanismos de tomada de decisão e das políticas públicas fornece um conjunto de variáveis agrupadas em torno da questão de síntese: *quem toma que decisões, porquê, como, sob que condições e com que efeito*.

Para o estudo do planeamento linguístico, salientam-se as condições que influenciam e determinam os processos de tomada de decisão. Estas podem ser agrupadas em quatro categorias: factores situacionais; estruturais; culturais; e ambientais.

Os factores situacionais são aqueles acontecimentos relativamente transitórios que têm um impacto imediato nas políticas, como, por exemplo, os ciclos económicos, desastres naturais, acontecimentos políticos ou mudanças tecnológicas.

Os factores estruturais dizem respeito às características relativamente imutáveis das estruturas políticas (tipo de regime, forma de governo, compromissos políticos prévios), económicas (tipo de sistema económico, base económica, capacidade produtiva, riqueza e rendimento nacionais), sociais, demográficas e ecológicas (caracterização da população, grau de urbanização, recursos naturais, localização geográfica). Uma vez que os factores estruturais são relativamente duradouros, têm um impacto mais previsível e continuado nas políticas do que os factores situacionais.

Os factores culturais são as atitudes e os valores defendidos por certos grupos dentro da comunidade ou pela comunidade como um todo.

Os factores ambientais designam os acontecimentos e atitudes que existem fora do sistema mas que influenciam decisões dentro dele: a situação política internacional, a adopção de ideias políticas de outras nações, acordos internacionais, obrigações e pressões, corporações privadas internacionais.

Com base na sobreposição dos quatro modelos anteriores e nas variáveis de análise fornecidas por cada um, Cooper (1989: 97-98) propõe o seguinte quadro descritivo de síntese para o estudo e compreensão das actividades de política e planeamento linguísticos:

- I Que actores: elites formais, influentes, contra-elites, etc.
- II tentam influenciar que comportamentos
- III de que pessoas
- IV com que finalidades: evidentes (comportamentos linguísticos); latentes (comportamentos não-linguísticos, satisfação de interesses)
- V sob que circunstâncias: factores situacionais, estruturais, culturais, ambientais, informação (necessária para uma boa decisão)
- VI por que meios: autoridade, força, promoção, persuasão
- VII através de que processos de tomada de decisão: regras de decisão
- VIII com que resultados.

5.3.2 Aplicação do quadro descritivo de Cooper

O planeamento linguístico na China remonta pelo menos à dinastia Qin (221–206 a.C.), quando o respectivo imperador levou a cabo uma reforma ortográfica que consistiu na simplificação da forma dos caracteres, na sua padronização e eliminação de caracteres antigos. Nessa época, foi adoptado o estilo de escrita *xiaozhuan* [小篆] que, mais tarde, na dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), daria origem aos estilos *lishu* [隶书] e *kaishu* [楷书]. Após a introdução do estilo *kaishu*, os caracteres chineses não sofreram alterações significativas na sua forma ou estilo até ao século XX.

No início do século XX, diversos intelectuais chineses responsabilizaram os caracteres pelo atraso estrutural do país e deram início ao debate sobre a romanização da escrita. Após a fundação da RPC, Mao Zedong, que inicialmente se havia mostrado favorável à substituição da escrita chinesa por um sistema alfabético, decidiu manter os caracteres, simplificando a sua forma gráfica, e criar o sistema auxiliar de romanização *pinyin*. A par disto, a promoção de uma língua oral comum para toda a população Han passou a ser considerada “uma tarefa política importante” (ver Capítulo 3).

Como vimos no Capítulo 4, a Conferência Nacional para as Actividades da Língua Oral e da Escrita, em 1986, deu início a uma nova era na política e no planeamento linguísticos da RPC, caracterizada essencialmente pela regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita, baseada nos caracteres chineses simplificados. Estas prioridades foram relacionadas com os novos desígnios de modernização da China, nomeadamente a construção da sociedade da informação e o desenvolvimento social e económico do país. Após a realização da referida Conferência, o trabalho da Comissão Estatal para a Língua centrou-se na regulamentação de terminologia e vocabulário de diferentes áreas, bem como a respectiva pronúncia; foram ainda implementadas medidas correctivas destinadas a combater o uso dos caracteres apelidados de tradicionais, à época considerado “indiscriminado”: por exemplo, em Pequim, entre 1992 e 1995, 3000 inspectores obrigaram à substituição de cerca de 40000 caracteres tradicionais, durante 4000 visitas efectuadas a 525 ruas principais da cidade.²²⁸

As medidas tomadas por diversas entidades oficiais contra o uso dos caracteres tradicionais têm sido abertamente criticadas pelos defensores do nacionalismo cultural. Em

²²⁸ GUO, *op. cit.*, p. 104.

Março de 2009, Pan Qinglin, membro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, e vice-presidente da Federação dos Chineses do Ultramar em Tianjin, propôs inclusivamente a abolição dos caracteres chineses simplificados num prazo de dez anos e o retorno aos caracteres tradicionais. Segundo Pan, os caracteres simplificados são demasiado “rudes” e destituídos de “beleza estética” e “significado científico”; além disso, acrescenta que a reintrodução dos caracteres tradicionais seria benéfica para uma reunificação futura de Taiwan com a RPC, uma vez que aquele território mantém a escrita tradicional. A proposta de Pan gerou controvérsia e muita discussão nos *media*, tendo muita gente considerado que o retorno aos caracteres tradicionais é uma questão que não faz sequer sentido ser colocada. Su Peicheng, da Universidade de Pequim, também se manifestou contra a proposta de Pan Qinglin, tendo alertado para a dificuldade prática do regresso aos caracteres tradicionais: “É provavelmente difícil convencer mais de 95 por cento da população a abandonar as formas simples em favor do complexo”.²²⁹

Os nacionalistas manifestam-se também contra a implementação do programa experimental Z.T. (apresentado em 5.1.3) e a ampliação dos usos do *pinyin*. Como alternativa, empenharam-se na divulgação de métodos de ensino baseados apenas em caracteres. Por exemplo, a Associação Internacional de Pequim para a Investigação em Caracteres Chineses desenvolveu os seus próprios manuais de estudo, escritos apenas com caracteres, persuadindo com êxito diversas escolas e professores sob a sua influência a adoptá-los²³⁰. Guo (2004: 105) refere que estas iniciativas, ainda que não ponham em causa a política linguística oficial, demonstraram ter capacidade para desafiá-la e quebrar o seu monopólio, pois as autoridades não são capazes de controlar o ensino em todas as escolas.

Em 2001, a Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC reiterou os objectivos de regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita baseada nos caracteres simplificados, definidos na Conferência de 1986, considerados essenciais para o desenvolvimento da economia e da sociedade da informação (Capítulo 4). Além de determinar a prossecução da promoção do *Putonghua* como língua oral nacional, a Lei prevê a utilização do poder coercivo do Estado contra aqueles que violarem o denominado

²²⁹ ZHANG, Jessica (12/03/2009), “Heated debate on abolishing simplified Chinese character”, China.org.cn, http://www.china.org.cn/government/NPC_CPPCC_2009/2009-03/12/content_17431913.htm, acedido em 17/05/2009.

²³⁰ GUO, *op. cit.*, p. 105.

“desenvolvimento saudável” dos “caracteres chineses padrão”, o que se entende tratar-se do uso considerado errado dos caracteres tradicionais.

Em 2009, a Comissão Estatal para a Língua colocou em discussão pública a “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão” (ver Capítulo 4). Este documento visa manter a estabilidade do sistema de escrita baseado nos caracteres chineses simplificados, propondo, contudo, a recuperação de 51 caracteres que haviam sido abolidos em 1955 e de 6 caracteres anteriormente considerados tradicionais, e ainda o ajustamento de 44 caracteres. Segundo uma notícia publicada na edição de 31 de Outubro de 2009 do jornal *Le Monde*, um inquérito organizado por um dos maiores portais chineses da Internet (*Sohu.com*) mostra que “90,3% das 247195 pessoas consultadas se declararam hostis” à implementação da referida Lista Geral. Ma Jinglun, académico da Universidade Normal de Nanquim, é contrário a uma perspectiva de simplificação dos caracteres, pois considera estes “exercem ‘um papel social e psicológico’ importante na História da cultura do Império do Meio, uma vez que a escrita milenar dos caracteres serviu de poderoso factor de unificação política”. Dong Qiang, professor da Universidade de Pequim, argumenta: “[v]ejo na actual polémica um conflito entre a ‘tecnocracia progressista’ - que justifica a reforma como uma tentativa de padronizar melhor a escrita e uma adaptação à necessidade da era da internet - e uma necessidade de se enraizar no plano cultural através da escrita”, acrescentando: “essa hostilidade à reforma reflecte um estado de espírito dos chineses de hoje que estão fartos de todas as decisões que vêm de cima, de supostos ‘especialistas’ ”.²³¹ Em Abril de 2010, uma entidade governamental notificou diversas estações de televisão chinesas, incluindo a principal televisão pública CCTV, para evitarem nas suas emissões o uso de siglas inglesas como NBA, FMI, WTO, GDP, etc.²³²

Vimos até aqui que as propostas de regresso aos caracteres tradicionais ou de uma nova alteração dos caracteres simplificados têm sido fonte de controvérsia nos *media*, aparentando ser rejeitadas ou recebidas com indiferença por muitos utilizadores chineses da Internet. Em simultâneo, o número de utilizadores da Internet na China tem crescido de forma muito significativa²³³. Neste contexto, o sistema *pinyin*, que foi criado como um

²³¹ PHILIP, B. (31/10/2009), “Les chinois ont mauvais ‘caractères’ ”, *Le Monde*.

²³² Esta medida gerou controvérsia e foi criticada por alguns académicos, como Liu Yaoying da Universidade de Comunicação da China, que a apelidou de “conservadorismo cultural” CHINA DAILY (07/04/2010).

²³³ O relatório do *China Internet Network Information Center* de Janeiro de 2010 mostra que no final de Dezembro de 2009 o número de utilizadores chineses da Internet alcançou 384 milhões, a que corresponde um crescimento de 28.9% em relação ao ano anterior. Este relatório relaciona este crescimento com o rápido

mero instrumento auxiliar de transcrição dos caracteres chineses, ganha uma nova importância e poderá ainda ter consequências inesperadas para a política linguística. Como vimos, a introdução dos caracteres chineses num computador pode ser realizada, num teclado convencional, pela respectiva transcrição fonética, recorrendo ao *pinyin*, ou através de métodos mais complexos de análise gráfica da forma dos caracteres. Victor Mair (2009, comunicação pessoal) argumenta que o *pinyin*, que estima ser utilizado por cerca de 95% dos utilizadores de computadores, é uma “espada de dois gumes” para os caracteres chineses: no curto prazo, permite-lhes sobreviver no mundo das novas tecnologias; porém, no longo prazo, o facto de os utilizadores de computadores dependerem desse sistema para a escrita leva-os a esquecer como escrever os caracteres à mão, além de os tornar cada vez mais confortáveis com o *pinyin*, recorrendo por vezes apenas ao *pinyin* para a escrita de expressões isoladas. Mair acredita que a proporção de uso do *pinyin* tenderá a crescer com o tempo.

O facto de a utilização frequente do *pinyin* nos computadores e telemóveis facilitar o esquecimento dos caracteres é uma preocupação actual de muitos professores nos diversos níveis de ensino na China. Isto tem feito também renascer o interesse pelo desenvolvimento de métodos não-fonéticos de introdução dos caracteres, que obrigam o utilizador a analisar e a decompô-los mentalmente nos seus componentes fundamentais. Por exemplo, o método *Hema*, desenvolvido desde 2003 por Guilin Ouyang, contará já, segundo o seu autor, com mais de 100 mil utilizadores em todo o mundo (2010, comunicação pessoal). Ouyang, que considera o desaparecimento dos caracteres como algo inconcebível, pois estes são “portadores da cultura chinesa”, tem promovido o *Hema* por diversas regiões da China, especialmente entre chineses que não conhecem o sistema *pinyin*, e ainda entre estudantes estrangeiros de *Putonghua*. Parece-nos que este método de introdução de caracteres, ou outros semelhantes de análise gráfica, podem ter um papel importante no curto e médio prazo ao permitirem o acesso aos computadores e à Internet às camadas mais velhas da população sem qualquer conhecimento do sistema *pinyin*, ou a falantes de variedades regionais e locais pouco familiarizados com a pronúncia padrão do *Putonghua*. A longo prazo, porém, é expectável que, pelo menos entre os falantes do *fangyan* Mandarim, o uso do *pinyin* tenda a crescer ainda mais.

desenvolvimento económico do país e o aumento dos investimentos nas infra-estruturas de comunicação (CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER, 2010).

Outro factor que poderá desafiar a política linguística da RPC e o futuro dos caracteres chineses é o ensino do Inglês.²³⁴ Mair (2009: comunicação pessoal), recordando que “todas as crianças na escola aprendem Inglês, e até muitos adultos por causa da sua enorme utilidade”, mostra-se convicto de que “os chineses acabarão por usar o Mandarim romanizado [*pinyin*] ou o Inglês”, mas a sua “visão pessimista” leva-o a acreditar que o Inglês ganhará. Esta ideia de que o Inglês poderá no futuro substituir a escrita chinesa, caso as autoridades não adoptem uma política mais favorável de promoção do *pinyin* como sistema de escrita, é também partilhada por Hannas (1997). Esta visão não nos parece realista²³⁵, sendo difícil conceber um país da dimensão da China a recorrer a uma língua estrangeira para a sua escrita. Não obstante, consideramos que a difusão do Inglês poderá ter outro papel na definição da escrita chinesa no futuro. Como forma de antever os efeitos que a exposição crescente da população chinesa a um ambiente alfabético poderá ter para a escrita chinesa, propomos olhar para o que se passa actualmente em Hong Kong.

A Região Administrativa Especial de Hong Kong foi estabelecida em 1 de Julho de 1997, com a retrocessão à RPC daquele território que se encontrava desde 1842 sob administração britânica. Hong Kong é uma sociedade linguisticamente homogénea, onde o Cantonês é a língua materna de cerca de 98% da população e o uso do *Putonghua* é residual.²³⁶ Durante o período de soberania britânica, o Inglês desempenhou um papel preponderante na administração e nos sistemas de justiça e de educação. Após a transição de soberania, esta língua manteve a sua importância na sociedade local²³⁷, uma vez que é considerada essencial para o mercado de trabalho e para a afirmação daquele território como centro financeiro internacional. Por isso, Hong Kong é actualmente uma sociedade bilingue. Apesar de o Cantonês ser a língua oral dominante, o sistema de escrita principal é

²³⁴ Em *Language Education in China*, publicado em 2005, Agnes Lam refere que, após uma breve tentativa de implementação do ensino do Russo nos anos 1950, como forma de aproximação à União Soviética, o Inglês tem sido considerado na China a língua estrangeira mais importante, especialmente após o fim da Revolução Cultural. É actualmente uma disciplina obrigatória, pelo menos a partir do Ensino Secundário.

²³⁵ O Inglês pode, de facto, estar a tomar o lugar do *pinyin* - não dos caracteres - em algumas circunstâncias. ALLETON (2008: 118) refere que a difusão crescente desta língua tenderá a acentuar o carácter marginal do *pinyin*, por exemplo em espaços público, indicações de circulação rodoviária e pedonal, e nos nomes de organismos, que são por norma escritos em caracteres seguidos de uma transcrição em *pinyin* ou de uma tradução em Inglês (em Pequim, a tradução e a transcrição aparecem em proporções aproximadamente iguais, em Xangai domina o Inglês e em Cantão ele é quase exclusivo)

²³⁶ YEH, K. *et alii* (2009), “The Prospects for the Development of Written Cantonese and Its Romanization”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 189.

²³⁷ FLOWERDEW, J. (1998), “English in Hong Kong and the reversion to Chinese sovereignty”, *Perspectives: Working Papers of the English Department*, N.º 10, 46-89, Hong Kong, City University of Hong Kong, p. 10.

o Chinês Vernáculo, baseado no *Putonghua*, tal como na China Continental. Contudo, a escrita vernácula do Cantonês, que é realizada com os caracteres chineses tradicionais ou com outros criados especificamente para o efeito, e ainda com letras do alfabeto latino, é um fenómeno linguístico relevante em Hong Kong.²³⁸

Apesar de a escrita vernácula do Cantonês ter estado tradicionalmente associada a representações de textos informais ou de entretenimento, nos últimos anos tem-se assistido a uma expansão rápida deste fenómeno, nomeadamente em publicidade e na imprensa, que incorpora cada vez mais conteúdos escritos em Cantonês²³⁹. Yeh (2009: 64-66) analisa diversos factores que contribuíram para a “vitalidade etnolinguística” da escrita do Cantonês em Hong Kong, de onde se destacam:

1. Se, por um lado, Hong Kong não se encontrava sob jurisdição da RPC aquando do início das campanhas de promoção do *Putonghua*, por outro, as autoridades britânicas mostravam-se apenas preocupadas em garantir que o ensino do Inglês começasse desde cedo na escolaridade, não restringindo nem desencorajando o uso do Cantonês como língua de instrução na escola ou a sua presença nos *media*.

2. Apesar de a escrita do Cantonês gozar ainda de um prestígio inferior à escrita chinesa oficial, os textos escritos em Cantonês lidam essencialmente com assuntos relacionados com a vida diária dos seus habitantes, o que contribui para a sua atractividade.

3. A prosperidade económica de Hong Kong tem contribuído para o prestígio do Cantonês, tendo inclusivamente o *Putonghua* adoptado algumas palavras daquela língua.

Além da consolidação da escrita vernácula do Cantonês baseada nos caracteres chineses, assiste-se actualmente na Internet ao surgimento de um fenómeno novo que consiste em práticas de romanização informal desta língua. Em 1993, a Sociedade Linguística de Hong Kong já havia desenvolvido um sistema de romanização para o Cantonês - *Jyutping*. Porém, dada a complexidade de utilização deste sistema, que incorpora a representação dos tons com algarismos, o *Jyutping* nunca conquistou aceitação

²³⁸ A escrita vernácula do Cantonês pode ser encontrada em publicações budistas do final da dinastia Ming (1368–1644) na região de Cantão. Já no século XX, esta escrita ganha um novo impulso durante o *Dialect Literature Movement* (1947-1949), que tinha como objectivo difundir os ideais comunistas através da sua incorporação em literatura escrita nos dialectos da região de Cantão. Em Hong Kong, diversos escritores de esquerda iniciaram a publicação de uma série de artigos em jornais locais, tendo sido o primeiro grupo de escritores a escrever, de forma consistente, textos inteiramente em Cantonês. Este movimento permitiu também estender a utilização do Cantonês escrito para histórias modernas, peças e ensaios. BAUER, Robert – CHEUNG, Kwan-hin (2002) e SNOW (2004).

²³⁹ YEH, *op. cit.*, pp. 66-67.

por parte dos falantes nativos, que não dominam as suas regras nem lhe atribuem utilidade prática, estando a sua utilização muitas vezes limitada ao ensino do Cantonês a estrangeiros. Todavia, muitos falantes de Cantonês estão actualmente, ainda que de forma livre e sem regras definidas, a romanizar a sua língua na Internet para conversação e escrita de mensagens em blogues e outros sítios. Yeh (2009) acredita que estas manifestações poderão estar a iniciar um processo de construção de um novo sistema mais eficiente e expedito de romanização do Cantonês com potencialidade para conquistar uma larga aceitação pelos seus falantes. Segundo Yeh, este fenómeno, que decorre da necessidade de os falantes de Cantonês comunicarem de forma eficiente na era digital, poderá ser o primeiro passo para uma futura padronização e legitimação de um método de romanização do Cantonês em Hong Kong.

A situação linguística de Hong Kong mostra-nos que uma comunidade de chineses que desde cedo na sua escolaridade está em contacto com o Inglês, e por conseguinte com um ambiente alfabético - um caso sem paralelo na China Continental, começa a escrever de forma alfabética a sua língua materna. É certo que em Hong Kong existe uma motivação adicional para o desenvolvimento desta escrita que não existe na China Continental, que é, por um lado, a complexidade do *Jyutping*, e, por outro, o facto de o *pinyin* não ter sido promovido naquele território de forma tão eficaz como foi na China Continental. Além disso, o *pinyin* destina-se a escrever o *Putonghua* e não o Cantonês. Contudo, o que este exemplo de Hong Kong mostra de relevante para o futuro da escrita na China é que uma comunidade de chineses que se sente confortável com uma escrita alfabética recorre a essa escrita para transcrever a sua própria língua materna, pelas suas evidentes vantagens de simplicidade e eficiência na era da informação, em detrimento dos caracteres chineses.

Já vimos que a política e o planeamento linguísticos da RPC na era das reformas têm sido caracterizados essencialmente pela regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita, baseada nos caracteres chineses simplificados, ficando reservado para o sistema *pinyin* um mero papel auxiliar de transcrição fonética dos caracteres. Apesar de o governo não estigmatizar as associações e os académicos que defendem a implementação da digrafia, a verdade é que nada faz para a promover (ressalva-se a abertura do regime para a implementação do programa Z.T. nos anos 1980). Mas vimos também que existem alguns indícios que poderão estar a definir um novo rumo para uma escrita chinesa sem

caracteres no futuro. Este facto leva-nos a questionar se a partir daqui a política e o planeamento linguísticos serão mesmo necessários ou relevantes e se terão algum efeito prático. Acontece que mesmo sem uma política oficial de promoção da digrafia, situação na qual os caracteres simplificados coexistiriam em igualdade com o *pinyin* para a escrita do *Putonghua*, parece-nos que este é o caminho que os próprios chineses começam a trilhar, ainda que inconsciente, informal e muito lentamente, motivado pela necessidade permanente de escrever de forma eficiente em computadores e telemóveis. A utilização recorrente do *pinyin* para a escrita dos caracteres poderá, de facto, ser a “espada de dois gumes” que referimos anteriormente para os próprios caracteres.

Os computadores e os telemóveis não são os primeiros utensílios na História a ameaçar a existência dos caracteres. Lee (2001), num artigo intitulado “*Where the PC Is Mightier Than the Pen*” (Quando o computador pessoal é mais poderoso do que a caneta) mostra que no passado a existência dos caracteres já havia sido desafiada aquando da invenção da caneta:

This is not the first time that Chinese writing has come under assault. Until the 20th century, the calligraphy brush was the dominant writing instrument. With its rich cultural undertones, calligraphy took many years to master, an investment that also meant that the vast majority of Chinese remained illiterate. When the pen became popular in China after the turn of the 20th century, it was furiously attacked, accused of undermining the country's cultural heritage. While the characters written were identical, critics said that it removed the expressiveness found in traditional calligraphic writing. But now calligraphy has largely retreated to an aesthetic form that is practiced by only a small segment of people.

O debate sobre o futuro dos caracteres na China já é longo e foi sempre motivado pelas desvantagens inerentes a este sistema de escrita. Como vimos, a escrita baseada em caracteres chineses tem consequências adversas para o ensino e para a literacia. A propósito de literacia, segundo o *World Fact Book* da agência de inteligência americana CIA, 90.9% da população da RPC de idade igual ou superior a 15 anos sabe ler e escrever.²⁴⁰ Porém, Mair (2009: comunicação pessoal) refere: “O que eu vejo no terreno na China, em aldeias e zonas remotas põe em causa estes números. A taxa actual de literacia elementar em aldeias e zonas remotas pode ser metade desse valor”. Além disto, como vimos em 5.1.2, as novas tecnologias vieram demonstrar ainda que os caracteres possuem inconvenientes para o processamento computacional de informação. Outra característica

²⁴⁰ The World Fact Book (2010), *Central Intelligence Agency*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>, acedido em 20/07/2010.

importante da escrita oficial chinesa é que ela impede aquela parte considerável da população falante dos topolectos diferentes do Mandarim - um grupo que rondará cerca de 300 milhões de pessoas - de escreverem formalmente a sua própria língua materna. Até que ponto fenómenos semelhantes aos de Hong Kong, onde os falantes de Cantonês começam a romanizar informalmente a sua língua, poderão alastrar a outras regiões da China Continental, só o futuro o dirá. Porém, essa hipótese afigura-se-nos bastante provável, uma vez que corresponde a uma tendência do ser humano para se expressar melhor e mais naturalmente na sua língua materna, e será facilitada num contexto de uma familiarização cada vez maior com uma escrita alfabética. Essa familiarização será proporcionada tanto pela utilização crescente do *pinyin* como pela aprendizagem do Inglês. A escrita vernácula dos topolectos diferentes do Mandarim estará também dependente da vitalidade destas formas orais regionais. Se, na década de 1950, o início da promoção do *Putonghua* criou receios nas populações de que as suas línguas estariam ameaçadas, a realidade veio demonstrar que estas formas orais não só não desapareceram, como desempenham actualmente um papel essencial para a comunicação no dia-a-dia de muitos chineses nas diversas regiões específicas. Aliás, como vimos no Capítulo 4, a Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC de 2001 prevê a coexistência do *Putonghua* com as formas orais regionais.

No início do século XX, alguns intelectuais chineses exigiram a romanização da escrita. Mao Zedong, que inicialmente se havia mostrado favorável à romanização, acabaria por não a implementar quando chegou ao poder. Porque terá Mao falhado a romanização após a fundação da RPC? O ambiente aparentava ser favorável: por um lado, as cúpulas comunistas, assim como diversos intelectuais próximos do PCC, eram favoráveis à romanização; por outro, grande parte da população era analfabeta, o que teria facilitado a reforma do sistema de escrita. Como vimos no Capítulo 3, o linguista Zhou Youguang revelou em 2004 que Mao terá sido convencido por Estaline a não adoptar o alfabeto latino. Esta justificação não é totalmente satisfatória, pois quem levou a cabo, por exemplo, a Revolução Cultural, teria provavelmente sido capaz de abolir os caracteres chineses se fosse essa a sua vontade. Talvez Mao tenha encontrado no seio do novo regime mais resistência à reforma da escrita do que aquela que esperaria, o que o terá levado a adoptar uma posição conciliadora - a simplificação dos caracteres e a promessa futura de romanização. Mas as verdadeiras razões que terão levado Mao Zedong a mudar de opinião

e a falhar a romanização - naquela que, acreditamos, teria sido a altura certa - permanecem uma lacuna na historiografia da política linguística chinesa.

Zhou Enlai, em 1958, afirmou que a romanização da escrita não era uma tarefa para aquele momento. Em 1986, Liu Daosheng, presidente da Comissão Estatal para a Língua, reiterou que a romanização se tratava de “um assunto para o futuro”. No entanto, acreditamos que, em pleno século XXI, a sociedade da informação, as novas tecnologias e as exigências de um mundo global cada vez mais competitivo estão a acelerar a chegada desse momento futuro. A reforma dos caracteres iniciada na década de 1950 deu origem a um debate sobre a legitimidade dos caracteres simplificados. Os opositores a essa reforma consideram os caracteres simplificados desprovidos de valor estético e destituídos de legitimidade para representar a herança cultural chinesa; além disso, argumentam que a manutenção dos caracteres tradicionais é importante para a reunificação futura com Taiwan, território que não adoptou a simplificação. Porém, esse debate hoje em dia perde força e relevância; o que está em causa actualmente é a própria sobrevivência do sistema de escrita por caracteres - qualquer que seja a sua forma canónica - quando colocado em competição com a escrita alfabética. Também vimos que a romanização da escrita chinesa é tecnicamente exequível (5.1.3 A caminho da “digrafia”); a dificuldade da sua implementação não é certamente linguística, quando muito será cultural (5.2 Factores culturais).

Posto isto, é necessário referir que os caracteres chineses desempenharam um papel fundamental ao longo da História da China, nomeadamente na construção de um sentimento de identidade nacional entre a população Han. Conforme sublinha Ramsey (1984: 17-18):

(...) quando a maioria dos chineses pensa numa língua que os une como povo, a ‘língua comum’ que eles têm em mente é ainda fundamentalmente a sua escrita. Mas no sentido em que muitos dos usos da língua são orientados e focados por pelas mesmas normas, é impossível ignorar a unidade essencial da China. O poder de unificação exercido na cultura chinesa pela escrita chinesa não deve ser subestimado; mesmo os iletrados sentiram sempre a sua influência.

Talvez seja por esta razão referida por Ramsey que muitos chineses não concebem a sua China sem os seus caracteres. Mas talvez os caracteres já tenham cumprido a sua missão histórica de construir aquele grande país. Para percebermos melhor o dilema que assalta o imaginário linguístico de muitos chineses, quando confrontados com o expectável desaparecimento gradual dos caracteres, podemos fazer uma analogia com o dilema vivido

actualmente pelos europeus no processo em curso de construção de uma Europa federal. Quando questionados se estariam dispostos a abdicar da soberania secular dos seus países, em nome de uma Europa mais forte, muitos europeus rejeitam liminarmente essa possibilidade. Porém, os passos dados nas últimas décadas no desenvolvimento da União Europeia vão no sentido do esvaziamento progressivo das funções tradicionais de soberania dos estados membros. Seguindo esta tendência, chegará um dia em que na presença de uma política fiscal única e de uma política externa e de segurança comuns, a União Europeia se comportará funcionalmente como um país. Neste cenário, a soberania dos estados membro não desempenhará mais do que um papel meramente simbólico. Da mesma forma, os caracteres chineses, mesmo sendo expectável que progressivamente diminuam a sua importância para a escrita chinesa, talvez nunca desapareçam por completo e mantenham por muito tempo uma função simbólica em algumas circunstâncias, como por exemplo nos antropónimos, de tal modo que a China possa prosseguir livremente o caminho para o desenvolvimento sem o obstáculo da sua escrita milenar, porquanto, na História da Humanidade, o futuro é sempre muito mais importante do que o passado.

Capítulo 6

Conclusões

O objectivo central definido no início deste trabalho foi analisar a política e o planeamento linguísticos da República Popular da China na era das reformas. Em concreto, pretendeu-se analisar os diversos factores, nomeadamente históricos, políticos, sociais, linguísticos e culturais que influenciaram a política e o planeamento linguísticos.

O planeamento das questões linguísticas na China remonta pelo menos à dinastia Qin (221–206 a.C.), quando o respectivo imperador levou a cabo uma reforma ortográfica que consistiu na simplificação da forma dos caracteres, na sua padronização e eliminação de caracteres antigos. Nessa época, foi adoptado o estilo de escrita *xiaozhuan* [小篆] que, mais tarde, na dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), deu origem aos estilos *lishu* [隶书] e *kaishu* [楷书]. Após a introdução do estilo *kaishu*, os caracteres chineses não sofreram alterações significativas na sua forma ou estilo até ao século XX.

No início do século XX, no âmbito do Movimento 4 de Maio, diversos intelectuais chineses responsabilizaram os caracteres pelo atraso estrutural do país, dando início ao debate sobre a romanização da escrita. Pouco tempo após a fundação da RPC, em 1949, as questões linguísticas passaram a ser consideradas “tarefas políticas importantes” e assistiu-se ao envolvimento extenso das entidades do Estado na sua planificação e implementação. As prioridades da política linguística chinesa foram definidas da seguinte forma:

1. A simplificação gráfica dos caracteres chineses, que consiste na redução do seu número de traços. Em 1956, foi promulgado o “Plano de Simplificação dos Caracteres”, que viria a ser consubstanciado pela “Lista Geral de Caracteres Simplificados”, publicada em 1964.

2. A popularização da língua oral comum moderna, o *Putonghua*, definida como a língua comum do grupo étnico Han, que se baseia no topolecto secundário do Norte e adopta o dialecto de Pequim como a sua fonologia padrão.

3. A implementação do alfabeto fonético chinês romanizado *pinyin*, destinado a realizar a anotação fonética dos caracteres e a transcrição do *Putonghua*.

Em 1978, Deng Xiaoping chega ao poder e a RPC entra numa era de reformas económicas e de abertura ao exterior. Em 1986, a Conferência Nacional para as Actividades da Língua Oral e da Escrita dá início a uma Nova Era na política e no planeamento linguísticos da RPC, caracterizada essencialmente pela regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita, baseada nos caracteres chineses simplificados, mantendo o *pinyin* um papel secundário de anotação fonética. Estes objectivos definidos na Conferência foram relacionados com os novos desígnios de modernização da China, nomeadamente a construção da sociedade da informação e o desenvolvimento social e económico do país.

Em 2001, a Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC reiterou os objectivos de regulamentação e padronização do *Putonghua* e da escrita, alicerçada nos caracteres simplificados, que haviam sido definidos na Conferência de 1986. Estes objectivos foram uma vez mais considerados essenciais para o desenvolvimento da economia e da sociedade da informação. Em 2009, a Comissão Estatal para a Língua colocou em discussão pública a “Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão”, documento que visa manter a estabilidade do sistema de escrita baseado nos caracteres chineses simplificados, propondo, contudo, o ajustamento de alguns caracteres de uso corrente. Esta Lista contou com forte oposição por parte de muitos utilizadores chineses da Internet, que não aceitam as alterações propostas nem consideram que essa seja uma questão importante. Entretanto, na década de 1990, a par da ascensão económica do país, começaram a surgir na sociedade chinesa diversas manifestações de nacionalismo com um forte pendor cultural. No plano linguístico, este “renascimento cultural” da China traduz-se na apologia das virtudes da escrita chinesa e em exigências de regresso aos caracteres tradicionais. Além disso, os partidários do nacionalismo cultural manifestam-se contra a extensão dos usos do *pinyin* e rejeitam quaisquer tentativas de romanização da escrita chinesa. Tanto as propostas de regresso aos caracteres tradicionais feitas pelos nacionalistas, como as de uma nova alteração dos caracteres simplificados, têm sido fonte de controvérsia nos *media*, aparentando ser rejeitadas ou recebidas com indiferença por muitos utilizadores chineses da Internet.

Na era da informação em que vivemos, o número de utilizadores chineses da Internet continua a crescer de forma significativa. Neste contexto, o *pinyin*, que havia sido criado como um mero instrumento auxiliar de transcrição dos caracteres chineses e não era destinado às novas tecnologias, ganha uma nova importância e poderá ainda ter

consequências inesperadas para a política linguística. O uso recorrente deste sistema como método de introdução de caracteres nos computadores e telemóveis está a levar os seus utilizadores a esquecer como escrever os caracteres à mão e, no longo prazo, poderá fazer com que se acomodem com a utilização apenas do *pinyin* para a escrita de expressões isoladas.

Vimos também que outro factor que poderá desafiar a política linguística da RPC e o futuro dos caracteres chineses é a difusão e o ensino obrigatório do Inglês, que torna muitos chineses cada vez mais familiarizados com um sistema de escrita alfabético. Como forma de antever eventuais efeitos para o futuro da escrita chinesa, analisámos a situação linguística de Hong Kong, sociedade maioritariamente falante de Cantonês, cujos habitantes estão, desde cedo, na sua escolaridade, em contacto com o Inglês. Em Hong Kong, assiste-se actualmente ao desenvolvimento rápido de fenómenos informais de romanização do Cantonês por muitos utilizadores da Internet, em detrimento dos caracteres chineses. Acreditamos que fenómenos semelhantes poderão a prazo alastrar para a China Continental, inclusivamente para as regiões falantes de toplectos diferentes do Mandarim.

Com base nestes dois factores – o uso recorrente do *pinyin* e a exposição crescente ao Inglês –, interrogámo-nos se a partir daqui a política e o planeamento linguísticos serão realmente relevantes na China. A realidade mostra que, motivados pela necessidade permanente de escrever de forma eficiente em computadores e telemóveis, muitos chineses começam lentamente a trilhar o caminho de uma digrafia, situação na qual os caracteres simplificados coexistiriam em igualdade com o *pinyin* para a escrita do *Putonghua*. Como vimos, o sistema de escrita baseado em caracteres chineses coloca os seus utilizadores numa situação de desvantagem competitiva em relação aos utilizadores de escritas alfabéticas, pelos efeitos negativos que tem para o ensino, para a literacia e para o processamento computacional de informação. Como vimos, uma eventual romanização da escrita chinesa teria ainda a vantagem de facilitar aos falantes dos *fangyan* diferentes do Mandarim a possibilidade de escreverem livremente a sua língua materna, situação da qual estão formalmente privados pelo sistema de escrita com caracteres chineses.

O debate sobre o futuro dos caracteres e a possibilidade de romanização da escrita chinesa tem pelo menos um século. Este debate tem sido motivado pelas desvantagens inerentes a este sistema de escrita e tem contado sempre com uma forte oposição no plano cultural. Os caracteres, que tiveram um papel importante e inquestionável de unificação

daquele país ao longo da história, são considerados por muitos chineses como parte integrante e inalienável da sua cultura. No entanto, acreditamos que, em pleno século XXI, a sociedade da informação, as novas tecnologias e as exigências de um mundo global, cada vez mais competitivo, poderão estar a acelerar o desenvolvimento da romanização da escrita chinesa. Esta possibilidade, como vimos, inquieta o imaginário linguístico de muitos chineses, que não concebem a sua China sem os seus caracteres. Porém, a competição entre a escrita milenar chinesa e uma escrita alfabética acabará por revelar as vantagens que esta última oferece para a vida de todos os chineses e, por conseguinte, para a prossecução do desenvolvimento da China.

Referências

ALLETON, Viviane (2007), “L’écriture chinoise: mise au point”, in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd’hui*, Paris, Éditions Gallimard, pp. 241-269.

ALLETON, Viviane (2008), *L’écriture chinoise: Le défi de la modernité*, Paris, Éditions Albin Michel.

BAUER, Robert – CHEUNG, Kwan-hin (2002), “The representation of Cantonese with Chinese Characters”, *Journal of Chinese Linguistics*, Monograph Series Number 18.

CALVET, L. (1999), *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, Paris, Hachette Littératures.

CHANG, Raymond – CHANG, Margaret (2001), *Speaking of Chinese*, New York and London, W. W. Norton.

CHEN, Ping (2001), “Development and Standardization of Lexicon in Modern Written Chinese”, in CHENG, Ping, ed., (2001), *Language Planning and Language Policy: East Asian Perspectives*, Routledge Curzon, pp. 49-73.

CHENG, C. (1979), “Language Reform in China in the Seventies”, *Word* 30, 1-2.

CHINA (1987), *Xinshiqi de yuyan wenzi gongzuo* [Actividades da Língua Oral e da Escrita na Nova Era], Beijing, Editora Yuwen.

CHINA (2001), *Zhonghua renmin gongheguo guojia tongyong yuyan wenzi fa: xuexi duben* [Livro de Estudo da Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC], Beijing, Editora Yuwen.

CHINA DAILY (07/04/2010), “Stop using English phrases, govt tells Chinese TV stations”,

http://www.chinadaily.com.cn/language_tips/cdaudio/2010-04/07/content_9696297.htm,
acedido em 07/04/2010.

CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER (2010), “Statistical Survey Report on Internet Development in China, January 2010”.
<http://www.cnnic.cn/en/index/00/02/index.htm>, acedido em 23/07/2010.

CHINA POPULATION AND DEVELOPMENT RESEARCH CENTER (2001), Major Figures of the 2000 Population Census, N. 1
<http://www.cpirc.org.cn/en/e5cendata1.htm>, acedido em 07/10/2009.

CHINA POPULATION AND DEVELOPMENT RESEARCH CENTER (2008), “Main Population Data in 2008, China”
<http://www.cpirc.org.cn/en-cpdr/en-file/endata/en-data-10.html>, acedido em 07/10/2009.

CHOW, R. (1998), “Introduction: On Chineseness as a Theoretical Problem”, *Modern Chinese Literary and Cultural Studies in the Age of Theory: Reimagining a field*, vol. 25, n.º 3.

CHU, Xiaoquan (2007), “Identité de la langue”, in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd’hui*, Paris, Éditions Gallimard, pp. 272-299.

COMISSÃO ESTATAL PARA A LÍNGUA (2009), “*Tongyong guifan hanzi biao* [Lista Geral de Caracteres Chineses Padrão]”, <http://www.china-language.gov.cn/gfhzb>, acedido em 20/04/2010.

COOPER, Robert (1989), *Language planning and social change*, Cambridge, Cambridge University Press.

DALE, I. (1980), “Digraphia”, *International Journal of the Sociology of Language*, vol. 26, pp. 5-13.

DEFRANCIS, J. (1984), *The Chinese Language Fact and Fantasy*, Honolulu, University of Hawaii Press.

DEFRANCIS, J. (2006), “The Prospects for Chinese Writing Reform”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 171.

- EAKIN, E. (03/05/2003), “Writing As a Block For Asians”, *The New York Times*, <http://www.nytimes.com/2003/05/03/arts/03ASIA.html?pagewanted=all>,
 acedido em 17/06/2010.
- ENLAI, Z. (1958), “Current Tasks of Reforming the Written Language”, http://pinyin.info/readings/zhou_enlai/zhou_enlai.html, acedido em 25/05/2009.
- FENG, Zhiwei – YIN, Binyong (2000), “The Chinese digraphia problem in the information age”, *Studies in the Linguistic Sciences*, vol. 30, n.º 1.
- FEWSMITH, J. (2004), “Promoting the scientific development concept”, *China Leadership Monitor*, n.º 11.
- FLOWERDEW, J. (1998), “English in Hong Kong and the reversion to Chinese sovereignty”, *Perspectives: Working Papers of the English Department*, N.º 10, 46-89, Hong Kong, City University of Hong Kong.
- GRIVELET, S. (2001), “Introduction”, *International Journal of the Sociology of Language*, vol. 150, pp. 1-10.
- GUO, L. (2004), “The relationship between Putonghua and Chinese dialects”, in MINGLANG, Zhou (ed.), *Language Policy in the People's Republic of China: Theory and Practice Since 1949*, Boston, Springer.
- GUO, Yingjie (2004), *Cultural Nationalism in Contemporary China*, London, RoutledgeCurzon.
- HANNAS, W. C. (1997), *Asia's orthographic dilemma*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- HANNAS, W. C. (2003), *The Writing on the Wall: How Asian Orthography Curbs Creativity*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- HANNAS, W. C. (1994), “Reflections on the ‘Unity’ of Spoken and Written Chinese and Academic Learning in China”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 62.
- HESSLER, P. (2004), “Oracle Bones - A wandering poet, a mysterious suicide, and a battle over an alphabet”, *The New Yorker*, 16 de Fevereiro de 2004.

HINCHA, Xieyan (2004), “Two Steps Toward Digraphia in China”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 134.

HORBERGER, Nancy H. (2006), “Frameworks and models in language policy and planning”, in RICENTO, Thomas (ed.), *An introduction to language policy: theory and method*, Oxford, Blackwell Publishing, p. 26.

HUCKER, C. (1978), *China to 1850: A Short History*, Stanford, Stanford University Press.

INSTITUTO DE LINGUÍSTICA APLICADA do Ministério da Educação da RPC (2002), “*Gongzuo zhize, renwu* [Responsabilidades, tarefas]“, <http://www.china-language.gov.cn/6/yuyanwei.htm>, acedido em 22/04/2010.

INSTITUTO DE LINGUÍSTICA APLICADA do Ministério da Educação da RPC (2002), “*Jianguo hou de yuwen gongzuo* [Actividades da Língua Oral e da Escrita após a fundação da RPC] (1949 年-1985 年)“, http://www.china-language.gov.cn/58/2007_6_14/1_58_223_0_1181799110472.html, acedido em 14/04/2010.

JOHNSTON, M. (2007). “Corruption in China: Old Ways, New Realities and a Troubled Future”, <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan024539.pdf>, acedido em 30/07/2008.

LAM, Agnes (2005), *Language Education in China - Policies and Experiences from 1949*, Hong Kong, Hong Kong University Press.

LEE, J. (01/02/2001), “Where the PC Is Mightier Than the Pen”, *The New York Times*, <http://www.nytimes.com/2001/02/01/technology/where-the-pc-is-mightier-than-the-pen.html>, acedido em 27/06/2009.

LEHMANN, W. (1975), *Language and Linguistics in the People’s Republic of China*, Austin and London, University of Texas Press.

MAIR, Victor H. (1991), “What Is a Chinese ‘Dialect/Topolect’? Reflections on Some Key Sino-English Linguistic terms”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 29.

- MUO, Y. (2002), “On the Rationality of Chinese as An Ideographic Writing System”, *Journal of Kunming University of Science and Technology*, vol. 2, n.º 3.
- PEI, M. (2007). “Corruption Threatens China’s Future”, *Carnegie Endowment for International Peace*, Policy Brief 55.
- PEREIRA, J. (2004), “A quarta geração de líderes face ao legado político de Jiang Zemin”, in AMARO, Ana – MARTINS, Dora (eds.), *Estudos sobre a China VII*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- PEREIRA, J. (2006), *Lei Penal da República Popular da China – Uma abordagem histórico-política*, Coimbra, Almedina.
- PHILIP, B. (31/10/2009), “Les chinois ont mauvais ‘caractères’ ”, *Le Monde*.
- PYE, Lucian W. (1984), *China: an introduction*, 3rd edition, Boston, Little, Brown and Company.
- RAMSEY, S. (1989), *The Languages of China*, Princeton (NJ), Princeton University Press.
- ROHSENOW, John S. (2001), “Fifty years of script and written language reform in the P.R.C.: The genesis of the language law of 2001”, in ZHOU, Minglang – SUN, Hongkai (eds.), *Language Policy in the People's Republic of China: Theory and Practice Since 1949*, Boston, Springer.
- ROHSENOW, John S. (2001), “The present status of digraphia in China”, *International Journal of the Sociology of Language*, n.º 150, 125-140.
- ROMANA, H. (2005), *República Popular da China – A Sede do Poder Estratégico*, Coimbra, Edições Almedina.
- SAICH, T. (2004), *Governance and Politics of China*, second edition, New York, Palgrave Macmillan.
- SANDERS, R. (1987), “The Four Languages of ‘Mandarin’”, *Sino-Platonic Papers*, n.º 4.
- SHOHAMY, E. (2006), *Language Policy: Hidden agendas and new approaches*, London and New York, Routledge.
- SHOHAMY, E. (2009), “Questions for Robert Cooper”, *Lang Policy* 8, pp. 89-94.

- SNOW, Don (2004), *Cantonese as Written Language*, Hong Kong, Hong Kong University Press.
- SPOLSKY, B. (2004), *Language Policy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- STALIN, J. (2008), *Marxism and Problems of Linguistics*, Wildside Press.
- SU, Peicheng (2001), "Digraphia: a strategy for Chinese characters for the twenty-first century", *International Journal of the Sociology of Language*, n.º 150, 109-124.
- XINHUA (2009), "China to regulate use of simplified characters", http://news.xinhuanet.com/english/2009-08/12/content_11871748.htm,
 acedido em 20/04/2010.
- YEH, K. *et alii* (2009), "The Prospects for the Development of Written Cantonese and Its Romanization", *Sino-Platonic Papers*, n.º 189.
- YUAN, Weixi (2007), "Nationalism in a Transforming China", *Global Asia*, vol. 2, n.º 1.
- ZHANG, Jessica (12/03/2009), "Heated debate on abolishing simplified Chinese character", China.org.cn, http://www.china.org.cn/government/NPC_CPPCC_2009/2009-03/12/content_17431913.htm, acedido em 17/05/2009.
- ZHANG, Wei-Wei (1996), *Ideology and economic reform under Deng Xiaoping, 1978-1993*, Geneva, The Graduate Institute of International Studies.
- ZHANG, Yinde (2007), "La 'sinité'", in CHENG, Anne, ed., (2007), *La pensée en Chine aujourd'hui*, Paris, Éditions Gallimard, pp. 300-322.
- ZHAO, S. – BALDAUF Jr., R. B. (2008), *Planning Chinese Characters, Reaction, Evolution or Revolution?*, Dordrecht, Springer, pp. 1-9.
- ZHAO, Suisheng (2000), "Chinese Nationalism and Its International Orientations", *Political Science Quarterly*, vol. 115, n.º 1.
- ZHAO, S. H. (2005), "Chinese character modernization in the digital era - A historical perspective", in BALDAUF Jr., R. B. – KAPLAN, R. B., eds., (2008), *Language Planning and Policy: Asia, Vol. 1: Japan, Nepal and Taiwan and Chinese Characters*. Clevedon, Multilingual Matters.

ZHOU, Youguang (2003), *The Historical Evolution of Chinese Languages and Scripts*, Columbus, National East Asian Language Resource Center, Ohio State University.

Anexo I - Divisão Norte-Sul das variedades orais chinesas



[Retirado de Ramsey (1989)]

Anexo II - Lei da Língua Oral e da Escrita Comuns da RPC

Versão em Inglês disponível no Portal do Governo Chinês:

http://www.gov.cn/english/laws/2005-09/19/content_64906.htm, acessado em 12/11/2008

Law of the People's Republic of China on the Standard Spoken and Written Chinese Language (Order of the President No.37)

Order of the President of the People's Republic of China

No. 37

The Law of the People's Republic of China on the Standard Spoken and Written Chinese Language, adopted at the 18th Meeting of the Standing Committee of the Ninth National People's Congress of the People's Republic of China on October 31, 2000, is hereby promulgated and shall go into effect as of January 1, 2001.

Jiang Zemin

President of the People's Republic of China

October 31, 2000

Law of the People's Republic of China

on the Standard Spoken and Written Chinese Language

(Adopted at the 18th Meeting of Standing Committee of the Ninth National People's Congress on October 31, 2000)

Contents

Chapter I General Provisions

Chapter II Use of the Standard Spoken and Written Chinese Language

Chapter III Administration and Supervision

Chapter IV Supplementary Provisions

Chapter I

General Provisions

Article 1 This Law is enacted in accordance with the Constitution for the purpose of promoting the normalization and standardization of the standard spoken and written Chinese language and its sound development, making it play a better role in public activities, and promoting economic and cultural exchange among all the Chinese nationalities and regions.

Article 2 For purposes of this Law, the standard spoken and written Chinese language means Putonghua (a common speech with pronunciation based on the Beijing dialect) and the standardized Chinese characters.

Article 3 The State popularizes Putonghua and the standardized Chinese characters.

Article 4 All citizens shall have the right to learn and use the standard spoken and written Chinese language.

The State provides citizens with the conditions for learning and using the standard spoken and written Chinese language.

Local people's governments at various levels and the relevant departments under them shall take measures to popularize Putonghua and the standardized Chinese characters.

Article 5 The standard spoken and written Chinese language shall be used in such a way as to be conducive to the upholding of state sovereignty and national dignity, to unification of the country and unity of the nationalities, and to socialist material progress and ethical progress.

Article 6 The State promulgates standard norms of the spoken and written Chinese language, administers its use in the community, supports the teaching of and scientific research in the language in order to promote its normalization, enrichment and development.

Article 7 The State rewards the organizations and individuals that have made outstanding contribution in the field the standard spoken and written Chinese language.

Article 8 All the nationalities shall have the freedom to use and develop their own spoken and written languages.

The spoken and written languages of the ethnic peoples shall be used in accordance with the relevant provisions of the Constitution, the Law on Regional National Autonomy and other laws.

Chapter II

Use of the Standard Spoken and Written Chinese Language

Article 9 Putonghua and the standardized Chinese characters shall be used by State organs as the official language, except where otherwise provided for in laws.

Article 10 Putonghua and the standardized Chinese characters shall be used as the basic language in education and teaching in schools and other institutions of education, except where otherwise provided for in laws.

Putonghua and the standardized Chinese characters shall be taught in schools and other institutions of education by means of the Chinese course. The Chinese textbooks used shall be in conformity with the norms of the standard spoken and written Chinese language.

Article 11 Publications in Chinese shall be in conformity with the norms of the standard spoken and written Chinese language.

Where foreign languages need to be used in publications in Chinese, necessary explanatory notes in standard Chinese shall be applied.

Article 12 Putonghua shall be used by the broadcasting and TV stations as the basic broadcasting language.

Where foreign languages need to be used as the broadcasting languages, the matter shall be subject to approval by the broadcasting and television administration under the State Council.

Article 13 The standardized Chinese characters shall be used as the basic characters in the service trade. Where both a foreign language and the Chinese language are used in signboards, advertisements, bulletins, signs, etc., as is needed by the trade, the standardized Chinese characters shall be used as far as the Chinese Language is concerned.

People working in the service trade are encouraged to use Putonghua when providing services.

Article 14 The standard spoken and written Chinese language shall be used as the basic spoken and written language in the following circumstances:

- (1) spoken and written language for broadcasting, films and TV programs;
- (2) written language for the facilities in public places;
- (3) written language in signboards and advertisements;
- (4) names of enterprises and other institutions; and
- (5) packaging and specifications of commodities marketed in the country.

Article 15 The standard spoken and written Chinese language used in information processing and information technology products shall be in conformity with the norms of the State.

Article 16 Where the relevant provisions of this Chapter are concerned, local dialects may be used under the following circumstances:

- (1) when State functionaries really need to use them in the performance of official duties;
- (2) where they are used in broadcasting with the approval of the broadcasting and television administration under the State Council or of the broadcasting and television department at the provincial level;
- (3) where they are needed in traditional operas, films and TV programs and other forms of art; and
- (4) where their use is really required in the publishing, teaching and research.

Article 17 Where by the relevant provisions of this Chapter are concerned, the original complex or the variant forms of Chinese characters may be retained or used under the following circumstances:

- (1) in cultural relics and historic sites;
- (2) the variant forms used in surnames;
- (3) in works of art such as calligraphy and seal cutting;
- (4) handwritten inscriptions and signboards;
- (5) where their use is required in the publishing, teaching and research; and
- (6) other special circumstances where their use is approved by the relevant departments under the State Council.

Article 18 The "Scheme for the Chinese Phonetic Alphabet" shall be used as the tool of transliteration and phonetic notation for the standard spoken and written Chinese language.

The "Scheme for the Chinese Phonetic Alphabet" is the unified norm of the Roman letters for transliterating the names of Chinese people and places as well as Chinese documents and is used in the realms where it is inconvenient to use the Chinese characters or where the Chinese characters cannot be used.

Chinese phonetic alphabets shall be used in primary education.

Article 19 All staff members who need to use Putonghua as their working language shall have the ability to speak Putonghua.

The Putonghua level of those who use Putonghua as their working language, such as broadcasters, program hosts and hostesses, actors and actresses of films, TV series and plays, teachers and State functionaries shall reach the respective standards set by the State; those who have not yet reached such standards shall receive different training, as the case may be.

Article 20 Putonghua and the standardized Chinese characters shall be taught in classes for foreigners who are learning Chinese.

Chapter III

Administration and Supervision

Article 21 The department in charge of the work related to spoken and written language under the State Council shall be responsible for planning, guiding, administering and supervising the work related to the standard spoken and written Chinese language.

The departments concerned under the State Council shall administer the use of the standard spoken and written Chinese language in their own departments.

Article 22 Local departments in charge of the work related to spoken and written language and other departments concerned shall administer and supervise the use of the standard spoken and written Chinese language within their own administrative areas.

Article 23 The administrative departments for industry and commerce under the local people's governments at or above the county level shall administer and supervise the use of spoken and written language in the names of enterprises and commodities as well as in advertisements.

Article 24 The department in charge of the work related to spoken and written language under the State Council shall issue standards for the test of Putonghua at different grades.

Article 25 The department in charge of the work related to spoken and written language under the State Council or other departments concerned shall make arrangements for the examination of the translation of the proper nouns like the names of foreigners and foreign places and the scientific and technical terms into the standard spoken and written Chinese language.

Article 26 Any citizen may make criticism and put forward suggestions where the use of spoken and written language is at variance with the norms of the standard spoken and written Chinese language and is in violation of the relevant provisions in Chapter II of this Law.

Where persons mentioned in the second paragraph of Article 19 of this Law use the language in violation of the relevant provisions of Chapter II of this Law, the units concerned shall, by way of education, criticize the persons who are directly responsible; anyone who refuses to put it right shall be handled by the units concerned.

Where the characters used in the facilities and signboards in public places of cities and in advertisements are in violation of the relevant provisions of Chapter II of this Law, the administrative departments concerned shall give orders for them to be corrected; anyone who refuses correct them shall be given a disciplinary warning and be urged to put them right within a time limit.

Article 27 Anyone who, in violation of this Law, interferes with other persons' learning and using of the standard spoken and written Chinese language shall be ordered by the relevant administrative departments to put it right within a time limit and be given a disciplinary warning.

Chapter IV

Supplementary Provisions

Article 28 This Law shall go into force as of January 1, 2001.

Notice: All copyrights of the English version of the Orders of the President of the People's Republic of China released on gov.cn belong to the Legislative Affairs Commission of the Standing Committee of the National People's Congress of the People's Republic of China.

Anexo III - Evolução de alguns pictogramas chineses

	oracle bone <i>jiaguwen</i>	greater seal <i>dazhuan</i>	lesser seal <i>xiaozhuan</i>	clerkly script <i>lishu</i>	standard script <i>kaishu</i>	running script <i>xingshu</i>	cursive script <i>caoshu</i>	modern simplified <i>jiantizi</i>
rén (*nín) human								
nǚ (*nraʔ) woman								
ěr (*nəʔ) ear								
mǎ (*mrāʔ) horse								
yú (*ŋa) fish								
shān (*srān) mountain								
rì (*nit) sun								
yuè (*ŋwat) moon								
yǔ (*waʔ) rain								
yún (*wən) cloud								

[Retirado de: <http://www.ancientscripts.com/chinese.html>, acedido em 26/07/2010]